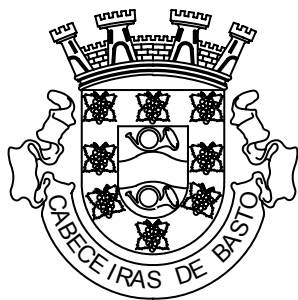


CABECEIRAS DE BASTO

• HISTÓRIA E PATRIMÓNIO •



The image shows a highly detailed Baroque interior. Two large, fluted columns are the central focus, heavily decorated with intricate, gilded carvings of scrolls, leaves, and floral motifs. To the left, a dark, draped statue of a figure is partially visible. The overall atmosphere is one of opulence and grandeur, with the gold leaf catching the light and highlighting the complex textures of the architecture.

• ÍNDICE •

Mensagem, <i>Presidente da Câmara</i>	7
Prefácio, <i>Luís Vaz</i>	9
Conhecer Cabeceiras de Basto, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	13
Cabeceiras de Basto: um olhar da Arqueologia, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	16
Cabeceiras de Basto: da Reconquista e dos primórdios à regeneração demoliberal, <i>Pedro Vilas Boas Tavares</i>	30
Cabeceiras de Basto: modos de ficcionar a realidade, <i>Álvaro Domingues</i>	114
Homens e obras na Arte da área do concelho de Cabeceiras de Basto, <i>Eduardo Pires de Oliveira</i>	132
Património Cabeceirense: Habitação Popular, <i>Ana Lopes</i>	142
Património Cabeceirense: Habitação Senhorial, <i>Ana Lopes</i>	152
A arte da jardinagem nas Terras de Basto, <i>Ilídio Araújo</i>	164
Moinhos de Cabeceiras de Basto, <i>Inês Gonçalves</i>	174
Entre o Céu e a Terra: Festas e Romarias de Cabeceiras de Basto, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	188

AS FREGUESIAS E O SEU PATRIMÓNIO

Abadim	204
Serra da Cabreira: Património Natural, <i>Ricardo Ferreira</i>	207
Torre de Abadim ou Casa do Tronco, <i>António P. Dinis</i>	208
Pelourinho, <i>António P. Dinis</i>	209
Moinhos do Rei e a Levada de Víbora, <i>Inês Gonçalves</i>	210
Codorneiro que dá codornos, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	213
Alvite	214
A serra da Senhora da Orada, <i>Álvaro Domingues</i>	217
Casa da Torre ou do Outeiro, <i>Luís Jorge Cardoso de Sousa</i>	218
Casa de Alvação, <i>Luís Jorge Cardoso de Sousa</i>	221
Couves com feijões, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	222
A Oliveira, <i>José Alberto Pereira</i>	225
Arco de Baúlhe	226
Júlio Augusto Henriques (1838-1928): cientista minhoto de renome internacional, <i>Jorge Paiva; Jorge Guimarães</i>	228
A Ponte Velha, <i>Manuel Rocha Ribeiro</i>	239
Festa de Nossa da Senhora dos Remédios, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	240
Da Estação Ferroviária de Arco de Baúlhe ao Museu das Terras de Basto, <i>Fátima M. Carvalho</i>	243
O latoeiro do Arco, <i>Teresa Soeiro</i>	244

Basto (Santa Senhorinha)	246
Igreja e túmulo de Santa Senhorinha, <i>António P. Dinis</i>	248
Casa do Forno, <i>Maria Helena da Cunha Vilas-Boas e Alvim</i>	249
Convento-Hospício de Olela, <i>Rui Pedro Barbosa</i>	250
A vinha e o vinho em Cabeceiras de Basto, <i>Gonçalo Magalhães</i>	253
Santa Senhorinha, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	254
Bucos	256
A aldeia de Carrazedo de Bucos, <i>Manuel Oliveira</i>	259
Os Ovinos, <i>Nuno Vieira e Brito</i>	260
O Grupo de Capuchinhas ou Rancho Folclórico das Capuchas, <i>Manuel Oliveira</i>	261
A lã e as mulheres de Bucos, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	262
O Jogo do Pau em Bucos, <i>Manuel Oliveira</i>	265
Cabeceiras de Basto (S. Nicolau)	266
Casa da Taipa e Capela da Nossa Senhora da Conceição, <i>Ana Maria Magalhães Sousa Pereira</i>	268
Casa da Breia, <i>Luciano Miguel Matos Vilas Boas</i>	269
O Castelo de S. Nicolau, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	270
Cruzeiro da Restauração, <i>Rui Pedro Barbosa</i>	273
A Fundação Gomes da Cunha, <i>Norberto Tiago</i>	274
Mel de Basto, <i>Joaquim Magalhães</i>	276
Cavez	278
A Casa da Ponte, <i>Nuno Miguel Ferreira</i>	280
São Bartolomeu de Cavez, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	282
Ponte de Cavez, <i>Cláudio Brochado</i>	284
Ponte de Moimenta, <i>Cláudio Brochado</i>	285
Igreja de S. João de Cavez, <i>António P. Dinis</i>	286
Faia	288
Casa da Tojeira, <i>Alexandre Rodrigues</i>	290
Alpendre da Casa da Ribeira, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	293
Capela de Nossa Senhora do Amparo, <i>João Moreira</i>	294
Cerejas, <i>Ana Paula Bico</i>	295
Festa de S. Tiago, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	296
Gondiães	298
Pinhais e baldios em Gondiães: limitações e oportunidades, <i>Maria João Carvalho</i>	300
Festa das Papas, <i>Albertino Gonçalves; João Gonçalves</i>	303
A raça barrosã, <i>Nuno Vieira e Brito</i>	304
O caldo de castanhas, <i>Fátima M. Carvalho</i>	307
A raça minhota, <i>Nuno Vieira e Brito</i>	308
Outeiro	310
A Mata da Santa, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	312
No país do tamanco, <i>Teresa Soeiro</i>	313
Virgem com O Menino sob a invocação de Santa Maria, <i>Maria João Vilhena de Carvalho</i>	314
O Penedo da Palha, <i>Fátima M. Carvalho</i>	317
Cesteiro que faz um cesto, faz muitos centos, <i>Teresa Soeiro</i>	318
Painzela	320
Casa de Pielas, <i>A. Carvalho Almeida</i>	323
Igreja matriz de Painzela, <i>Eduardo Pires de Oliveira</i>	324
A Ponte de Painzela, <i>Pedro Henriques</i>	325
Milho, <i>Ana Paula Bico</i>	326

Passos	328
As alminhas, <i>Maria Olinda de Magalhães Ribeiro</i>	330
A Escola Primária oitocentista de Passos, <i>Maria Olinda de Magalhães Ribeiro</i>	331
Solenidade do Santíssimo Sacramento, <i>Maria Olinda de Magalhães Ribeiro</i>	332
Um velho lagar de azeite, <i>Maria Olinda de Magalhães Ribeiro</i>	334
Uma alimentação feita do que a terra produzia, <i>Maria Olinda de Magalhães Ribeiro</i>	335
Pedraça	336
Casa de Paço de Vides, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	339
Capela de Santa Bárbara, <i>Fátima M. Carvalho</i>	340
O linho, <i>Fátima M. Carvalho</i>	343
Realidade ou crença: Águas Santas de Currais, <i>Fátima M. Carvalho</i>	344
A Ponte da Pontinha, <i>Luís Castro</i>	347
Refojos de Basto	348
O Basto, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	350
Pelourinho de Refojos de Basto ou das Pereiras, <i>António P. Dinis</i>	351
Convento beneditino de S. Miguel de Refojos de Basto, <i>Eduardo Pires de Oliveira</i>	352
Um “tesouro nacional”: o cálice de D. Gueda Mendes, <i>Manuela de Alcântara Santos</i>	357
Feira e festas de S. Miguel, <i>Albertino Gonçalves</i>	358
A Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto, <i>Norberto Tiago</i>	360
Banda Cabeceirense, <i>Fátima Oliveira e Baltazar Mendes</i>	362
Riodouro	364
A Cividade de Riodouro, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	366
Raça Maronesa, <i>Virgílio Cardoso Alves</i>	367
Cemitérios da discórdia, <i>Ana Stela Barroso Monteiro</i>	368
Vale da Ribeira de Cavez, <i>Sara Silva</i>	370
Vila Nune	372
Casa da Granja, <i>Rui Filipe Barbosa</i>	375
Cruzeiro Paroquial, <i>António P. Dinis</i>	376
A Vila de Nuno, <i>Fátima M. Carvalho</i>	377
As profundezas do Tâmega, <i>Álvaro Domingues</i>	378
Santieiros, frades, choteiros ou tortulhos, <i>Isabel Maria Fernandes</i>	383
Vilar de Cunhas	384
Casa de Chouzas, <i>Luís Castro</i>	386
Os Moinhos do Samão, <i>José Barroso</i>	388
Os lameiros de montanha regados à água de Lima, <i>Luís Miguel Pires Meirinhos</i>	391
O fojo do lobo, <i>Francisco Reimão Queiroga</i>	392
Os Caprinos, <i>Nuno Vieira e Brito</i>	395
Bibliografia	396
Notas	410
Cartografia	424

PATRIMÓNIO CABECEIRENSE: HABITACÃO SENHORIAL

●
ANA LOPES*

* Arquitecta licenciada pela Escola de Arquitectura da Universidade do Minho em 2006, com Mestrado atribuído pela mesma Universidade em 2009. Assistente de investigação do Centro de História de Além-Mar desde 2009 e Assistente Convidada na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho desde 2006.

A par da edificação habitacional corrente, do meio popular, um outro tipo de residências, de maior prestígio, emergiu e contribuiu para o crescente desenvolvimento da região do concelho de Cabeceiras de Basto, quer em termos demográficos como em termos de importância política, económica e social. Atraídas por uma região de grandes potencialidades no âmbito da produção agropecuária (como já foi dito no texto anterior), além de se tratar de uma localização estratégica na transição entre as regiões do Minho e de Trás-os-Montes, *grandes famílias* construíram aqui as suas grandes casas²²⁵, ao longo dos tempos. *Grandes* não exclusivamente no sentido da dimensão, mas no sentido da importância social, da garantia de um modo de vida confortável e com algumas particularidades que só as gentes de classe social mais elevada poderiam concretizar.

Nem sempre é fácil perceber o contexto territorial em que foram construídas. A área rural seria muito mais abrangente do que o atualmente assinalável e dominaria a escolha de implantação destas casas senhoriais de campo. Algumas delas viram-se, entretanto, envolvidas pelo desenvolvimento urbano, incorporando-o. O território em análise conta com cinquenta solares e oito palacetes (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008), assinaláveis enquanto construções patrimoniais de arquitetura civil senhorial. A implantação destas casas sugere uma predileção pelas áreas de altitude mais baixa. Na sua maioria, foram construídas junto às principais vias de circulação, nas zonas de vale, aproveitando-se de uma extensa rede hidrográfica que se espalha por toda a região. Ainda assim, existe um pequeníssimo número de habitações desta compleição que se lançam para a zona mais montanhosa, ainda que permanecendo a meia encosta. Comparando com as casas populares, é de realçar que com estas habitações senhoriais há uma distribuição mais concentrada em função das mesmas condições topográficas²²⁶. Estes solares e palacetes, por vezes acompanhados de torres e capelas privadas, formam conjuntos de índole excepcional, que exacerbam o desenvolvimento de cada freguesia, implantadas ao longo de caminhos provavelmente já estabelecidos. A diferenciação social dos seus proprietários traz uma complexificação do ambiente urbano/rural, implicando uma articulação do edifício com o exterior, nomeadamente através do desenho da fachada. É essencialmente esse elemento, parte fundamental da constituição da casa senhorial, que se destaca em relação a outras construções habitacionais. Há uma clara exibição perante as vias públicas de acesso, criando uma ideia de cenário para o resto da sociedade, ainda que por vezes disfarçado pelos altos muros que resguardam as propriedades. No entanto, nesses casos, o próprio muro e o portal de acesso ganham uma eloquência que os singulariza. Veja-se o exemplo do portal da *Casa de Chouzas*²²⁷, carregado de elementos decorativos e de remate, como pilastras coroadas por pináculos, molduras, frestas sobrepujadas por dois vãos retangulares, volutas e um coroamento com brasão e frontão recortado. Da mesma forma, a *Casa da Breia de Baixo*²²⁸, destruída num incêndio do século XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008), mantém o portal que apresenta um desenho complexo e imponente, marcado no topo pela presença de pedra de armas, envolvida por um frontão bastante recortado, com molduras sucessivas que criam jogos de claro/escuro.

As casas senhoriais construídas em áreas rurais devem-se às inúmeras honras e quintãs que os membros da fidalguia possuíam, herdavam ou recebiam como forma de pagamento/homenagem, sendo que a cada uma delas deveria corresponder uma casa de morada (SILVA, 1995: 81). Agrupam funções primordiais – são concebidas para incluir e permitir o bom usufruto da exploração



Casa de Chouzas (Cunhas, Vilar de Cunhas).



Vila Laura (Casal, Cabeceiras de Basto – S. Nicolau).

agrícola, ao mesmo tempo que alojam o senhor e os seus familiares. A instalação de uma casa senhorial dava, muitas vezes, o nome da família ao lugar ou era o lugar que atribuía o nome pelo qual a casa passava a ser conhecida. Eram os titulares das propriedades que mais tinham interesse em enobrecer as terras que possuíam, e o modo mais imediato para o fazer era através da construção da própria moradia. Dessa forma, afirmavam a sua linhagem familiar e, além disso, controlavam melhor os seus terrenos, fazendo prosperar os bens da família através da produção agrícola e do cuidado dos animais.

Pontualmente, e num tempo de maior desenvolvimento das áreas urbanas, algumas casas senhoriais diferenciam-se principalmente por não terem a área de agrícola à sua volta, preferindo áreas verdes ajardinadas. São, essencialmente, os palacetes construídos ao gosto burguês no último quartel do século XIX, enquadrando-se nas chamadas casas “*de brasileiro*” – um gosto importado dos proprietários recentemente enriquecidos, muitos deles por capitais vindos do Brasil. A inclinação das águas dos telhados, tal como a mistura de várias formas de vãos (mais exuberantes nas dimensões e recortes) denuncia essa influência (SAMPAIO, 1998, p.132). A *Vila Laura*²²⁹ e a *Casa da Quinta do Cruzeiro*²³⁰ são exemplo disso mesmo. Correspondem a tipologias em que se agregam vários volumes, de forma escalonada, enquadrados por cornijas e apresentando diversos vãos emoldurados, reforçando a imagem mesclada de lintéis retos, curvos e até apontados. Há uma vontade comum de acentuar um corpo, tipo “*torre*”, com maior verticalidade, e fazer o aproveitamento de águas furtadas. Em cada uma das suas partes, lê-se uma composição simples. No entanto, é na inclusão de vários volumes, com torres e sacadas, janelas de diferentes tipos e dimensões, mirantes, muitas vezes rodeadas de jardins, com lagos e grutas artificiais, que se conjuga a complexidade destes palacetes em forma de *chalet*, construídos na sua maioria pelos filhos de lavradores proprietários, no seu retorno do Brasil para Portugal (SAMPAIO; BOTELHO, 2000: 54). Outra tendência que estas pessoas trouxeram foi a aplicação de azulejo usado no exterior como revestimento, algo muito ligado ao clima brasileiro, assim como os alpendres (SAMPAIO; BOTELHO, 2000: 55). Estes elementos, podem ser observados em Refojos de Basto, na *Casa do Barão / Antigo Tribunal de Refojos*²³¹, com o seu último piso recuado e percorrido por varanda alpendrada que, inclusivamente, se prolonga para as fachadas laterais. Para além das molduras dos vãos (que se alternam por pisos entre arco abatido, de volta perfeita e arco quebrado) e as pilastras dos cunhais em pedra bem emparelhada, tudo o mais é revestido a azulejo monocromo, com um efeito de riscas azuis e brancas.

Todavia, o grande número de habitações senhoriais corresponde à construção de solares vinculados a domínios agrários mais ou menos extensos que, segundo o último inventário realizado, contam com os (já mencionados) cinquenta casos espalhados pelo território do concelho de Cabeceiras de Basto. A freguesia que concentra o maior número de construções deste tipo é Cabeceiras de Basto (S. Nicolau) com sete solares, imediatamente seguida de Alvite, Basto (Santa Senhorinha) e Cavez com seis habitações em cada. Arco de Baúlhe e Refojos de Basto contam com cinco e quatro exemplares, respetivamente. Abadim, Faia e Outeiro implantam três, Painzela e Vila Nune permanecem com dois e Pedraça, Riodouro e Vilar de Cunhas apenas um. Restam as freguesias de Bucos e Gondiaes sem nenhuma destas estruturas e Passos, que apesar de não incluir nenhum solar, tem um palacete inserido na sua área (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008). Pode-se constatar, mais uma vez, que o maior número de habitações senhoriais se implanta nas freguesias que incluem áreas de cotas mais baixas e que, igualmente, são inundadas de maior concentração de cursos de água.



Casa do Barão. Antiga Casa do Tribunal e Audiência do couto de S. Miguel de Refojos (Refojos de Basto).

São casas que articulam dois espíritos distintos: por um lado, uma vontade mais espontânea de associar o espaço habitacional a dependências agrícolas (solucionando a existência de áreas de serviço pela adição sequencial de anexos, conforme fosse necessário) e por outro, uma intencionalidade mais iconográfica, salientando o nível da família proprietária. A maior parte destas construções não surge de um ato limitado no tempo, mas evolui como se fosse um organismo vivo, em consonância com as necessidades e recursos das gerações ao longo dos tempos. Pode tomar-se como exemplo de tudo isto a *Casa de Santo Antonino*²³², provavelmente o solar mais antigo do Concelho. A casa (de planta em L) pode ver-se, atualmente, com paramentos de cantaria de pedra, de aparelho irregular com as juntas revestidas a argamassa. As paredes são rematadas por friso e cornija sob beiral e, na fachada principal, os cunhais são coroados por pináculos. Essa “face” da habitação abre-se, no piso superior, através de quatro vãos, emoldurados e com varandas, alinhados, ao nível do rés do chão, por duas portas de verga reta nas laterais e duas janelas ao centro, de desenho e trabalho muito rigoroso. A simetria do conjunto apenas é quebrada pela existência de uma outra janela num dos extremos da fachada. Ainda assim, o conceito de centralidade sobrepõe-se pela colocação do brasão de armas, bem a eixo do conjunto. Ao longo dos seus vários séculos de existência, o espaço habitacional sofreu obras, restauros, ampliações e transformações quer no interior quer no exterior, deixando-se manipular pelas sucessivas gerações de proprietários, agregando à sua volta casa de caseiros, eira, alpendre, palheiro, cavaliariças, lagares (uma diversidade de anexos agrícolas), para além de fontes e do jardim.

Seria interessante desmembrar cada uma destas casas segundo as suas várias épocas, até porque só assim se conseguiria espelhar melhor os hábitos, acontecimentos e estilos de vida que aqui se manifestaram – casamentos ou heranças, por exemplo, são sempre momentos de renovação do espaço habitacional. Não havendo lugar nestes textos para o descortinar desse lado mais profundo da história destas construções, pode-se, no entanto, transmitir ao leitor aquilo que permanece observável no território, resumindo os processos de “*montagem*” desta paisagem construída de Cabeceiras de Basto, tipicamente erguida no plano arquitetónico tradicional da região, com construções dispersas que formaram núcleos territoriais.

Os solares são representativos do sentido de estatuto social mais elevado e remetem para uma imponência do que é edificado principalmente através da representação exterior. Tradicionalmente, a partir do século XVI, as construções começam a mostrar um maior cuidado nas frontarias, no trabalho cuidadoso do aparelho da pedra (GOUVEIA; LOURENÇO; VASCONCELOS, 2007). Abandonam-se as construções em materiais perecíveis, como a madeira e o colmo e petrificam-se os paramentos. A construção da fachada mostra-se mais cuidada, mais rica – só os senhores de maior prestígio podiam patrocinar estas obras, tornando estas residências marcos especiais na paisagem, ostentando os símbolos da sua linhagem através da imposição da pedra de armas, em um ou mais locais da casa. As armas são o testemunho não só da posição do senhor em relação a uma descendência, mas igualmente de um estatuto social. Razão pela qual é tão importante dispor de uma pedra armoriada e simultaneamente monumental, para ser esculpida e vista conscientemente, para que se saiba bem de quem se trata e a quem pertence a casa onde está ostentada. Alguns destes brasões, permanecem bem visíveis e continuam a defender o domínio senhorial, como nas casas *da Ponte*²³³, *da Torre / Torre de Alvite*²³⁴ ou *das Cortinhas*²³⁵, entre tantas outras.

A maior singeleza no aspeto de algumas destas casas, como na *Casa do Paço de Vides*²³⁶, não é demeritório, mas antes re-



Casa de Santo Antonino (Alvite).



Planta da Casa de Santo Antonino (Alvite).

sultado da vida sóbria e digna de um proprietário que, mesmo sendo mais abastado, um fidalgo, se mantém fiel a hábitos e objetivos de vida relacionados com o trabalho de lavoura, marcadamente rústicos. Por isso mesmo, a casa senhorial manteve, ao longo da história, uma relação com a casa do caseiro, que habitualmente se procura integrar na composição geral, ainda que seja separada fisicamente da casa dos senhores. Veja-se a *Casa de Alvações*²³⁷, cujo desenho esquemático representativo da sua planta identifica precisamente essas partes distintas²³⁸. Ainda que esta casa seja sempre um elemento secundário, é o espaço que recebe pessoas fundamentais para o funcionamento da propriedade, quer em termos dos serviços quotidianos a prestar na casa senhorial, quer dos trabalhos que envolvem a agricultura e outras produções. Assume-se, até, que as duas composições podem ter acessos diferentes e enquanto a casa senhorial se relaciona mais com as áreas de jardim, a casa do caseiro associa-se a cobertos, a espigueiros, celeiros e eiras – estruturas muito relacionadas com o dia a dia dos trabalhos agropecuários. De facto, dentro de cada conjunto, verifica-se que mesmo com a vontade de garantir uma conjugação ordenada e simétrica dos vários elementos arquitetónicos, permanece um confronto com o processo mais orgânico e profundamente aliado aos trabalhos de campo com que o crescimento destas construções se foi verificando.

Outros casos há, onde nada se esconde e faz-se gala com todos os elementos que se expõem sumptuosamente. Há uma ênfase das formas decorativas e uma maior amplitude dos espaços, ainda que sempre algo limitada pelas origens campónias e imposições do ambiente. Na sua maioria incluem jardins, ou áreas verdes, lugares de entretenimento que se conjugam bem com a aparência campestre, com as hortas e espaços de quinta. A existência de jardins evoca a qualidade de vida que era procurada, uma vez que era uma área de uso exclusivo da família, para lazer – algo que se foi tornando cada vez mais do gosto da sociedade (STOOP, 1993).

Correndo o risco de não poder mencionar todas as casas do inventário, nem é essa a intenção deste texto – outras fontes aqui citadas fornecem essa informação –, o objetivo perseguido é o sistematizar os vários temas que rodeiam o conceito do habitar senhorial (tal como já foram sendo fornecidos) e suas várias tipologias que enriquecem a paisagem de Cabeceiras de Basto, enquadrando a sua existência territorial e paisagística. Serve também para recordar o estado de sobrevivência ou de degradação com que estas casas nos ajudam a reconhecer a linguagem da arquitetura civil que aqui se construiu ao longo dos últimos séculos. Sem recurso a investigações mais profundas e a uma história da arquitetura que cada um destes objetos pode relatar, faremos antes um ressaltar das tipologias que se espalharam pelo concelho e das suas principais características para que ao percorrer a região o leitor possa enquadrar cada uma destas habitações num ato contínuo do desenvolvimento dos modos e gostos próprios de quem as construiu. Caberá sempre a cada um, uma observação própria e individual, reconhecendo nas palavras deste texto um guia de orientação da multiplicidade dos dados arquitetónicos existentes.



Casa de Paço de Vides (Pedraça).



Casa do Souto (Souto da Aldeia, Cavez).

Assim, planimetricamente, podem-se encontrar os seguintes tipos:

- Planta retangular (5 casas)
- Planta em “L” (20 casas)
- Planta em “U” (9 casas)
- Planta de base quadrada com pátio interior (9 casas)
- Planta em “O”, vários corpos retangulares dispostos em torno de pátio interior (2 casas)
- Planta poligonal com pátio interior (1 casa)
- Planta irregular (1 casa)
- Planta agrupando volumes com formas distintas (3 casas)

É muito claro o destaque de casas em “L”, uma tipologia que ganhou preferência provavelmente porque consegue articular diferentes partes de uma casa de um modo hierárquico, ao mesmo tempo que nunca as interliga nem desconecta demais, formando, com as volumetrias, uma área de pátio que prolonga as áreas interiores para vivências ao ar livre. Os outros dois tipos que existem em maior número (e em *ex aequo*) são as casas com planta em “U” e as de base quadrada com pátio interior – mais uma vez assinalando a importância dessa área exterior (o pátio) no quotidiano destas casas, elemento que já detinha esse relevo nas casas rurais, como vimos no texto anterior. A criação de pátios balizam uma área exterior privada que se distingue do restante espaço aberto destes solares, ainda que a área privada seja sempre garantida pelos muros que delimitam o terreno do proprietário. Ainda assim, há uma vontade de criar ambientes alternativos, ao mesmo tempo que se abrem mais fachadas para iluminação e ventilação naturais dos espaços interiores. Esse pátio interior (ou ladeado apenas em dois ou três dos seus lados) surge como um espaço claramente ganho pela privacidade à imensidão dos terrenos da propriedade – conferia laivos de ar límpido, purificante do ambiente dos trabalhos de lavoura que rodeavam a habitação²³⁹. Um bom exemplo deste ambiente de pátio pode ser visto na *Casa do Souto*²⁴⁰, em que o pátio funciona como uma área de distribuição entre diferentes partes do “L” definido pela planta, com escadas que conduzem a diversos níveis, e para onde se abrem alpendre e vãos de iluminação do interior, além dos que caracterizam a fachada exterior que se volta para a via pública. Numa outra tipologia (planta de base quadrada com pátio no interior), a *Casa do Forno*²⁴¹ é um caso em que o pátio servia de área exterior privada e de uso exclusivo da família, facto que se tornou muito importante por se tratar de uma casa em que a presença do forno estava ligada à produção própria de pão²⁴². Com isto, percebemos que as atividades desta casa se dedicavam a um ciclo que envolvia o cultivo de milho, o tratamento da planta e o seu uso para a confeção do pão. O forno não serviria só a família, mas também poderia ser utilizado pela população, com algum tipo de rendimento para os proprietários, mas que ao mesmo tempo fazia circular muita gente na propriedade. A *Casa do Casal*²⁴³ é mais uma habitação com pátio, resultante de uma tipologia em “U” que advém de obras de remodelação, em busca de uma maior funcionalidade. A forma original era um volume longitudinal com um outro agregado (uma capela), formando um “L”. O outro corpo, que vem fechar o “U”, é uma cozinha que se colocou em frente à capela (construída nos anos 90 do século XIX) (STOOP, 1993: 123), e que perfaz uma associação pouco habitual.



Casa da Quinta da Granja (Granja, Vila Nune).



Planta da Casa da Quinta da Granja (Granja, Vila Nune).

Com isto, introduz-se um tema novo – a existência de capelas associadas a estas casas senhoriais. A ideia de uma casa mais nobre incluía muitas vezes o ter a sua própria capela privada – além de afirmar o carácter religioso daquelas pessoas de bem, permitia a compra e exposição de retábulos e diversas alfaias religiosas. Além disso, a construção de uma capela podia ver-se limitada à autorização da Instituição da Igreja²⁴⁴, e a obtenção de licenças desta categoria enobrecia quer a família quer a propriedade, pois tentava-se que nem todos pudessem ter acesso a esse direito. “Desde o século XVII que se divulgara entre os grupos nobres a moda da capela particular, anexa à casa”²⁴⁵. A capela é um vínculo de sobriedade e de poder senhorial, uma vez que dota a propriedade de um bem patrimonial de grande estima e valor.

No concelho cabeceirense há um total de vinte e uma capelas associadas a casas senhoriais, concentrando-se em maior número na freguesia de Cabeceiras de Basto num total de cinco (entre os sete solares presentes nesta freguesia), seguidas de duas capelas em solares de Alvite, número que se repete em Arco de Baúlhe, Basto (Santa Senhorinha), Cavez e Refojos de Basto. Faia, Outeiro, Painzela, Pedraça, Riodouro e Vila Nune ficam com apenas uma casa senhorial com capela (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

O tratamento das fachadas destes volumes de carácter e utilização religiosa era sempre cuidado, pois era a definição e enquadramento da visão frontal do edifício que mais interessava para a estética de uma construção que se pretendia destacar. Algumas destas capelas incluía mais do que uma possibilidade de entrada no espaço religioso, ora para os proprietários, ora para o acesso à população, implantando-se de forma a facilitar esse diferenciamento. Por tudo isso, a importância e riqueza da capela impõe-lhe uma demarcação enquanto volume, ainda que por vezes dê continuidade aos paramentos do espaço habitacional, ocupando o extremo da fachada e fazendo paredes meias com a casa. Rematando o extremo da fachada principal da *Casa de Alvação*²⁴⁶, e voltando-se para poente, implanta-se a capela dedicada a Nossa Senhora do Bom Despacho, que comunica internamente com a casa. Pode ler-se um certo ecletismo do mestre da obra. O frontão recorta-se em linhas curvas sucessivas, sendo ainda encimado por um campanário que evoca um arco clássico. O frontispício é sobrecarregado com o recorte de vãos ou nichos, assim como pela colagem de molduras com diferentes recortes, que nem sempre estão em equilíbrio / alinhamento com os cunhais e frisos de remate. Ainda assim, o conjunto associado à casa parece transmitir alguma harmonia visual, garantida pela permanência de pilastras que marcam cada tramo de parede. A escadaria é perpendicular a este lanço de parede, numa linguagem austera. É num desses panos desta fachada que se ostentam as armas e escudo – símbolos da família. Estão dispostos numa composição isolada na parede, “como um imenso estandarte espraçado a toda a altura da parede, como se a pedra se tivesse convertido num quadro” (STOOP, 1993, 106). Não deixa de ser curioso o facto de que, a altura da empena e do telhado da capela ultrapassa a cornija do beiral da casa, como que se sobrepondo a ela, quando o foco deveria estar sempre na casa senhorial em si. Outros exemplos há em que a capela se autonomiza do conjunto habitacional, afastando-se, sem deixar de manter a conjugação visual e espacial com a habitação, ajudando na conformação da área exterior que envolve as suas volumetrias. As *Casas da Granja*²⁴⁷ e *da Taipá*²⁴⁸, seguem uma lógica de implantação tradicional, com a planta do espaço habitacional em “L”, à volta da qual se ergueram dependências agrícolas. Além da existência dessas construções, os seus terrenos são caracterizados por terras de cultivo e jardins e, numa zona mais afastada, elevam-se as suas respetivas capelas. Deste modo, formam-se alguns percursos que se consagram entre espaço habitacional e espaço sagrado, parecendo importante



Casa da Taipa (Casal, Cabeceiras de Basto – S. Nicolau).



Planta da Casa da Taipa (Casal, Cabeceiras de Basto – S. Nicolau).



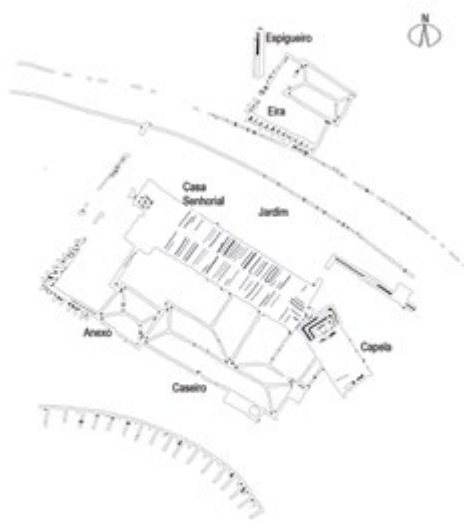
Capela da Casa da Taipa (Casal, Cabeceiras de Basto – S. Nicolau).

distinguir o espaço doméstico do espaço de capela, que assim garantia o recato necessário à oração. Numa lógica intermédia entre as duas soluções de implantação já apresentadas (capela que remata um extremo da fachada da casa e capela que se ergueu numa área mais afastada), existem os casos em que o volume do espaço religioso se agrega claramente à habitação, mas ainda assim se mantém volumetricamente independente. É nessa condição que se conjuga a capela da Casa da Ponte²⁴⁹, cuja edificação está enviesada em relação à casa e a todas as dependências. E, se estas últimas se implantam de forma a respeitar a topografia, com os vários volumes a seguir paralelamente a linha definidora do terreno, a capela cria uma zona de interstício em relação à casa, voltando-lhe a fachada de acesso e procurando a luz nascente com a cabeceira. Por último, devem ser relatados casos em que a capela se relaciona mais com o exterior da propriedade, articulando o seu frontispício com o muro que delimita os terrenos da família, ao lado do acesso aos mesmos, como na *Casa da Breia de Baixo*²⁵⁰ ou na *Casa da Torre / Torre de Alvite*²⁵¹. Aqui, articulam-se três momentos de entrada na propriedade: o templo e o portão da propriedade, que se conjugam perpendicularmente um em relação ao outro, e o portal de acesso à casa propriamente dita. Assume-se que são estes elementos (templo, propriedade, e casa) que marcam a existência e o quotidiano daquela casa, assim como o volume da torre que se destaca verticalmente. Percebe-se que, apesar da dureza do granito, a mestria do trabalho da pedra tratou-a como se se esculpisse um material brando. Há grande diversidade de trabalho esculpido nos paramentos que constituem os elementos já referidos. Seguindo a imagem, à esquerda está um portal que permite o acesso a um coberto que antecede a casa senhorial propriamente dita; o portal mais à direita abre para os arruamentos internos do terreno, que conduzem às suas várias partes; o portal intermédio é o da capela, cuja fachada não só consegue enobrecer e assinalar a grandeza do solar a que se submete, como também se expõe à utilização dos habitantes do lugar e não só aos senhores da casa. De facto, já se referiu que a construção de uma capela podia ver-se limitada à autorização da Instituição da Igreja, e esse aval positivo poderia ser garantido mediante autorização dos proprietários para que a população circundante ali pudesse igualmente orar. Esta era uma das exigências habituais do arcebispado de Braga para autorizar a construção destes espaços de culto, enquadrando-os num espírito comunitário, e de acordo com a paróquia do lugar²⁵².

Entre eiras, espigueiros, alpendres, lagares, anexos e, como se mostrou por último, as capelas, as casas senhoriais podem articular-se com um outro elemento – as torres, que as transformam num *tipo* específico: as casas-torre. Trata-se de uma tipologia distinta, mas algo comum no nosso território, habitualmente ligada a residências de linhagens secundárias da nobreza, em que a torre (com todas as suas simbologias historicamente relacionadas com o senhor feudal, emblema mais de posse do que de poder, carregado, com o decorrer dos séculos, de todas as nostalgias dos tempos passados) aparece associada a volumes habitacionais. É um tipo que surgiu no final da Idade Média, e que se torna mais frequente no século XVI (AZEVEDO, 1988 [1969]: 49), muitas vezes segundo imitações, ou com retóricas que tornam a sua datação difícil. Normalmente, a posição da torre é tomada como ponto de partida e as restantes construções desenvolvem-se a partir dela, estabelecendo relações estreitas entre as volumetrias. A articulação entre as diferentes partes da casa pode ser bastante controlada, com volumes agrupados segundo eixos organizadores, como na *Casa da Torre / Torre de Alvite*²⁵³ (em que todos os corpos construídos seguem a mesma orientação de paralelismos entre si), ou constituir-se por adição de edificações, numa contínua evolução temporal. Ainda que a



Casa da Ponte (Lugar da Ponte, Cavez).



Planta da Casa da Ponte (Ponte, Cavez).

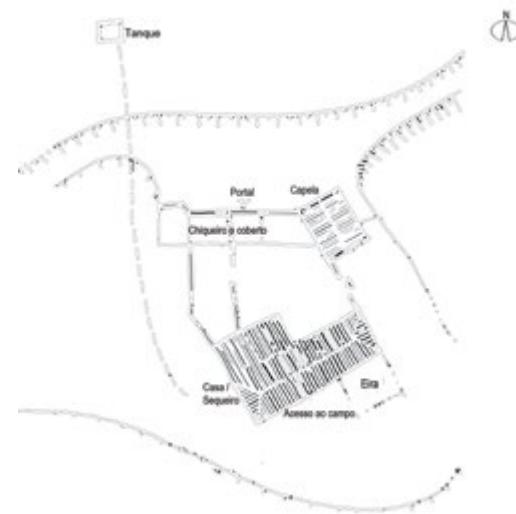
*Torre de Abadim*²⁵⁴ não se tenha erguido como espaço habitacional, mas antes como sede do poder administrativo do Couto de Abadim, a conformação das volumetrias habitacionais (entretanto construídas e que passaram a envolver a torre) denotam que nunca existiu um plano geral ou regras de coesão para a escolha da implantação de cada volume. Talvez a diferença programática conduzisse a isso mesmo, não se sentindo a mesma necessidade de articulação entre os espaços, como seria habitual numa habitação. Em todo o caso, as torres destacam-se em altura e assumem formas retangulares que se relacionam com a restante planimetria das casas. E mesmo não lhes sendo atribuída qualquer função defensiva, o remate superior destas torres faz sempre referência a toda uma linguagem de retórica militar, aplicada de forma mais decorada e, com isso, simbolizando a classe fidalga (ou cavaleiresca) do proprietário. Tudo isso, ajuda a compreender o gesto claro da semiologia de uma casa senhorial, uma vez que a torre acarreta consigo uma série de simbolismos, a que todos os corpos residenciais acabam por dar lugar de destaque.

Quanto à organização do interior destas casas senhoriais, há alguns princípios comuns, como o facto de que a existência de criadagem e de serviçais desmultiplica a necessidade de áreas para a distribuição de um programa mais complexo – circulação para senhores e circulação para serviçais, zonas de dormir para proprietários e zonas de dormir para criados, etc. As áreas do rés do chão serviam mais enquanto piso de serviços, incluindo a armazenagem de produtos, o que também era natural por se tratarem de lugares mais frescos que ajudavam à preservação dos alimentos. A cozinha era localizada no espaço em que melhor conseguisse responder às funções a que se destinava – devia ser relegada para segundo plano em relação ao “*rosto*” da casa, estar num local que evitasse propagação de cheiros e ruídos, e permitir que, em caso de fogo, não houvesse propagação de chamas para o resto da casa. Já as áreas no piso nobre incluem uma série de câmaras e antecâmaras, salas de receção, etc., e por vezes, oratórios. Muitos desses espaços eram multifuncionais, outros tinham a sua função bem definida e a isso ajudava o mobiliário e a decoração presentes. Só a partir do século XVII e seguintes é que se começou a pensar a função de cada zona de modo mais direto e exclusivo²⁵⁵. Normalmente, não existiam corredores – a circulação fazia-se em sequência, atravessando de umas divisões para outras. Logo, era importante a hierarquia dos espaços, obrigando as divisões mais privadas (como espaços de dormir) a localizarem-se nos extremos da casa – os últimos a ser acedidos. Em algumas das casas mais antigas, isto foi sendo feito à medida das necessidades, ora acrescentando novas alas, ora aumentando o número de pisos.

A escada para o piso mais nobre, onde estariam as áreas de estar e os quartos dos senhores da casa, tinha sempre uma localização de destaque, uma vez que era uma estrutura chave para o prestígio social. Em grande número dos casos, localiza-se no exterior, dignificando um acesso direto desde o exterior da propriedade até ao espaço privado e, nesses casos, a escada ajuda à composição da fachada. Em conformidade com essa lógica, as casas da *Tojeira*²⁵⁶ e de *Pielas*²⁵⁷, apresentam uma escadaria em granito que se lança para as áreas de acesso à casa e se abre para uma varanda alpendrada, em ambos os casos. Os remates do acesso vertical são feitos por volutas sumptuosas, ao passo que os alpendres (respetivas colunas de sustentação da cobertura, plintos, cornijas e guardas em cantaria) constituem o próprio desenho de fachada principal do solar. Na *Tojeira*, esse alçado frontal atual corresponde a uma reconstrução, já do século XIX, imitando o que se fazia na época setecentista em Ponte de Lima, muito provavelmente graças aos trabalhos de Nasoni (VITERBO, 1988 [1904], II: 189-193). Uma vez que se tratam de



Casa da Breia (Breia, Cabeceiras de Basto).



Planta da Casa da Breia (Breia, Cabeceiras de Basto).

construções com grandes áreas a envolver, as escadas podem ocupar áreas exteriores pois não há o problema de espaço que por vezes um ambiente mais urbano impõe. Ainda assim, também existem as escadas no interior, que são extremamente úteis para o funcionamento dia a dia.

Já os alpendres, são elementos que denotam uma separação entre o que é espaço privado e espaço comum, exterior, ajudando à transição entre um e outro. É, de facto, o alpendre (ou pelo menos o patamar alpendrado no topo da escadaria, como já vimos em exemplos anteriormente mencionados –) que articula o acesso ao interior que será, naturalmente, a área de maior estatuto da casa – uma sala de receção, ampla, que poderá ser articulada com uma área de grande salão. Casas alpendradas, resguardam, ainda, uma série de relações com o meio envolvente, conferindo um espaço-galeria para o qual se voltam os salões principais²⁵⁸. Os solares parecem oferecer ao visitante dois itinerários distintos, conforme se trate de um membro mais “familiar” ou uma mera visita ocasional. Poderão ser oferecidas apenas as divisões mais nobres e os aspetos mais monumentais da casa, com a chegada através do terreiro principal, a subida pela escada colocada estrategicamente em relação ao frontispício e, assim, chegando ao alpendre (quando existe). Depois poderá permanecer nos aposentos mais nobres, mas de carácter mais público, ou penetrar no domínio da privacidade, se assim lhe for permitido. O visitante pode, no entanto, estar mais relacionado com os trabalhos em contínuo desenvolvimento no piso térreo e, dessa forma, percorrer as lojas, arrecadações, cozinha e campos agrícolas, peças centrais na vida dos solares de campo. Nunca se deve esquecer, no entanto, que a maior riqueza espelhada nos paramentos que se voltam para o exterior e que resguardam um interior onde habitavam senhores mais abastados, implica uma condição social que ajuda os espaços físicos do seu quotidiano a ganhar outra dimensão, mas essencialmente uma outra estética mais cuidada, quase um conceito de construção elaborada para um público observar e admirar.

“A evolução da noção de conforto, mas também a persistência de tradições domésticas mediterrânicas de contemplação discreta do espaço público, traduziam-se em soluções como a janela de assento, ou na aposição de adjacências salientes na fachada dos edifícios: as varandas, os balcões e as adufas” (CONDE, 2010: 64), assim como o evoluir dos conhecimentos técnicos permitiu um melhor assentamento da pedra e da madeira. Estes são os principais materiais construtivos e a sua boa aplicação não só apoia a evolução estética, como também transforma estas habitações em algo cada vez mais perene e resistente ao rigor dos invernos e inerte em relação ao calor dos verões. De facto, o século XVII é um tempo em que esse conhecimento construtivo estava já mais assegurado, e talvez seja por isso mesmo que, segundo os dados inventariados (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008), é desse tempo o maior número de casas que se fundaram em Cabeceiras de Basto (vinte e seis casas). A época de quinhentos também trouxe consigo um certo número de construções solarengas (sete casas), erguidas porque, uma vez que os senhores não estavam tão ocupados no desempenho dos seus papéis militares, voltavam-se para o desenvolvimento das suas propriedades (ARQUITETURA, 1988 [1961]: 27). Antes disso, e provando a ancestralidade senhorial destas terras, há cinco habitações do século XV e apenas uma do século XIV. Séculos mais tarde, na época setecentista, a região é agraciada por um grande desenvolvimento provocado pelas riquezas vindas do Brasil e pela crescente riqueza dos proprietários graças ao maior rendimento do cultivo do milho-maiz ou milho grosso (FONTES; RORIZ, 2007). São “fatores decisivos da sua economia, esses edifícios revelam-nos a existência de uma nobreza rural de vida sóbria, ciosa de ancestrali-



Casa da Torre (Torre, Alvite).



Planta da Casa da Torre (Torre, Alvite).

dade, e de uma mão de obra local simples, mas culta”²⁵⁹. Desta altura, podem-se encontrar, no Concelho, onze exemplares de arquitetura civil residencial senhorial.

O quadro seguinte pretende associar estes números às tipologias que já foram mencionadas, para que se consiga compreender o gosto de cada época e as tendências que sempre perduraram:

Quadro I

Número de casas construídas em cada século, mediante cada tipologia, segundo o registado²⁶⁰ para o concelho de Cabeceiras de Basto

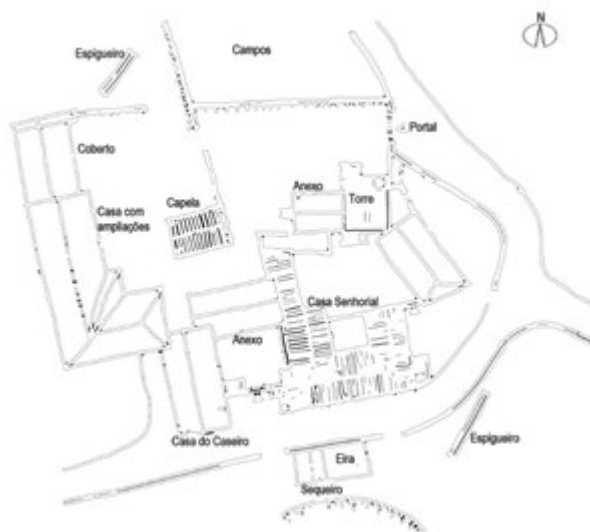
	Planta retangular	Planta em “L”	Planta em “U”	Planta quadrada c/ pátio interior	Planta em “O”, c/ pátio interior	Planta poligonal c/ pátio interior	Planta irregular	Planta agrupando vários volumes
Séc. XIV		1						
Séc. XV	1	1	1				1	1
Séc. XVI		4	1	1				1
Séc. XVII		6	7	6	1	1		1
Séc. XVIII		7		2				2

Ainda que a estes dados se pudesse juntar uma série de outras variantes, e que algumas das leituras tipológicas hoje observáveis resultem, em parte, de constantes reconstruções destas casas com adições volumétricas, não deixa de ser interessante o facto que de a tipologia em “L” sempre esteve presente no historial de formas construídas. É de realçar que só o século XVII desenvolveu o conceito de pátio, em mais do que uma forma, e que o século XVIII volta a preferir uma associação mais simples de dois retângulos em “L”.

Apesar destes grupos de tipologias que se conseguem observar, é difícil desvendar a sua variedade, quanto a uma série de outros pormenores que vão além da leitura planimétrica. O périplo efetuado por este texto percorre apenas algumas das habitações construídas, ativas no processo de transformação da paisagem tão indispensável à evolução do território. Resta a esperança de que com a descrição desses modelos, se consigam observar e compreender todos os outros casos que, obrigatoriamente por falta de espaço, permanecerão, aqui, sem referência. A arquitetura doméstica senhorial procurou efeitos teatrais, exacerbando



Casa da Torre ou do Tronco (Torre, Abadim).



Planta da Casa da Torre ou do Tronco (Torre, Abadim).



Casa da Torre ou do Tronco. Porta (Torre, Abadim).

sumptuosidade. Os elementos construtivos mostram-se em sucessão, desde o muro exterior e primeiro portal de acesso, passando pela via que conduz à casa, o cenário provocado pelo frontispício e a capela (quando existe), envolvidos por uma série de dependências que servem os senhores. Os conceitos acumulam-se, ainda que por vezes mais visíveis numas do que noutras destas habitações: a integração na paisagem da *Casa do Vale*²⁶¹; a retórica e ancestralidade da *Casa do Tronco*²⁶²; o desenho rigoroso e rico das fachadas rebocadas em conjugação com molduras, pilastras e frisos em cantaria, com a pedra de armas a sobrepor-se a quem atravessa o portal (por exemplo) da *Casa da Breia*²⁶³; mas também a arquitetura da pedra, mais austera e diretamente ligada aos anexos agrícolas como a *Casa da Taipa*²⁶⁴; os alpendres, como o da *Casa de Santo Antonino*²⁶⁵; o jogo entre grande escadaria de acesso e a colocação do brasão, que a *Casa da Quinta da Granja*²⁶⁶ bem evidencia; ou ainda a presença de capelas ora associadas ao solar (*Casa do Barrosão*²⁶⁷), ora afastadas e constituindo um percurso de acessos entre habitação e espaço religioso (*Casa da Taipa*²⁶⁸).

São tudo características inegáveis de uma arquitetura onde existe algum dramatismo no conjunto que constitui a propriedade. A habitação, propriamente dita, evidencia-se principalmente em contraste com a escala mais modesta das construções anexas relacionadas com o uso quotidiano da vivência de “*quinta*”. A atitude pragmática assumida no erguer destas construções nunca pôs de parte a linguagem mais erudita e cuidada como expressão do nível senhorial destas habitações, numa bipolaridade entre a existência do lar e o cultivo e cuidado com as terras e animais (FERNANDES, 2000).

Apesar de algumas destas casas que aqui têm sido referidas (as deste texto e as do anterior) estarem já em estado de abandono, ou terem deixado de ter como função principal a habitação²⁶⁹, o percorrer da existência de todas permite reconhecer e contatar com uma paisagem que ainda deixa transparecer o ordenamento agrário que lhe marcou séculos da sua existência, num equilíbrio entre domínios senhoriais (que se materializam nos seus solares) e o papel igualmente determinante das casas de lavradores.



The background of the image consists of several vertical wooden planks. The planks are covered in layers of peeling paint, primarily in shades of red and yellow, revealing the natural wood grain underneath. On the left side, there is a square metal plate with a central hole and several smaller holes around its perimeter, possibly a hinge or a fastener. The overall texture is rough and aged.

• BIBLIOGRAFIA •

ABREU, 1956

Leonídio de Abreu – Silva Minhota. Braga: [s.n.], 1956.

ALARCÃO, 1988

Jorge de Alarcão – Roman Portugal. 3 vol. Warminster: Harris & Philips, 1988.

ALARCÃO, 1999

Jorge de Alarcão – As cidades capitais do Norte de Portugal na época romana. In Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internaci-onal. Lugo, 1999. P. 429-437.

ALARCÃO, 2000

Jorge de Alarcão – As paróquias suélicas do território actualmente português. In Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2000. P. 30-59.

ALARCÃO, 2003

Alarcão, Jorge de – A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. Conímbriga. 42 (2003). P. 5-115.

ALMEIDA, 1939 [1643]

Gregório de Almeida, Dom [Padre João de Vasconcelos, S.J.] – Restauração de Portugal Prodígiosa. Ed. de Damião Peres. Vol. 4. Barcelos, [s.n.], 1939. 1.ª ed., Lisboa, António Álvares, 1643

ALMEIDA, 1968

Carlos Alberto Ferreira de Almeida – Vias Medievais de Entre Douro e Minho. Texto policopiado. Vol.1. Porto, 1968. P. 191-192.

ALMEIDA, 1971

Fortunato de Almeida – História da Igreja em Portugal. Vol. IV. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1971.

ALMEIDA, 1974

Ferreira de Almeida – L'Orfevererie Archaique Romaine et Wisigothique: les Colléctions du Musée d'Archéologie et d'Etnologie de Lisbonne. Les Dossiers de l'Archéologie. Dijon. 4 (1974). P. 70-75.

ALMEIDA, 1976

José António Ferreira de Almeida, coord. – Tesouros Artísticos de Portugal. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1976.

ALMEIDA, 1981

Carlos Alberto Ferreira de Almeida – Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto, Refojos de Basto. Arqueologia. Porto. 3 (1981). P. 111-116.

ALMEIDA, 1981A

Carlos Alberto Ferreira de Almeida – Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho: sua sacralização. Porto: Associação Cultural Nova Renascença. 1: 2 (1981). P. 202-212.

ALMEIDA, 1983

Carlos Alberto Ferreira de Almeida – O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação. In Gerardo Pereira Menaut (coord.) – Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia. Santiago de Compostela: Universidade, 1983. P. 187-198.

ALMEIDA, 2001

Carlos Alberto Ferreira de Almeida – História da Arte em Portugal: O Românico. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA; BARROCA, 2002

C. A. Ferreira de Almeida; Mário Jorge Barroca – O Gótico: História da Arte em Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA; SOUSA, 1993

C. A. Brochado de Almeida; Maria José Carvalho de Sousa – Três Torques do Norte de Portugal. Lucerna. 2ª Série. 3 (1987). Porto: Secretaria de Estado da Cultura: Delegação do Norte / Centro de Estudos Humanísticos, 1993. P. 123-133.

Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia

ALVES, 2007

Vera Marques Alves – Camponeses estetas no Estado Novo: arte popular e nação política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Tese de

doutoramento em Antropologia, Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2007.

AMARAL, 2001

Maria Antónia Athayde Amaral – O cálice de D. Gueda Mendes e o báculo de S. Teotónio: Contributos para a história da ourivesaria do século XII. In Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro: Coleção de Ourivesaria Medieval, Séculos XII-XV. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2001. P. 49-61.

AMARAL, 2009

Luís Carlos Amaral – O povoamento da terra bracarense durante o século X. Revista da Faculdade de Letras: História. 3.ª Série. Porto. 10 (2009). P. 113-127.

ANDRADE, 1629

Miguel Leitão de Andrade – Miscelânea do sítio de N.ª S.ª da Luz do Pedrógão Grande: aparecimento de sua santa imagem... Lisboa: Matheus Pinheiro, 1629.

ANEDOTAS, 1980

Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista: Histórias e ditos galantes que sucederam e se disseram no Paço. Leitura, Introdução e Notas de Christopher C. Lund. Coimbra: Almedina, 1980.

ARAÚJO, 1962

Ilídio Alves de Araújo – Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal. Vol. 1. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

ARAÚJO, 1965

Ilídio de Araújo – Jardins de Basto. In Guia de Portugal: Entre-Douro e Minho: Minho. Vol. 4, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. P. 1294-1299.

ARAÚJO, 2011

Ilídio de Araújo – Memórias arquitectónicas e tumulares dos antigos «Fidalgos de Basto». In Casa Nobre: Um património para o futuro. Actas do 2.º Congresso Internacional. Arcos de Valdevez: Município, 2011.

ARGOTE, 1732

Jerónimo Contador de Argote – Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga... Vol. 1. Lisboa: Oficina de José António da Silva, 1732.

ARQUITECTURA, 1988 [1961]

Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 1.ª ed., 1961

ASSUNÇÃO, 1980

A.M. Assunção – Velharias do Concelho. Jornal de Cabeceiras. Cabeceiras de Basto. 3 Maio 1980.

AZEREDO, 1986

Francisco de Azeredo – Casas Senhoriais Portuguesas. Porto: Editora do Minho, 1986.

AZEVEDO, 1845

Torquato Peixoto de Azevedo – Memorias Ressuscitadas da Antiga Guimarães em 1692. Porto, 1845.

AZEVEDO, 1988 [1969]

Carlos de Azevedo – Solares Portugueses. Introdução ao estudo da Casa Nobre. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 1.ª ed. 1969

AZEVEDO, 1991

José Correia de Azevedo – Inventário Artístico Ilustrado de Portugal: Minho. Vol. 1. Lisboa: Nova Gesta, 1991.

BABO, [s.d.]

Carlos Babo – A Sombra de D. Miguel. Lisboa: Portugal-Brasil ed., s/d..

BAKHTIN, 1970

Mikhail Bakhtin – L'Oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance. Paris: Gallimard, 1970. P. 280.

BARROCA, 1987

Mário Jorge Barroca – Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-E-Minho: séculos V a XV. Texto policopiado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

BARROCA, 1988

Mário Jorge Barroca – Ferrarias Medievais no Norte de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. 28 (1988). P. 211-241.

BARROCA, 1989

Mário Jorge Barroca – Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. Revista de História. 9 (1989). P. 6-61. Consulte-se em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13087>

BARROCA, 2000

Mário Jorge Barroca – Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português. Vol. II, tomo I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000. P. 241-245.

BARROCA, 2010-2011

Mário Jorge Barroca – Sepulturas Escavadas na Rocha de Entre-Douro-E-Minho. Portugália. Nova Série. Porto. 31-32 (2010-2011). P. 115-182.

BARROSO, 2003

Daniel Barroso – A Levada de Víbora em Abadim. Ecoss de Basto. (31 de Maio de 2003). P. 10.

BASTOS, 1998

Fernando J. R. E. M. Bastos – Os Cientistas e a Religião: contributos para uma epistemologia do Sujeito Científico. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Tese de mestrado.

BATISTA, 1996

Fernando Oliveira Batista – Declínio de um Tempo Longo. In O Voo do Arado. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996. P. 35-75.

BELL, 1982

M. Bell – The effects of land-use and climate on valley sedimentation. In A. Harding (ed.) – Climatic Change in Later Pre-History. Edinburgh: University Press, 1982. P. 127-142.

BERMAN, 1981

Marshall Berman – Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade. Lisboa: Edições 70, 1981.

BETTENCOURT, 1995

Ana Maria dos Santos Bettencourt – Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal. In Susana Oliveira Jorge – A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1995. P. 110-115.

BEUG, 1982

H. J. Beug – Vegetation history and climatic changes in central and southern Europe. In A. Harding (ed.) – Climatic Change in Later Pre-History. Edinburgh: University Press, 1982. P. 85-102.

BLANCE, 1971

B. Blance – Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel. Berlin: Römisch-Germanisches Zentralmuseum, Gebr. Mann Verlag, 1971.

BOBONE, 1997

Carlos Bobone – História da Família Ferreira Pinto Basto. Lisboa: Liv. Bizantina, 1997.

BONSALL et al., 2005

Clive Bonsall; Mark G. Macklin; David E. Anderson; Robert W. Payton – Climate Change and the Adoption of Agriculture in North-West Europe. European Journal of Archaeology. 5 (2005). P. 9-23.

BOSCH GIMPERA, 1933

P. Bosch Gimpera – Los celtas en Portugal y sus caminos. In Homenagem a Martins Sarmiento: miscelânea de estudos em honra do investigador vimaranense: no centenário do seu nascimento (1833-1933). Porto: Imprensa Portuguesa, 1933. P. 54-72.

BOURIN; BOISSELIER, 2002

Monique Bourin; Stéphane Boisselier (Ed.) – L'espace rurale au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France, XII-XIV siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. (Collection Histoire).

BRADLEY, 1999

Raymond S. Bradley – Paleoclimatology: Reconstructing climates of the quaternary. San Diego: Elsevier Academic Press, 1999.

BRANDÃO, 1725

António Brandão, *Frei* – Quarta parte da Monarquia lusitana: que contém a história de Portugal desde o tempo del Rei Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado del Rei D. Afonso III. Lisboa: Of. Ferreiriana, 1725.

BRANDÃO, 1959

D. P. Brandão – Inscrição honorífica a Constâncio Cloro. Revista de Guimarães. 69: 3-4 (1959). P. 367-374.

BURROUGHS, 2005

Burroughs, William James – Climate Change in Prehistory: the End of the Reign of Chaos. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CABECEIRAS, 1998

Cabeceiras... das Terras de Basto. Paços de Ferreira: Anegia Editores, 1998.

CABRAL, 1989

João de Pina Cabral – Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa do Alto Minho. Lisboa: D. Quixote, 1989. (Portugal de Perto; 19).

CALO LOURIDO, 1993

F. Calo Lourido – A Cultura Castrexa. Porto Son: Edicións A Nossa Terra, 1993.

CALO LOURIDO, 1994

F. Calo Lourido – A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa. 2 vols. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1994.

CALO LOURIDO, 2003

F. Calo Lourido – El Icono Guerrero Galaico en su Ambiente Cultural. Madrider Mitteilungen. Madrid. 44 (2003). P. 33-40.

CAMPO BELLO, 1931

Henrique Campo Belo, *Dom* – A soberana Militar Ordem de Malta e a sua acção em Portugal. Vol. 1. Porto, 1931.

CAPELA, 1987

Martins Capela – Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. 2ª ed. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1987.

CAPELA, 2003

José Viriato Capela – As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista. Braga: Universidade do Minho, 2003.

CAPELA, 2006

Capela primitiva mandada fazer por D. Inês de Castro. Diário do Minho. (12 Outubro 2006). P. 24-25.

CARDOSO, 1657

Jorge Cardoso – Agiolégio lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta ínclita cidade lisboa e a seu illustre cabido sede vacante. Vol 2. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1657.

CARDOSO, 1930

Mário Cardoso – Jóias Arcaicas encontradas em Portugal. Revista Nós. Corunha. 75 (1930). P. 43-63.

CARDOSO, 1935

Nuno Catarino Cardoso – Arte Portuguesa: Pelourinhos do Minho e Douro. Vol. I. [S.l.: s.n.], 1935.

CARDOSO, 1957

Mário Cardoso – Das origens e técnica do trabalho do ouro e a sua relação com a joalheria arcaica peninsular. Revista de Guimarães. 67: 1-2 (1957). P. 5-46.

CARDOSO, 1965

Mário Cardoso – A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. Revista de Guimarães. 75: 1-4 (1965). P. 153-68.

CARDOSO, 1967

Mário Cardoso – Elementos bibliográficos para o estudo da joalheria arcaica luso-espanhola. Revista de Guimarães. 77: 3-4 (1967). P. 329-376.

CARDOSO, 1987

Mário Cardoso – Jóias arcaicas encontradas em Portugal. Nós. Coruña. 11: 72 (1987). P. 205-215.

CARDOSO, 2002 [1652]

Jorge Cardoso – Agiolégio Lusitano. Estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes. Vol. 2. Porto: FLUP, 2002.

Fac-simile da ed. de Lisboa: na Oficina Craesbeekiana, 1652-1744.

CARNEIRO, 2008

Fernanda Carneiro – Tempo de Memórias. Porto: Papiro Editora, 2008.

CARVALHO, 1990

António F. Teixeira de Carvalho, *dir.* – Salvar o Património Cultural é tarefa de todos. Ecos de Basto, Cabeceiras de Basto. 30 de Setembro de 1990.

CARVALHO, 1992

José Adriano de Carvalho – Introdução. In Francisco Rodrigues Lobo – Corte na Aldeia. Lisboa: Presença, 1992.

CARVALHO, 1998

Teresa P. Carvalho – A terra sigillata Boelhe. Cadernos do Museu. Penafiel. 4 (1998). P. 63-78.

CARVALHO, 2008

Helena P. Abreu de Carvalho – O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis. Braga, Universidade do Minho, 2008.

CARVALHO, 2009

José Carvalho – Católicos nas vésperas da I República: os Jesuítas e a sociedade portuguesa: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910). Porto: Civilização, 2009.

CARVALHO; QUEIROGA, 2005

Teresa Pires de Carvalho; Francisco M. V. R. Queiroga – O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos. Cadernos do Museu. Penafiel. 11 (2005). P. 121-153.

CASTELO BRANCO, 1863

Camilo Castelo Branco – Como ela o amava. In Noites de Lamego. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1863.

CASTELO BRANCO, 1901

Camilo Castelo Branco – Maria da Fonte. Porto: Chardron, 1901.

CASTELO BRANCO, 1965

Camilo Castelo Branco – Novelas do Minho. Vol. 2. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1965. (7.ª edição).

CASTELO BRANCO, 2009

Camilo Castelo Branco – Novelas do Minho: um retrato de Portugal. Lisboa: Bertrand Editora, 2009.

CASTIGLIONE, 1984

Baltasar de Castiglione – El Cortesano. Trad. de Juan Boscan. Vol. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1984.

CASTRO, 1762

João Baptista de Castro – Mapa de Portugal antigo e moderno. Vol. 1. Lisboa: Oficina patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762.

CASTRO, 1763

João Baptista de Castro – Mapa de Portugal antigo e moderno. Vol. 2. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

CASTRO, 1975

Armando de Castro – Morgado. In Joel Serrão (*dir.*) – Dicionário de História de Portugal. Vol. 4. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

CHAVES, 1934

Luís Chaves – O Basto: Estátua de guerreiro lusitano em Refojos de Basto. Braga: Tipg. Augusto Costa, 1934.

COFFYN, 1985

A. Coffyn – Le Bronze final atlantique dans la Péninsule Ibérique. Paris: Publ. Centre Pierre Paris, 1985.

COIMBRA, 1997

Artur Ferreira – Fafe: a Terra e a Memória. Fafe: Câmara Municipal, 1997.

CONDE, 2010

Sílvio Conde – A Casa. In História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média. Dir. José Mattoso. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. P. 54-77.

CORDEIRO, 1999

Joaquim António da Silva Cordeiro – A crise em seus aspectos morais. 2.ª edição. Lisboa: Cosmos, 1999.

CORDEIRO, 2000

José Manuel Cordeiro – A reacção absolutista. In A memória da Cidade. Público. 17.12.2000.

CORREIA, 1924

Mendes Correia – Os Povos Primitivos da Lusitânia. Porto: A. Figueirinhas, 1924.

CORTESÃO, 1984

Jaime Cortesão – Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

COSTA, 1706

António Carvalho da Costa – Corografia Portuguesa e descrição topográfica... Vol 1. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. P. 149-154. 2ª ed. 1868. Braga.

COSTA, 1959

Avelino de Jesus da Costa – O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga. 2 vol. Coimbra: Universidade. Faculdade de Letras, 1959.

COSTA, 1990

Avelino de Jesus da Costa, *Padre* – Pedro Ourives, grande artista e benemérito da cidade de Braga, injustamente esquecido. In Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1990.

COSTA, 1991

José de Magalhães Alves Costa, *Padre* – Um delito de opinião. Celorico de Basto: Ed. da Paróquia do Divino Salvador de Ribas, 1991.

COSTAS; FERNANDEZ, 1994

F.J. Costas Goberna; J. Fernandez Pintos – Diseños cuadrangulares ajedrezados en los petroglifos del Noroeste de la Península Iberica. Actas do Colóquio Galaico-Minhoto, III. 2 vols. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1994. P. 541-566.

COUTINHO, 1881-1882

José de Moura Coutinho, *Dom* – Descrição dos Concelhos de Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. A Palavra. 10-11 (28.10.1881 a 5.6.1882).

COUTINHO, 1942

C. da Cunha Coutinho – O Castelo da Terra de Basto, mais velho que a nacionalidade. Lisboa: Associação dos Arqueólogos, 1942.

COUTO; GONÇALVES, 1960

João Couto; António M. Gonçalves – A Ourivesaria em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1960.

CRAESBEECK, 1992 [1726]

Francisco Xavier da Serra Craesbeek – Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726. 2 vol. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1992.

CRIADO; FÁBREGAS, 1989

Felipe Criado Boado; Ramón Fábregas Valcarce – Aspectos generales del megalitismo galaico. Arqueologia. Porto. 19 (1989). P. 48-63.

CRUZ, 1970

António Cruz – Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do Século XVIII, Plano de Descrição e Subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas. Apêndice 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

CUNHA, 1950

A. R. Cunha – Cividade de Chacim. Diário do Minho. Braga. 19 Março 1950. P. 1 e 4.

CUNHA, 1958

Victor Cunha – Monografia de Cabeceiras de Basto: História, Lendas, Curiosidades. Cabeceiras de Basto: [s.n], 1958.

CUNHA, 1974

A. R. Cunha – O “castro” de Chacim em Refojos de Basto. Diário do Minho. Braga. 21 Agosto 1974.

CUNHA, 1975

A. R. Cunha – Trepando aos montes. O Distrito de Braga. 1: 1-4 (1975). P. 485-535.

CUNHA, 1989 [1634-1635]

Rodrigo da Cunha, *Dom* – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga. 2 vol. Braga, 1989.
1.ª ed.: Vol. 1, 1634; Vol. 2, 1635

CUNHA; MONTEIRO, 2010

Mafalda Soares da Cunha; Nuno Gonçalo Monteiro – As grandes casas. In História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna. Dir. José Mattoso. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. P. 202-243.

DANTAS, 1919

Júlio Dantas – Espadas e Rosas. Lisboa: Sociedade Editora Portugal e Brasil, 1919.

DAVID, 1947

Pierre David – Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI.e au XII.e Siècle. Coimbra, 1947.

DESCRIÇÃO, 1874

Descrição abreviada do concelho de Cabeceiras de Basto principalmente da freguesia de S. Miguel de Refojos, sua capital. Por um cabeceirense. Lisboa: Tip. ed. de Matos Moreira e C.ia, 1874.

DIAS, 1961-1969

Luís Fernando de Carvalho Dias – Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve. 5 vol. Beja: Sociedade Editora Ala Esquerda Lda, 1961-1969.

DIAS, 1969

José Sebastião da Silva Dias – A política cultural da época de D. João III. Vol. 2. Coimbra: Universidade, 1969.

DIAS, 1990

Jorge Dias – Estudos de Antropologia. 2 vol. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

DIAS, 1993

Geraldo J. A. Coelho Dias – O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras. Felgueiras: Cidade. Felgueiras. 1: 1 (Junho de 1993).

DIAS, 1993A

Geraldo J. A. Coelho Dias – O Mosteiro de Tibães e a reforma dos beneditinos portugueses no Séc. XVI. Revista de História. Porto. 12 (1993).

DIAS, 1996

Geraldo José Amadeu Coelho Dias – D. Sancho I: peregrino e devoto de Santa Senhorinha de Basto. Revista da Faculdade de Letras. História. Porto. 2.ª série. 13 (1996). P. 63-70.

DIAS, 2002

Geraldo Coelho Dias – O Mosteiro de S. Miguel de Refojos: História do monumento emblemático de Cabeceiras de Basto. Mínia. Braga. 10 (2002).

DIAS, 2009

Geraldo José Amadeu Coelho Dias – O mosteiro de São Miguel de Refojos: jóia barroca em terras de Basto. Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, 2009.

DIAS; OLIVEIRA; GALHANO

António Jorge Dias; Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano – Os espigueiros portugueses. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1961.

DINIS, 2000

António Dinis – Quinta do Hospício, Portugal, Braga, Cabeceiras de Basto, Basto. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11132. Consultado em 11 de Junho de 2013.

DINIS; BETTENCOURT, 2009

António P. Dinis; Ana M. S. Bettencourt – A Arte Atlântica do Crastoeiro, Norte de Portugal: Contextos e Significados. Gallaecia. 28 (2009). P. 41-47.

DINIS; PEREIRA, 1999

António Dinis; Ana Pereira – Casa da Ponte. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5682. Consultado em 11 de Junho de 2013.

DIONÍSIO, 1965

Sant'Anna Dionísio, *ed. lit.* – Guia de Portugal: Entre-Douro e Minho: Minho. Vol. 4, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
2.ª ed. 1986

DOCUMENTOS, 1912

Documentos para a história de Guimarães. Revista de Guimarães. 29: 4 (Out-Dez 1912). P. 145-166.

DOMINGUES, 2003

Álvaro Domingues – Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica. Revista da Faculdade de Letras. Geografia. 1.ª série. 3 (2003). P. 111-117.

DOMINGUES, 2012

Álvaro Domingues – Vida no Campo. Porto: Dafne, 2012.

DUARTE, 1995

Luís Miguel Duarte – A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média: tentativa de síntese. Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: FLUP. 12 (1995). P. 75-112.

ELUÈRE, 1982

Christiane Eluère – Les ors préhistoriques: L'Âge du Bronze en France. Vol. 2. Paris: Picard, 1982.

FABIÉ, 1879

António Maria Fabié – Viajes por España de Jorge de Eingheim, del Baron Leon de Rosmihal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero. Madrid: Ed. Libros de Antaño, 1879.

FARDILHA, 1993

Luís F. Sá Fardilha – Sá de Miranda e a Corte. In Espiritualidade em Portugal, sécs XVI-XVII. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas Modernas. FLUP, Porto. 1993. P. 61-69.

FARDILHA, 2003

Luís Fernando de Sá Fardilha – A Nobreza das Letras: os Sás de Meneses e o Renascimento Português. [Texto policopiado]. Porto: FLUP, 2003.
Tese doutoramento, Literatura Portuguesa, Fac. de Letras, Univ. do Porto, 2003.

FARIA, 1998

Daniel Augusto da Cunha – Um coração para o combate, um coração para a paz. O primeiro ano de publicação d'O Mensageiro do Coração de Jesus em Portugal (Abril de 1874-Março de 1875). Via Spiritus. 5 (1998).

FARIA, 2010

João André de Araújo Faria – A Restauração Prodigiosa de Portugal, 1640-1668. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
Dissertação de Mestrado em História.
http://www.ufrj.br/posgrad/cphistoria/docs_dissertacoes/2010/JoaoAndre.pdf. Consultado em outubro de 2012.

FERNANDES, 1968

A. de Almeida Fernandes – Paróquias suevas e dioceses visigóticas. Viana do Castelo: Arquivo do Alto Minho, 1968.
Separata.

FERNANDES, 1990

A. de Almeida Fernandes – Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII-X. In Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Vol. I. Braga: UCP, 1990.

FERNANDES, 2000

José Manuel Fernandes – Arquitectura Portuguesa: uma síntese. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.

FERNANDES, 2001

A. de Almeida Fernandes – As Linhagens Fundamentais. In Portugal Primitivo Medieval Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

FERNANDES, 2001A

A. de Almeida Fernandes – Da Suévia à Reconquista. In Portugal Primitivo Medieval Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

FERNANDES, 2001 [1531-1532]

Rui Fernandes – Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas: 1531-1532. Edição crítica de Amândio Morais Barros. [Lamego]: Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001.

FERNANDES, 2010

Aires Gomes Fernandes – Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em Finais da Idade Média. [Texto policopiado]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História da Idade Média.

FERNANDES, 2012

Isabel Maria Fernandes – A lã e as mulheres de Bucos. In Mulheres de Bucos, Cabeceiras de Basto: trabalho da lã. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, 2012.

FERNANDES, 2012A

Isabel Maria Fernandes – Festa das papas em Gondiaes. Veja-se <http://saberescruzados.wordpress.com/2012/01/22/festa-das-papas-em-gondiaes-cabeceiras-de-basto/>. Consultado em maio de 2013.

FERNÁNDEZ; RUIZ, 1984

V. Fernández Martínez; G. Ruiz Zapatero – El análisis de territorios arqueológicos: Una introducción crítica. Arqueología Espacial. Teruel. 1 (1984). P. 55-71.

FERRAZ, 2010

Norberto Tiago Gonçalves Ferraz – Cabeceiras de Basto: do fim da Monarquia ao 28 de Maio de 1926. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, 2010.

FERREIRA, 2010

A. R. R. Ferreira – Sistema de Informação Geográfica e Susceptibilidade a Incêndio Florestal: análise de Metodologias em Ambiente SIG. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território.

FERREIRA; ASSIS, 2006

José Carlos Ferreira; Francisco de – Pontes de Moimenta e Painzela têm arte, história e lendas. Diário do Minho. Braga (26 Outubro 2006). P. 25.

FERREIRA; ASSIS, 2006A

José Carlos Ferreira; Francisco Assis – Património: Casas com História: Cabeceiras de Basto, 2. Diário do Minho. Braga (28 de Dezembro de 2006). P. 21-28.

FERREIRA; ASSIS, 2006B

José Carlos Ferreira; Francisco Assis – Casa setecentista da Ponte é uma mansão fortificada. Diário do Minho. Braga (21 de Dezembro 2006). P. 25.

FERREIRA; ASSIS, 2006C

José Carlos Ferreira; Francisco Assis – Convento-hospício de Cabeceiras está a caminho da ruína total. Diário do Minho. Braga (21 de Dezembro 2006). P. 26.

FIGUEIRA, 1940

A. M. Figueira – O menir das Turrinheiras. In Congresso do Mundo Português: actas. Vol. 1. Lisboa. Com. Executiva dos Centenários, 1940. P. 205-206.

FIGUEIRA, 1940A

Joaquim Fernandes Figueira – Os pisões do Barroso. Lisboa: Congresso do Mundo Português. 13 (1940). P. 215-219.

FONTES, 1922-1937

Fontes Hispaniae Antiquae. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1 (1922) P. 94; 3 (1935) P. 199; 4 (1937) P. 116.

FONTES, 1996

João Luís Inglês Fontes – A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220: o povoamento e a propriedade régia. In Actas Congresso Histórico de Guimarães, 2.º. Vol. 6. Guimarães: Câmara Municipal, 1996.

FONTES, 1998

Luis Fernando de Oliveira Fontes – Sítios e Achados Arqueológicos da Vertente Alta da Serra da Cabreira. Texto policopiado. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1998.

FONTES, 1999

Luis Fernando de Oliveira Fontes – O sítio fortificado tipo “mota” de Eiró, Rio Douro, Cabeceiras de Basto. In Mário Jorge Barroca (coord.) – Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. P. 325-330.

FONTES; RORIZ, 2007

Luis Fontes; Ana Roriz – Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho: Roteiros. Braga: Município de Vieira do Minho, 2007.

FORAL, 1969

Foral da Terra de Cabeceiras de Basto dado pelas inquirições do tombo. In Luis Fernando de Carvalho Dias – Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Entre Douro e Minho. Lisboa: ed. do Autor, 1969.

FRANKLIN, 1816

Francisco Nunes Franklin – Memória para servir de índice dos forais das terras do Reino de Portugal e seus Domínios. Lisboa: Of. Academia Real das Ciências, 1816.

FREIRE, 1905

A. Braamcamp Freire – Povoação de Entre Douro e Minho no século XVI. Arquivo Histórico Português. Lisboa. 3 (1905).

FREIRE, 1910

A. Braamcamp Freire – O Marramaque. In Crítica e História: Estudos. Vol. I. Lisboa: Bertrand, 1910.

FREIRE, 1968

Pascoal José de Melo Freire – História do Direito Português. Trad. de Miguel Pinto de Meneses. Lisboa, 1968.

FREIRE, 1986

José Galdes Freire – Problemas literários das «Vitae Sanctae Seniorinae». In Actas do Colóquio A Mulher e a Sociedade Portuguesa. Vol. 2. Coimbra. 1986.

FREITAS, 1977

Eugénio de Andreia da Cunha e Freitas – Carvalhos de Basto: a descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto. Tomo I, fasc. I. Porto: [s.n.] 1977.

GALHANO, 1978

Fernando Galhano – Moinhos e azenhas em Portugal. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, 1978.

GAZETA, 1900

Gazeta dos Caminhos de Ferro. Lisboa. 293 (Março, 1900).

GAZETA, 1905

Gazeta dos Caminhos de Ferro. Lisboa. 418 (Maio, 1905).

GONÇALVES, 1981

Iria Gonçalves – Da Estrutura do Casal nos fins da Idade Média. História e Crítica. 7 (Março 1981).

GONÇALVES, 1996

Iria Vicente – A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho: o testemunho das Inquirições de 1258. In Actas do Congresso Histórico de Guimarães, 2.º. Vol. 6. Guimarães: Câmara Municipal, 1996.

GONÇALVES, 2002

Albertino Gonçalves – O Delírio da Disformidade. Comunicação e Sociedade. 4 (2002). P. 117-130.

GONÇALVES, 2006

Iria Gonçalves – Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média. In Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 321-350.

GONÇALVES, 2007

Inês Gonçalves – Moinhos de Cabeceiras de Basto: apontamentos de conservação. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2007.

GONÇALVES, 2009

Albertino Gonçalves – Vertigens: para uma Sociologia da Perversidade. Coimbra: Grácio Editor, 2009. (Comunicação e Sociedade; 17).

GONÇALVES; HENRIQUES, 2008

Inês Gonçalves; Pedro Henriques – Inventário do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Espaço Rural e Florestal do Concelho de Cabeceiras de Basto. Inventariação dos Recursos e Iniciativas de Desenvolvimento Rural. [Texto policopiado]. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, 2008.

GOUVEIA; LOURENÇO; VASCONCELOS, 2007

João P. Gouveia; Paulo B. Lourenço; Graça Vasconcelos – Soluções construtivas em alvenaria. In Congresso Construção 2007, 3. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

GUIA, 1965

Guia de Portugal: Entre-Douro e Minho: Minho. Vol. 4, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. P. 1289.

GUIMARÃES, 1989

F. J. Salgado Guimarães – Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmento: Antiqua, Informes, reconhecimentos e prospecções. Revista de Guimarães. 99 (1989). P. 16-66.

GUSMÃO, 1954

Adriano de Gusmão – Solares barrocos da região de Basto: ensaios de pesquisa artística. XVI Congrès International d'Histoire de l'Art. Vol. 2. Lisboa, 1954.

HARDING, 1982

A. Harding (ed.) – Climatic Change in Later Pre-History. Edinburgh: University Press, 1982. P. 1-10.

HARTMANN, 1982

A. Hartmann – Prähistorische Goldfunde aus Europa II. Spektralanalytische Untersuchungen und deren Auswertung. Studien zu den Anfängen der Metallurgie 3, Berlin, Gebr. Mann Verlag, 1982.

HERCULANO, 1980

Alexandre Herculano – História de Portugal. Prefácio e notas críticas de José Mattoso. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1980.

HERNANDO GONZALO, 1989

A. Hernando Gonzalo – Inícios de la Orfebrería en la Península Ibérica. In J. A. García Castro (Ed.) – El Oro en la España Prerromana. Madrid. Revista de Arqueología. 32-45 (1989).

HISTÓRIA, 1995

História de Arte Portuguesa. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

HÖCK, 2003

Martin Höck – Os 'guerreiros lusitano-galaicos' na história da investigação, a sua datação e interpretação. Madrider Mitteilungen. Madrid. 44 (2003). P. 51-62.

HÜBNER, 1869-92

E. Hübner – Corpus Inscriptionum Latinarum II. Berlin, 1869; Supplementum. Berlin, 1892, (=CIL).

INNERARITY, 1987

Daniel Innerarity – Modernidad y Postmodernidad. Anuario Filosófico. Navarra. 20 (1987). P. 105-129. <http://dspace.unav.es/dspace/handle/10171/2278>

INNERARITY, 1990

Daniel Innerarity – Dialética de la Modernidad. Madrid: Ed. Rialp SA., 1990.

INQUIRIÇÕES, 1258

Portugaliae Monumenta Histórica: Inquisitiones. Vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

INVENTÁRIO, 1993

Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de Ourivesaria: Do Calcolítico à Idade do Bronze. Vol. 1. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1993.

INVENTÁRIO, 2001

Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro: Coleção de Ourivesaria Medieval, Séculos XII-XV. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2001, pp. 102-103.

JARDIN, 2005

Marie-Luce Jardin – Les Thérapies par les sangsues: Des pratiques les plus anciennes aux traitements actuels hautement scientifiques. Thèse de Doctorat d'État en Pharmacie. Faculté de Médecine et de Pharmacie de Besançon, 2005.

JORGE, 1979

Vítor Oliveira Jorge – O Megalitismo do Norte de Portugal. In Actas da 1ª Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal. Porto: GEAP, 1979. P. 83-102.

JORGE, 1982

Vítor Oliveira Jorge – Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto: os monumentos e a sua problemática no contexto europeu. Texto policopiado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

JORGE, 1986

Susana Oliveira Jorge – Povoados da Pré-História recente da região de Chaves, Vila Pouca de Aguiar. Texto policopiado. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 1986. Tese de doutoramento.

JORGE; ALONSO; DELIBRIAS, 1988

Vítor Oliveira Jorge; F. Alonso; G. Delibrias – Novas datas de carbono 14 para as mamoa da serra da Aboboreira. Arqueologia. Porto. 18 (1988). P. 95-99.

JOUSSAUME, 1985

Roger Joussaume – Dolmens pour les morts. Les mégalithismes à travers le monde. Paris: Hachette, 1985.

JUNGHANS; SANGMEISTER; SCHRÖDER 1968

S. Junghans; E. Sangmeister; N. Schröder – Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. Die Materialgruppen beim Stand von 12 000 Analysen. Katalog der Analysen Nr. 985-10040. Römisch-Germanisches Zentralmuseum, Band 2., Berlin, Gebr. Mann Verlag, 1968.

KRUS, 1986

Luís Krus – Inquirições. In José Costa Pereira (coord.) – Dicionário Ilustrado da História de Portugal. Vol. 2. [s.l.]: Lisboa: Alfa, 1986.

LAMB, 1982

H. H. Lamb – Reconstruction of the course of postglacial climate over the world. In A. Harding (ed.) – Climatic Change in Later Pre-History. Edinburgh: University Press, 1982. P. 11-32.

LEAL, 1873

Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal – Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Corográfico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de Todas as Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de aldeias... Vol 1. Lisboa: Liv. Ed. de Matos Moreira, 1873.

LEAL, 1988

Rodolfo de Castro Leal – A Casa Senhorial do Prado na Mitificação de uma Falsidade. Raízes e Memórias. Associação Portuguesa de Genealogia. 2 (Janeiro de 1988). P. 17-20.

LEÃO, 1610

Duarte Nunes do Leão – Descrição do Reino de Portugal. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1610.

LEITE, 1938

Joaquim Leite – As aldeias concorrentes ao prémio da Aldeia mais portuguesa de Portugal: O júri visitou hoje o lugar de Carrazedo da freguesia de Bucos, concelho de Cabeceiras de Basto. Diário do Minho. 23 de setembro de 1938.

LEITE, 2010

Flora Ferreira Leite – A Recorrência dos Incêndios Florestais na Serra da Cabreira. Geoplanum. Guimarães. 1 (2010). P. 9-15.

LEMOS, 1911

Maximiano Lemos – Ribeiro Sanches: a sua vida e a sua obra. Porto: Tavares Martins, 1911.

LINDSTROM, 2012

Martin Lindstrom – Brandwashed: os truques de marketing que as empresas usam para manipular as nossas mentes. Lisboa: Ed. Gestão Plus, 2012.

LISÓN TOLOSANA, 1987

C. Lisón Tolosana – Brujería, estructura social y simbolismo en Galicia. Madrid: AKAL, 1987.

LIVRO, 1986

Livro de Cozinha da Infanta D. Maria. Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manupella. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

LOBO, 1992 [1619]

Francisco Rodrigues Lobo – Corte na Aldeia. Lisboa: Presença, 1992. 1.ª ed., 1619.

LOPES, 1983

Fernão Lopes – Crónica de D. João I. 2 vol. Porto: Civilização, 1983.

LOPES, 1994

Fernando Farello Lopes – Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa. Lisboa: Estampa, 1994.

LOPES, 2005

Eduardo Teixeira Lopes – O Século XVIII nas Freguesias do Concelho de Celorico de Basto. Memórias Paroquiais. Celorico de Basto, 2005.

MACHADO, 1965

João L. Saavedra Machado – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, 1965. P. 51-448.
Sep. de O arqueólogo português. Nova série, t. V.

MACHADO, 1965-1967 [1741-1759]

Diogo Barbosa Machado – Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica. Coimbra: Atlântida, 1965-1967.
Facsimile da ed. de Lisboa Occidental, Ofic. de António Isidoro da Fonseca, 1741-1759.

MAIA, 1982

Victor Maia – Solares Setecentistas da Região de Basto. O Basto. 3: 56-57. Cabeceiras de Basto (25 de Junho e 16 de Julho de 1982).

MAIA, 1983

Victor Maia – A quem não interessa a cultura? Arquitectura Popular de Basto em riscos de desaparecer. O Basto. Cabeceiras de Basto. 3:72 (25 de Abril e 16 de Julho de 1983).

MALAFAIA, 1997

E. B. de Ataíde Malafaia – Pelourinhos Portugueses: tentâmen de inventário geral. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

MARAVALL, 1972

José António Maravall – Estado Moderno y Mentalidad Social, Siglos XV a XVII. Vol. 1. Madrid: Occidente, 1972.

MARAVALL, 1984

José António Maravall – Poder, honor y élites en el siglo XVII. Madrid: ed. Siglo Veintiuno, 1984.

MARQUES, 1975

A. H. de Oliveira Marques – Inquirições. In Joel Serrão (*dir.*) – Dicionário de História de Portugal. Vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

MARQUES, 1975A

A. H. de Oliveira Marques – Demografia: Na Idade Média. In Joel Serrão (*dir.*) – Dicionário de História de Portugal. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

MARQUES, 1982

José Marques – Aspectos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso segundo a visitaçao de 1437. In Actas do Colóquio de História Local e Regional. Santo Tirso: Câmara Municipal, 1982.

MARQUES, 1988

José Marques – A Arquidiocese de Braga no Séc. XV. Lisboa: INCM, 1988.

MARQUES, 1989

João Francisco Marques – A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. Vol. I. Lisboa: INIC, 1989.

MARQUES, 1990

José Marques – O monacato bracarense em fase de mudança (séculos XI-XII). In Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicacão da Sé de Braga. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1990.

MARQUES, 1993

José Marques – Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis: alguns Aspectos. Revista da Faculdade de Letras: História. Porto. 2: 9 (1993).

MARQUES, 1993

José Marques – A origem do concelho de Ribeira de Pena (1331). Revista de Guimarães. 103 (1993). P. 327-341.

MARQUES, 2007

João Francisco Marques – A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração. Porto: ed. Quasi, 2007.

MARQUES, 2008

André Evangelista Marques – O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima: 906-1200. Noia: Editorial Toxouts, 2008.

MARQUES, 2011

Gonçalo Nuno Ramos Maia Marques – Do vinho de Deus ao vinho dos Homens: o vinho, os Mosteiros e o Entre Douro e Minho. [Texto policopiado]. Porto: FLUP, 2011.
Dissertação de doutoramento.

MARTINS, 1882

J. P. Oliveira Martins – História de Portugal. Tomo I. 3.ª edição emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. P. 33-34. <http://purl.pt/217>.

MARTINS, 1895

Oliveira Martins – Portugal Contemporâneo. Vol. 1. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1895.

MARTINS, 1954

Mário Martins – Peregrinações e livros de milagres da nossa Idade Média. Coimbra: [s.n.], 1954.

MARTINS, 1969

António Coimbra Martins – A propósito de uma tradução de «George Dandin» atribuída a Alexandre de Gusmão: subsídios para o estudo da projecção de Molière em Portugal. Arquivos do Centro Cultural Português. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1 (1969). P. 216-225.

MARTINS, 2010

Carla Martins – Alterações do uso do solo na Serra da Cabreira, Concelho de Vieira do Minho. Geoplanum. Guimarães. 1 (2010). P. 45-53.

MARTINS; GONÇALVES; PIRES, 2000

Moisés Martins; Albertino Gonçalves; Helena Pires – A Romaria da Srª da Agonia: Vida e Memória da Cidade de Viana. Viana do Castelo: Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2000. P. 21-34.

MARTINS; SILVA, 1984

M. Martins; A.C.F. Silva – A estátua de guerreiro galaico de S. Julião, Vila Verde. Cadernos de Arqueologia. Braga 1: 2 (1984). P. 29-47.

MATTOSO, 1982

José Mattoso – O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa. In Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: INCM, 1982.

MATTOSO, 1982A

José Mattoso – Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1982.

MATTOSO, 1982B

José Mattoso – Sobrevivência do monaquismo frutuoso em Portugal durante a reconquista. In Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: INCM, 1982.

MATTOSO, 1982C

José Mattoso – A Cultura Monástica em Portugal. In Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: INCM, 1982.

MATTOSO, 1988

José Mattoso – Identificação de um país: Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Vol. I. Lisboa: Estampa, 1988.

MATTOSO, 1988A

José Mattoso – A Nobreza Medieval Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

MATTOSO, 2011

José Mattoso – Legitimação e linhagem. In Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos. Porto: Estratégias Criativas, 2011.

MELLO, 2002

Maria Teresa de Souza Botelho e Mello – Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas (1910-1920). Prefácio de Vasco Pulido Valente. Lisboa: Quetzal Ed., 2002.

MELQUÍADES ANDRÉS, 1976

Martín Melquíades Andrés – La teología española del siglo XVI. Vol. 1. Madrid: BAC, 1976.

MENDES, 2000

José Amado Mendes – Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. Gestão e Desenvolvimento. Viseu: CRBUCP. 9 (2000). P.197-212.

MENESES, 1925-1928

M. Meneses – Notícias arqueológicas do concelho de Ribeira de Pena. O Arqueólogo Português. Lisboa. 27 (1925-28).

MIGUEL, 1980

António Dias Miguel – António Pereira Marramaque, Senhor de Basto. Arquivos do Centro Cultural Português. Paris. 15 (1980). P. 135-221.

MIRANDA, 1977

Francisco de Sá de Miranda – Obras Completas. Texto fixado, notas e prefácio pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. Vol. 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

MONTEIRO, 1982

António de Castro Xavier Monteiro – Santa Senhorinha de Basto. Cabeceiras de Basto: Comissão Fabriqueira de Basto, 1982.

MONTEIRO, 1993

Nuno Gonçalo Monteiro – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In José Matoso (*dir.*) - História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993.

MOUTINHO, 1979

Mário Moutinho – A arquitetura Popular Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

MUNDOS RURAIS, 2010

Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros: Livro de Atas do IV Congresso de Estudos Rurais. [S.l: s.n], 2010.

NETO, 1998

Vitor Neto – O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911). Lisboa: INCM, 1998.

NORTON, 1990

Manuel Artur Norton – O doador do cálice românico do mosteiro de Refojos de Basto. Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1990.

NOTÍCIA, 2000

M. A. Ribeiro; H. C. Martins; A. Almeida; F. Noronha – Notícia explicativa da Folha 6-C: Cabeceiras de Basto, na escala 1:50.000. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro. Departamento de Geologia, 2000.

NOVOS, 1949

Novos melhoramentos ferroviários. Gazeta dos Caminhos de Ferro. 61: 1467 (1 de fev de 1949) P. 123-125.

OLIVAL, 2010

Fernanda Olival - Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna. Dir. José Mattoso. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. P. 244-275.

OLIVEIRA, [s.d]

A. Lopes de Oliveira – Fafe e o seu Concelho. Braga: Câmara Municipal de Fafe, [s.d].

OLIVEIRA, 1978

Eduardo Pires de Oliveira – O salvamento de 'Bracara Augusta', IV: Os apontamentos de Braga de José Teixeira. Mínia 2.ª Série. Braga. 1: (1978). P. 20-44.

OLIVEIRA, 2004

Fátima Oliveira – Vamos à aldeia: um povo que vive com naturalidade. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, 2004.

OLIVEIRA, 2006

Eduardo Pires de Oliveira – Revisitar Marceliano de Araújo. Misericórdia de Braga, Braga. 2 (Dez. 2006). P. 115-140.

OLIVEIRA, 2009

Paulo Oliveira – A obra da Igreja do Mosteiro de Refojos de Basto. Diário do Minho. Braga. 12 e 26 de Outubro de 2009.

OLIVEIRA, 2012

Eduardo Pires Oliveira – André Soares e o Rococó do Minho. Vol. 3. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Tese de doutoramento não publicada.

OLIVEIRA; GALHANO, 1977

Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano – Pisões portugueses: tecnologia tradicional. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos de Etnologia, 1977.

OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1983

Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano; Benjamim Pereira – Sistemas de moagem: tecnologia tradicional portuguesa. Lisboa: Inst. Nac. de Investigação Científica, 1983.

OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1997

António José Oliveira; Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa Oliveira – Artistas bracarense que trabalharam em Guimarães e seu termo no séc. XVIII. Mínia. 3ª série. Braga. 5 (1997). P. 183-184.

ORS, [s.d.]

Eugénio D'Ors – Viagens, Arte Portuguesa. Trad. de Luís Alves Costa. In O Barroco. Lisboa: Vega, [s. d.].

OSÓRIO, 1974

Jorge Alves Osório – O Convívium Religiosum de Erasmo numa edição Coimbra dos Colóquios. Humanitas. Coimbra. 25-26 (1973-1974).

PASCOAES, 1910

Teixeira de Pascoaes – Justiça social. Os lavradores caseiros. A Águia. 1.ª Série. 1 (Dez.1910).

PASCOAES, 1978 [1915]

Teixeira de Pascoaes – Arte de Ser Português, Lisboa: Delraux, 1978. 1.ª ed. 1915.

PASSOS, 2005

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – A Casa de Paço de Vides: História de Família. Barcelos, 2005.

PASSOS, 2005A

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – A Família Leite de Barros da Casa da Breia e o Hospício de Olela. Lisboa: 2005.

PASSOS, 2006

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – A acção dos Pereiras nos Descobrimientos Portugueses no Século XVI. Braga: ed. Autora, 2006.

PASSOS, 2007

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – Os Almeida Barreto na História de Mazagão. Braga, 2007.

PASSOS, 2008

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – Os Almeida. Braga, 2008.

PASSOS, 2011

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – Os Vieiras da Casa de Cima de Vila. Lisboa, 2011.

PASSOS, 2012

Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos – Os Pereiras da Taipa. Lisboa, 2012.

PATO, 1894

Bulhão Pato – Memórias. Vol. 1. Lisboa, 1894.

PATRIMÓNIO, 1993

Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado: Inventário. Vol. 1. Lisboa: IPPAR, 1993.

PEIXOTO, 1899-1908

Rocha Peixoto – Basto. Portugalia. Porto. 1 (1899-1908). P. 832-823.

PEIXOTO, 1908

Rocha Peixoto – A Cidade de Riódouro. Portugalia. Porto. 2 (1908). P. 284.

PEIXOTO, 1908A

Rocha Peixoto – Sepulturas abertas em rocha. Portugalia. Porto. 2 (1908). P. 287-288.

PEREIRA, 1990

Benjamin Pereira – Sistemas de serração de madeiras: tecnologia tradicional portuguesa. Lisboa: INIC, 1990.

PEREIRA, 2002

Ana Maria M. de Sousa Pereira – O Santuário da Senhora dos Milagres de Porto de Ave. Entre o Bom Jesus de Braga e a Senhora do Pilar da Póvoa de Lanhoso. Mínia. Braga, 3ª série. 10 (2002). P. 181-204.

PINA, 2012

Manuel António Pina – Como se desenha uma casa. Porto: Assírio & Alvim, 2012.

PINTO, 2008

Filipe Costa Pinto – Enciclopédia das Festas Populares e Religiosas de Portugal: Catálogo de Festas, Feiras e Romarias Portuguesas. Vol. 1. 2008.

PIZARRO, 1990

José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro – A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis. In Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Vol. 2: 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano, 1990. P. 185-248.

PIZARRO, 1999

José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro – Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325. 2 vol.. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

PIZARRO, 2011

José Augusto de Sottomayor Pizarro – Linhagem e estruturas de parentesco: algumas reflexões. In Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda (*org.*) – Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos. Porto: Estratégias Criativas, 2011.

POÇAS; CUNHA; PEREIRA, 2006

Isabel Pôças, Mário Cunha, Luís S. Pereira – Pastagens Semnaturais de Montanha: Lameiros, Sistemas Ancestrais no Século XXI. In Taller CYTED XVII, El Agua en Ibero-América: Tecnologías Apropriadas e Tecnologías Ancestrales. Lima: Universidad Nacional de Piura-Peru, 2006.

PORTELA, 1999

José Portela – O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional «A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território, Lisboa, 15-17 de Maio de 1997». home.utad.pt/~des/.../1999porjosfmeirur21.doc

POVO, 1949

Ao povo do concelho: Convite. O Jornal de Cabeceiras. 1513 (9 Jan. 1949).

QUEIROGA, 2003

Francisco M. V. R. Queiroga – War and Castros: New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age. Oxford, BAR International Series 1198, Archaeopress (=1992, Oxford University, policopiado).

QUEIROGA, 2009

Francisco M. V. R. Queiroga – A cidade de Riódouro revisitada. Boletim Cultural da Póvoa de Varzim. 43 (2009). P. 462-479.

RAU, 1982

Virgínia Rau – Feiras Medievais Portuguesas. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

REBANDA, 1990

Nelson Rebanda – Inventário Arqueológico do Concelho de Cabeceiras de Basto. Texto policopiado. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 1990.

RECORRÊNCIA, 2010

Flora Ferreira Leite; António Bento Gonçalves; António A. B. Vieira; Carla Oliveira Martins – A Recorrência dos Incêndios na Serra da Cabreira (Vieira do Minho, Noroeste de Portugal) como medida da manifestação do risco de incêndio Florestal. Territorium. 17-16 (2010). P. 93-98. ISBN: 0872-8941

REDEDTOR, 2008

Armando Redentor – Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações. Revista Portuguesa de Arqueologia. 11: 2 (2008). P. 195-214.

REDEDTOR, 2009

Armando Redentor – Sobre o significado dos guerreiros Lusitano-Galaicos: o contributo da epigrafia. Acta Palaeohispanica X (Palaeohispanica 9). 2009. P. 227-246.

REFOJOS, 1992

Refojos de Basto. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Vol. 16. Lisboa: Verbo, 1992.

REIS, 2004

António Matos – Os Concelhos na Primeira Dinastia à luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia. [Texto policopiado]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004.

RÉVAH, 1969

I. S. Révah – Des ouvrages d'António Pereira "Marramaque" dénoncés à l'Inquisition en 1564. Bulletin des Études Portugaises. Lisboa. 30 (1969). P. 64-77.

RIBEIRO et al., 2000

M. A. Ribeiro; H. C. Martins; A. Almeida; F. Noronha – Carta Geológica de Portugal: Notícia explicativa da folha 6-C Cabeceiras de Basto. Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, 2000.

RIBEIRO, 1810

João Pedro Ribeiro – Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal. Vol. 1. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1810.

RIBEIRO, 1959 [1512]

Luciano Ribeiro – Uma descrição de Entre Douro e Minho por mestre António. Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto. Porto. 22: 3-4 (1959). 441- 460.

RIBEIRO, 1991

Orlando Ribeiro – O Campo. In Orlando Ribeiro; Hermann Lautensach, Suzanne Daveau – Geografia de Portugal: A vida económica e social. Vol. 4. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991. P. 945-1111.

RIBEIRO, 1998 [1945]

Orlando Ribeiro – Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998.
1.ª ed, 1945.

ROCHA, 1994

Manuel Joaquim Moreira da Rocha – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras. Braga: [s.n.], 1994.

RODRIGUES, 1995

Jorge Rodrigues – A escultura românica: A ourivesaria. In Paulo Pereira (dir.) – História da Arte Portuguesa. Vol.1. [s. l.]: Círculo de Leitores, 1995. P. 320-324.

RODRIGUES, 2006

Ana Maria S. A. Rodrigues – A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias. Vol. I. Porto: FLUP, 2006.

RODRIGUES, 2006A

Luís Alexandre Rodrigues – Arte da talha dourada e policromada no distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII. Mirandela: João Azevedo editor, 2006.

ROJO GUERRA et al., 2006

M. A. Rojo Guerra; R. Garrido Peña; I. García Martínez; J. Juan Treseras; J.C. Matamala – Beer and Bell Beakers: Drinking Rituals in Copper Age Inner Iberia. Proceedings of the Prehistoric Society. 72 (2006). P. 243-265.

ROLO, 1977

Raul de Almeida Rolo, O.P. – Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Porto: Movimento Bartolomeano, 1977.

S. TOMAS, 1974 [1644]

Frei Leão de S. Tomás (O.S.B.) – Beneditina Lusitana. Introdução e notas de José Matosso. 2 vol. Lisboa: INCM, 1974.
1.ª ed., Coimbra, 1644.

SALESSE, 2003

Emanuel Salesse – Os que “Sabiam” e os que “andam baralhados”: Funcionamento técnico e social de um regadio. Etnográfica. 7: 1 (2003). P. 33-61

SALGADO, 1933

Daniel Salgado – Terra de Basto: todos comem palha. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1933.

SAMPAIO, 1979

Alberto Sampaio – As Vilas do Norte de Portugal. In Estudos Históricos e Económicos. Prefácio de Maria José Trindade. Vol. 1. Lisboa: Ed. Vega, 1979.

SAMPAIO, 1979A

Alberto Sampaio – As Póvoas Marítimas. In Estudos Históricos e Económicos. Prefácio de Maria José Trindade. Vol. 2. Lisboa: Ed. Vega, 1979.

SAMPAIO, 1998

Jorge Pereira de Sampaio – Casas com tradição em Portugal. Lisboa: Editora Estar, 1998.

SAMPAIO; BOTELHO, 2000

Jorge Pereira de Sampaio; Cândida de Arruda Botelho – Casas Portuguesas e Brasileiras. Lisboa: Edições INAPA, 2000.

SANCHES, 1922 [1760]

António Nunes Ribeiro Sanches – Cartas sobre a educação da mocidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1992.
1.ª ed., Paris, 1760.

SANTOS, 1972

M. F. Santos – Pré-história de Portugal. 2.ª ed. Lisboa: Verbo, 1972.

SANTOS, 1980

Cândido dos Santos – Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII. Porto: INIC, 1980.

SANTOS, 2012

Luís Santos – Grande Livro dos Santos. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2012.

SARAIVA; BASTOS, 2004

José Hermano Saraiva; Helder Bastos – História das freguesias e concelhos de Portugal. 20 vol. Matosinhos: QuidNovi, 2004.

SARMENTO, 1970

Francisco Martins Sarmento – Antiqua. Revista de Guimarães. 80: 1-2 (Jan.-Jun. 1970). P. 11-72.

SARMENTO, 1970A

Francisco Martins Sarmento – Os inéditos de Martins Sarmento. Revista de Guimarães. 80: 1-2 (1970). P. 5-72.

SAVORY, 1967

H. N. Savory – Espanha e Portugal. Lisboa: Verbo, 1967.

SEQUEIRA, 2006

Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira – A Igreja do Mosteiro de São Miguel de Refojos de Cabeceiras de Basto. In Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

SERRÃO, 1975

Joel Serrão – Emigração: na época contemporânea. In Joel Serrão (dir.) – Dicionário de História de Portugal. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

SERRÃO, 1979

Joaquim Veríssimo Serrão – História de Portugal. Vol. I. Lisboa: Verbo, 1979.

SHERRATT, 1991

A. Sherratt – Sacred and Profane Substances: the Ritual Use of Narcotics in Later Neolithic Europe. In P. Garwood; D. Jennings; R. Skeates; J. Toms (eds.) – Sacred and Profane. Oxford: OUCA, 1991. (Monograph; 32). P. 50-64.

SILVA, 1862

Inocência Francisco da Silva – Dicionário Bibliográfico Português. Vol 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

SILVA, 1958

António Lambert da Silva – Nobres Casas de Portugal. 5 vols. Porto: Tavares Martins, 1958.

SILVA, 1986

Armando Coelho Ferreira da Silva – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.

SILVA, 1986A

Armando Coelho Ferreira da Silva – Ourivesaria Pré-Romana do Norte de Portugal. In História da Arte em Portugal. Vol 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. P. 67-73.

SILVA, 1993

José Custódio Vieira da Silva – Paços Medievais Portugueses: caracterização e evolução da habitação nobre: séculos XII a XVI. 2. Vol. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1993.
Dissertação de doutoramento: História de Arte.

SILVA, 1995

Armando Coelho Ferreira da Silva – A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I Milénio A.C.. Revista da Faculdade de Letras. Porto. 2.ª Série. 12 (1995).

SILVA, 1995A

E. R. S. Silva – Jogos de quadrícula do tipo Mancala com especial incidência nos praticados em Angola. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

SILVA, 1999

Armando Coelho Ferreira da Silva – A cultura Castreja no Norte de Portugal. Revista de Guimarães. Número especial. Guimarães, 1999.

SILVA, 2001

Armado Malheiro da Silva – Os Conspiradores no Sul da Galiza: As incursões monárquicas (1911-1912) na Literatura Portuguesa. Braga: Ed. da Real Associação de Braga, 2001.

SILVA, 2002 [1995]

José Custódio Vieira da Silva – Paços Medievais Portugueses. 2.ª ed. rev. e actualizada. Lisboa: IPPAR, 2002.
1.ª ed. 1995.

SILVA, 2003

Armando Coelho Ferreira da Silva – Expressões guerreiras da sociedade castreja. Madrider Mitteilungen. Madrid. 44 (2003). P. 41-50.

SILVA, 2011

Nuno Vassallo e Silva – Obras-primas da Arte Portuguesa. Lisboa: Athena-Babel, 2011. P. 14-16.

SMITH, 1970

Robert C. Smith – Marceliano de Araújo escultor bracarense. Porto: Nelita Editora, 1970.

SMITH, 1972

Robert C. Smith – Frei José de Santo António Ferreira Vilça: escultor beneditino do século XVIII. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

SMITH, 1974

Robert C. Smith – Agostinho Marques, enxambrador da Cónega. Porto: Livraria Civilização, 1974.

SMITH, 1975

Robert C. Smith – As grades de Tibães e a sua prol (1668-1783). Belas Artes. Lisboa. 2ª série. 28-29 (1975).

SMITH, 1975A

Robert C. Smith – O “Bronze dourado” em Braga e no Porto: 1600-1800. Bracara Augusta. Braga. 29: 79-80 (1975).

SOARES, 1962

Torquato de Sousa Soares – Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal. Coimbra: Inst. de Estudos Históricos, 1962.

SOARES, 1970

Torquato de Sousa Soares – Contribuição para o estudo das origens do Povo Português. Sá da Bandeira: Universidade, 1970.

SOEIRO, 1997

Teresa Soeiro – O esplendor do Sur da Callaacia. In Gerardo Pereira Menaut (ed.) – Galicia Fai Dous Mil Anos: o Feito Diferencial Galego na Historia. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1997. P. 213-236.

SOEIRO, 1998

Teresa Soeiro – O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe. Cadernos do Museu. Penafiel. 4 (1998). P. 5-62.

SORIANO, 1846

Simão José Luz Soriano – História do Cerco do Porto. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

SOUSA, 1934

J. Fernando de Sousa – Variante pedida na linha do Tâmega. Gazeta dos Caminhos de Ferro. 46: 1127 (1 de dez. de 1934). P. 587-589.

SOUSA, 1984

Luís de Sousa, Frei, O.P. – Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Lisboa: INCM, 1984.

SOUSA, 2000

Júlio Rocha e Sousa – Pelourinhos do Distrito de Braga. Viseu: Eden Gráfico, 2000.

SOUSA, 2007

Joana Catarina Sousa – A Nobreza e o Processo de Senhoriação nas Terras de Basto: Século XIII e XIV. Porto: FLUP, 2007.

Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação de José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro.

SOUSA, 2007-2008 [1785]

António Caetano de Sousa – História genealógica da casa real portuguesa. Introd. de Manuela Mendonça. 15 vol. [S.l.]: QuidNovi/Público, 2007-2008.

STOOP, 1993

Anne de Stoop – Palácios e casas senhoriais do Minho. Porto: Livraria Civilização, 1993.

TAVARES, 1975

Pedro Vilas Boas Tavares – Sobre o nome Basto da Região. Notícias de Basto. 41: 1968-1969 (7.2.1975 e 21.2.1975). P. 1-3.

TAVARES, 1980

Pedro Vilas Boas Tavares – A Região de Basto, um património a defender, um futuro a construir. Jornal de Cabeceiras. 61: 2643 (19.4.1980). P. 1, 2 e 5.

TAVARES, 1998

Pedro Vilas Boas Tavares – Nossa Senhora da Oliveira em Terras de Basto. Câmara Municipal de Celorico de Basto: 1998.

TAVARES, 2003

Pedro Vilas Boas Tavares – Senhorinha de Basto: Memórias literárias da vida e milagres de uma santa medieval. Via Spiritus. 10 (2003). P. 7-37.

TAVARES, 2004

Pedro Vilas Boas Tavares – O Norte do país e o Porto da Belfastada nas «informações» da Nunciatura de Lisboa. In Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: FLUP, 2004.

TAVARES, 2012

Pedro Vilas Boas Tavares – Povo, soberania e liberdade «na balança da Europa»: Evocações da Patuleia. Humanística e Teologia. 23: 2. Porto: UCP, 2012. P. 712-716.

TÁVORA; PIMENTEL; MENÉRES, 1988 [1961]

Fernando Távora; Rui Pimentel; António Menéres – Zona 1: Minho. In Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
1.ª ed., 1961

TEIXEIRA, 1947

Carlos Teixeira – Ruínas de povoados antigos na Serra da Cabreira. Revista de Guimarães. 57: 1-2 (1947).

TEIXEIRA, 2010

Alexandre Teixeira – S. Bartolomeu da ponte de Cavez. Ecos do Basto, (21 de Junho de 2010). Veja-se <http://www.ecosdebasto.com/noticia.asp?idEdicao=159&id=5772&idSeccao=1525&Action=noticia>. Consultado em Maio de 2013.

TEIXEIRA; VALA, 1999

Manuel Teixeira; Margarida Vala – Urbanismo português séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil. In O Urbanismo Medieval, Séculos XIII a XIV. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TORRES, 1975

Rui d'Abreu Torres – Fernão de Pina. In Joel Serrão (*dir.*) – Dicionário de História de Portugal. Vol. 5. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

TRANOY, 1981

A. Tranoy – La Galice Romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité. Paris: Publications du Centre Pierre 7, 1981.

VALADARES, 1978

António Canavarro de Valadares – A ascendência portuguesa do Presidente Afonso Pena. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 320 (Jul-Set de 1978).

VALADARES, 1979

António Canavarro de Valadares – Camilo e a ponte de Cavez. Boletim de Trabalhos Históricos. 30 (1979). P. 145-211. http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979_06.pdf

VALADARES, 1980

António Canavarro de Valadares – Camilo e Ribeira de Pena: a Génese de Maria Moisés. Boletim de Trabalhos Históricos. Guimarães. 31 (1980). P. 81-104.

VALADARES, 1985

António Canavarro de Valadares – Camilo e Ribeira de Pena: o fidalgo-mendigo. Boletim da Casa de Camilo. V. N. Famalicão. 6 (Dezembro de 1985).

Separata

VALADARES, 1988

António Canavarro de Valadares – A Ascendência Ribeirapense do Presidente Brasileiro Afonso Pena. Braga: Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, 1988.

VALE, 1949

J. Miranda do Vale – Gado Bissulco. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949. (Coleção A Terra e o Homem).

VALENTE, 2006

Vasco Pulido Valente – Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944): Biografia. Lisboa: Aletheia, 2006.

VASCONCELOS, 1980

José Leite de Vasconcelos – Etnografia Portuguesa. Vol. 3. Lisboa: INCM, 1980.

VASCONCELOS, 1981

José Leite de Vasconcelos – Religiões da Lusitânia. Vol. 1. Lisboa: INCM, 1981.

VASCONCELOS, 1983 [1862]

Teixeira de Vasconcelos – O prato de arroz doce. Introdução de Manuel Abranches de Soveral. Porto: Civilização Editora, 1983. 1.^a edição, 1862.

VASCONCELOS, 2005-2007

Duarte Nuno de Carvalho do Vale e Vasconcelos – Cavez da Terra de Basto. 2 vol. Lisboa: ed. do autor, 2005-2007.

VAZ, 1970

A. Vaz - Ronda Concelhia: Cavez. Jornal de Cabeceiras. Set. 1970.

VAZ, 2002

Alexandre Vaz – Incursões Monárquicas: Monarquia do Norte: Padre Domingos Pereira. Os acontecimentos em Cabeceiras de Basto, Celorico e Fafe. In Actas das Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal, 2002. P.115-124.

VELOSO, 1975

Francisco José Veloso – Obras de S. Martinho de Dume. Bracara Augusta. Braga. 29 (1975). P. 61-110.

VENTURA, 2009

Leontina Ventura – D. Afonso III. Lisboa, Círculo de Leitores: 2009.

VICENTE; MARTINS, 1979

E. P. Vicente; A.S. Martins – Menires de Portugal. Ethnos. Lisboa. 8 (1979). P 107-138.

VIEIRA, 1887

José Augusto Vieira – O Minho Pitoresco. 2 vol. Lisboa: Livr. de António Maria Pereira, 1886-1887. P. 525- 547.

VIEIRA, 1981 [1883]

Casimiro José Vieira – Apointamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, escritos pelo Padre Casimiro finda a guerra em 1847. Prefácio e estabelecimento do texto por José Teixeira da Silva. Lisboa: Ed. Antígona, 1981.

Lisboa: Ed. Antígona, 1981.

1.^a ed., Braga, Tipografia Lusitana, 1883.

VITERBO, 1896

Francisco Sousa Viterbo – Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos. O Arqueólogo Português. 2: 2-(1896).

VITERBO, 1899-1922

Sousa Viterbo – Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. 3 vol. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1899-1922.

Existe uma edição facsimilada de 1988.

VITERBO, 1966 [1798-1799]

Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Frei – Elucidário das palavras, termos e

frases... 2 vol. Porto: Livraria Civilização, 1966.

1.^a edição, 1798-1799.

VITERBO, 1988

Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses. 3 vol. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Ed. fac-similada da de 1904.

ZBYZEWSKI, 1977

G. Zbyzewski *et al.* – Nouvelles découvertes de cromlechs et de menhirs au Portugal. Tomo 61. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1977. P. 63-73.



The image shows the interior of a vintage train carriage. A central door with a white frame and a wooden arched window is open. To the left, there are wooden seats and windows with blue frames and grey curtains. To the right, there is a large, dark, riveted metal structure, likely part of the train's engine or boiler. The overall atmosphere is historical and industrial.

• NOTAS •

fechar

1 Não posso deixar de agradecer a todos os investigadores que colaboraram connosco, pois, sem os seus textos teria sido impossível realizar esta obra. Um agradecimento muito especial ao Senhor Vereador da Cultura, Dr. Domingos Machado, que desde a primeira hora acarinhou este projeto e nele colaborou empenhadamente. A ele devo, também, a colaboração na releitura de todos os textos e a correção de pequenas gralhas que por vezes teimam em manter-se.

2 Este trabalho conta com os dados obtidos por Nelson Rebanda no trabalho de campo realizado nos idos de 1985. Ao trabalho esforçado e probo deste colega e amigo se devem muitos dados inéditos aqui expostos. O restante trabalho de campo foi realizado pelo autor entre 1995 e 2006, com interrupções.

3 Curiosamente, mesmo nos casos de maior altitude, não ultrapassam a da localização dos atuais núcleos de povoamento serrano.

4 De facto, a prática do ocultamento de bens móveis valiosos, como as joias e moedas, dominará por milénios. As possessões valiosas que se quisessem ocultar, até mesmo de vizinhos e familiares, eram escondidas em lugares inconspícuos, como no chão da habitação, nas paredes ou telhado, ou então em lugares mais ermos, com rochas ou árvores como referência. A morte extemporânea ou o desaparecimento do proprietário manteriam a peça no esconderijo até à sua descoberta acidental, por vezes muitos séculos depois.

5 Leitura proposta por CALO LOURIDO, 2003: 23. Outra proposta de leitura apresentada por REDENTOR, 2009, com referências.

6 Cf. *De Castigatione Rusticorum*; VELOSO, 1975.

7 Impressão corroborada pelo achado neste local de um interessante ícone mariano, datável do séc. XIV e estudado noutra capítulo deste volume.

8 Este forno foi objeto de uma escavação de salvamento realizada em 1984 pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.

9 No dizer do povo, se queremos que uma graça nos seja concedida, devemos dar dez réis ao santo para ajudar, e cinco ao diabo para não atrapalhar.

10 Nas Inquirições de Afonso III aparece-nos, a propósito dos foros de Santa Senhorinha, esta curiosa passagem, que nos permitimos traduzir: *“Iguualmente, disse que todos os almocreves que vierem buscar vinho e fizerem pousada no termo de Lobelhe devem pagar portagem, com exceção dos almocreves de Guimarães, que não devem pagar portagem, e todos os outros devem pagar portagem, a não ser os de Braga que não querem pagar”*. É curioso o facto de estar estabelecida uma florescente produção vinícola, porquanto está documentado que D. Sancho mandou plantar vinha nas margens do Tâmega para promover a fixação de colonos.

11 Rui Gomes de Briteiros pertencia a uma linhagem de infanções radicada na região de Guimarães. Conseguira, através de alianças e comprometendo-se totalmente com o partido do «Bolonhês», ascender à rico-homia e ao cargo de mordomo-mor. A ele e aos Briteiros em Basto nos referiremos posteriormente.

12 D. José de Moura Coutinho, «Descrição dos Concelhos de Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto» (COUTINHO, 1881-1882: 1). Doravante reportar-nos-emos ao interessantíssimo texto desta descrição do erudito cónego loio, depois bispo de Lamego, natural da Casa do Telhô, Celorico de Basto, *“em que se apontam várias antiguidades destas terras e se descreve o seu estado atual, fazendo-se menção das casas, quintas e famílias nobres que as ornam”*, cuja escrita, na sua maior parte, se conclui datada de 1834-1835, e que foi publicada em forma de Folhetim no referido jornal católico do Porto desde 28.10.1881 a 5.6.1882, indicando apenas n.º de série correspondente a cada peça editada.

13 Como mero exemplo de um natural tentame, com melhor ou pior critério sempre reatualizado ao longo do tempo, cf. Pedro Vilas Boas Tavares, «Sobre o nome Basto da Região» (TAVARES, 1975: 1-3).

14 Jerónimo Contador de Argote, «Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga» (ARGOTE, 1732, I: 317-318). Ideia divulgada por

João Batista de Castro, «Mapa de Portugal Antigo e Moderno» (CASTRO, 1762: 228).

15 Com destaque para Armando Coelho Ferreira da Silva, «A Cultura Casteja no Noroeste de Portugal» (SILVA, 1986).

16 Tendo transmitido dados de seara alheia, tal como publicados pelo autor, ninguém nos levará a mal que o tenhamos feito. Todavia, respeitosamente, com a humildade de quem não se sente suficientemente iniciado em tão delicadas e controversas matérias, ninguém estranhará também que manifestemos nelas um grande ceticismo. Repare-se que A. de Almeida Fernandes na toponímia *“parochial”* do século VI não apresenta, na diocese de Bracara, o topónimo «Bauaste» referido (FERNANDES, 1990: 260).

17 Como é sabido, S. Sebastião de Passos e Petimão, manter-se-ão no concelho de Celorico até final de Antigo Regime, bem como terras que hoje fazem parte dos concelhos de Amarante, Felgueiras e Fafe (Montelongo).

18 C. da Cunha Coutinho, «O Castelo da Terra de Basto, mais velho que a nacionalidade» (COUTINHO, 1942: 7). Aí citando o código n.º 8750 dos «Reservados» da B. N. Portugal.

19 Isto apesar de os Sousas partilharem com os Senhores de Barbosa e de Tougues os direitos e ligações ao mosteiro.

20 Joana Catarina Sousa, «A Nobreza e o Processo de Senhoriação nas Terras de Basto: Século XIII e XIV» (SOUSA, 2007). O modo como estes textos das inquirições são aqui explorados, com as identificações efetuadas e esquemas genealógicos apresentados, tem um imediato antecedente na forma modelar como José Augusto Sotto-Mayor Pizarro havia estudado «A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis» (PIZARRO, 1990: 185-248).

21 Realidade revelada pelas Inquirições de 1343, compreendia apenas as freguesias de Caçarilhe, Infesta e Santa Tecla (SOUSA, 2007: 27).

22 Escalonados no tempo desde c. 1060, com D. Gomes Eitaz de Sousa, e c. 1070, com D. Egas Gomes de Sousa, até 1287, com João Rodrigues de Briteiros, data em que D. Dinis extinguiu definitivamente as tenências, é conhecida (SOUSA, 2007: 81) a seguinte sequência de tenentes da Terra de Basto: D. Mem Viegas de Sousa (1110); D. Mem Gomes Guedão (1132-1139); D. Gonçalo Mendes de Sousa I (1140-1167); D. Vasco Fernandes de Soverosa (1167-1186); D. Mem Gonçalves de Sousa (1186-1192); D. Gonçalo Mendes de Sousa II (1195-1211); D. Gil Vasques de Soverosa (1234-1235); D. Mem Garcia de Sousa (1236-1255); D. Gonçalo Mendes de Sousa III (1256-1262); D. Gonçalo Garcia de Sousa (1263-1285).

23 A este propósito, remetemos, mais uma vez, para algumas importantes reflexões de José Mattoso (MATTOSO, 1988: 339-345).

24 Cf. «Foral da Terra de Cabeceiras de Basto dado pollas Inquiriçoens do tombo» (DIAS, 1961-1969: 81).

25 Joana Catarina Sousa (SOUSA, 2007: 23, mapa 12), onde, de norte para sul, são enumeradas pela autora: Salto; Rossas, Bucos; Cabeceiras; Abadim; Vilar de Cunhas; Riódouro; Aboim (de Monte Longo / Fafe); Painzela; Cavez; Outeiro; Refojos; Pedraça; Passos; Alvite; Basto (S. Senhorinha); Arco de Baulhe; Cerva; Faia; Basto (S. Clemente); Vila Nune; Atei; Ribas; Vale de Bouro; Corgo; Canedo; Gagos; Caçarilhe; Molares; Veade; Ourilhe; Bilhó; Vilar de Ferreiros; Seidões; Mondim; Infesta; Ardegão; Regadas; Gémeos; Borba de Montanha; Britelo; Basto (Santa Tecla), Arnozela; Carvalho; Pinheiro; Paradaça; Arnoia; Agilde; Ermelo; Fervença; Moreira do Castelo; Macieira da Lixa; Rebordelo; Codeçoso; Borba de Godim; Aboim; Vila Garcia; Telões; Freixo de Cima; Freixo de Baixo; Gatão; Amarante (S. Gonçalo).

26 Sobre esta matéria, e expressamente sobre os dois primeiros mosteiros referidos, deve consultar-se, Gonçalo Nuno Ramos Maia Marques (MARQUES, 2011: 246-258 e 323).

27 Cf. «Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas» (Ms. 179 da Biblioteca Nacional de Portugal); (ALMEIDA, 1971: 107).

28 Segundo este autor, em 1220, a igreja/mosteiro de S. Gens possuía “37 casais que lhe tinham sido doados em testamentos” e “recebeu ainda o senhorio de 6 casais em Esturãos, 7 em Ribeiros, 1 em Gamazãos, 5 em Armil, 1 em Teibães, 5 em Quinchães (e ½ de uma ermida), 1 em Regadas, 1 em Seidões, 1 em Ourilhe e 2 em Ribas – provenientes de doações feitas por descendentes dos presores de Basto e Montelongo e em terras cujo senhorio andava a sua posse” (ARAÚJO, 2011: 163 e 473). Em 1258 contava um total de 43. Somos informados que entre os casais desta freguesia, trinta nunca tinham pago qualquer foro à coroa, nem tão pouco “voz-e-coima”, dado serem de cavaleiros fidalgos, um dado que se articula bem com a enorme multidão de padroeiros desta igreja; que outros casais pagavam só “voz-e-coima”, e outros, ainda “eram de gente do povo, especialmente seis ‘de povoações’ e alguns afossadeirados em duas varas de bragal” (OLIVEIRA, [s.d]: 237).

29 Vinca neste capítulo a autora que nas inquirições de 1258, 9,1% dos casais referidos eram de posse régia, dispersos por 24 das 57 freguesias por onde passaram os inquiridores gerais, mas recordando que a propriedade régia registada não é apenas o casal: há também referências a leiras, herdades, terrenos, campos, vessadas, searas, vinhas, montes, bouças, soutos, vales, cortinhas, fogueiras, casarias, ou simplesmente a propriedades denominadas genericamente como reguengos. A propriedade da coroa é descrita com mais minúcia do que a dos outros proprietários pelas razões óbvias de obtenção de um “cadastró predial” que pudesse ser usado contra tentativas de usurpação.

30 Como prova da importância relativa dos rendimentos de S. Nicolau, o autor lembra que no «Catálogo das igrejas de 1320-1321» ela foi taxada em 200 libras. Informa outrossim (*ibid.*) que, além desta igreja e respetivo padroado, Mancelos “ficou também com dois casais que o rei tinha no couto de Vilela”, dando em troca “as propriedades e o hospital que possuía em Vila Ruiva de Malcabrão”.

31 Em conexão talvez com este caráter régio dominante, não passe sem reparo o facto de, segundo D. José de Moura Coutinho, se conhecer referência coeva a um Francisco Lopes do “paço de Ourilhe” (COUTINHO, 1881-1882: 1).

32 No quadro facultado por Joana Catarina Sousa, os números das restantes freguesias patenteiam uma realidade residual: Freixo de Baixo, 2 casais, Freixo de Cima, 2; Telões, 2; Vila Garcia, 3; Agilde, 4,5; S. Clemente, 2,5; Santa Tecla, 13; Britelo, 2; Canedo de Basto, 3; Fervença, 11; Gagos, 2; Gémeos, 10; Molares, 10; Moreira do Castelo, 10; Arnozela, 2; Borba de Godim, 5; Macieira da Lixa, 8; Abruella, 1.

33 A afirmação segura no sentido deste recolhimento, feita pelo Conde de Campo Bello (CAMPO BELLO, 1931, I: 138, cf. nota 73). Se a viuvez de D. Elvira da Faia data de 1176, não podíamos deixar de reduzir a segurança e alcance de tal afirmação porque, conforme reconhece o próprio Frei Leão de S. Tomás: “ja em tempo de nosso primeyro Rey D. Affonso Henriques ha alguãs conjeturas que o Mosteyro estava extinto” (S. TOMAS, 1974 [1644], I: 180b).

34 “Pro Christi amore a seculi actibus segregata”, vivera até aos 25 anos em S. João de Pendorada, onde fora levada pelos seus pais e vestira hábito, de acordo com a tradição peninsular das *devotae*, que, pretendendo levar vida religiosa, viviam nas imediações dos mosteiros masculinos, sem ingressarem na comunidade (MATTOSO, 1982: 502).

35 Segundo assevera Ilídio Araújo, “esta igreja (em estilo românico) foi construída no casal de Beade que era um dos 17 casais de uma antiga villa cujos direitos senhoriais andavam no início do século XII na posse de Domitila Gomes” (ARAÚJO, 2011: 475). Este autor di-la sucessivamente “talvez” filha (ARAÚJO, 2011: 452) e “filha de Gomes Echigues” – este, alegadamente, durante muito tempo e também por este autor, considerado fundador do mosteiro de Pombeiro em 1059, ideia hoje contraditada documentalente (DIAS, 1993: 45-46). Sabe-se pouco desta

importante rica dona, por certo da estirpe dos Guedões, e o pouco resulta em boa medida, como também lembra Ilídio Araújo, da inscrição tumular da parede lateral norte desta igreja, que nos diz que ela faleceu em 1159 (e não em 1129 ou 1130) e nos faz deduzir que foi ela a fundadora deste “templo-mosteiro”. Já todavia paroquial, “*Monasterium de Bialdi*” assim é nomeada esta igreja nas inquirições de 1220. Parente de D. Dórdia Gomes e certamente seu herdeiro foi o cónego Gomes Alvites que, antes de 1258, efetivamente vendeu a igreja e todos os casais, “*incluindo o direito de padroado*”, à Ordem do Hospital.

36 Era filho de Bento Rebello Lobo e Isabel da Silva de Lima e Noronha, neto materno de António de Lima e Noronha, Fidalgo da Casa Real e Capitão-mor do Concelho, e D. Elena de Meirelles, senhora da dita quinta (*ibid.*).

37 Freixo de Baixo, 2 casais; Gatão, 4; Telões, 10; Agilde, 21; Basto (Santa Tecla), 10; Borba da Montanha, 9; Britelo, 7; Caçarilhe, 2; Canedo de Basto, 4; Carvalho, 10,5; Corgo, 2,5; Fervença, 5; Gagos, 15; Infesta, 4; Molares, 3; Moreira do Castelo, 7; Ourilhe, 3; Ribas, 3; Vale de Bouro, 12; Borba de Godim, 6; Macieira da Lixa, 1; Pinheiro, 10; Bilhó, 5; Arnoia, 17; Abruella, 3,5.

38 Ao longo do conjunto das várias inquirições. Somos esclarecidos que a autora contou 11 em 1220 (Aguiar, Arões, Briteiros, Canedo; Carvalho, Chancinho, Guedaz, Lanhoso, Morira; Sousa e Soverosa); 35 em 1258 (Alvim, Agares, Aguiar, Badim, Baião, Barroso, Basto, Bragança, Briteiros, Bruella, Erosa-Bugalho, Canedo, Capelo, Carapeços, Carvalho, Chacim, Correia, Cunha, Ervilhão, Fornelo, Freitas, Guedaz, Lanhoso, Lumiares, Maravilha, Moreira, Morzelo, Pacheco, Portocarreiro, Riba de Vizela, Sousa, Soutelo, Soverosa, Vencelho e Vides); em 1288-90 o número mantém-se, mas com mudança de alguns nomes de família (SOUSA, 2007: 73).

39 Declaradamente “*não se pretende fazer um historial completo de cada uma das famílias*” aí tratadas, “*uma vez que esse trabalho foi sendo feito por autores como José Mattoso para os séculos X e XI, Leontina Ventura para o reinado de D. Afonso III, ou José Augusto Pizarro para o reinado de D. Dinis*” (SOUSA, 2007: 79).

40 Conforme sugerido, deve-se relevar que o impacto de uma presença se faz também pela negativa. Assim, concretamente, o mosteiro de Arnoia, em 1568, com apenas três monges, suscitava ainda sugestões de extinção a circunspectos inquiridores (DIAS, 1993A: 112). De qualquer modo, só por si, na sua longa duração, esta casa seria merecedora de uma monografia histórica de conjunto. Pelas marcas sócio regionais, entre tantos trabalhos parcelares e dispersos, não deveriam ser esquecidas algumas breves mas úteis apertações que, no citado jornal «A Palavra», a este mosteiro, por si bem conhecido, consagrou o erudito bispo de Lamego, D. José de Moura Coutinho.

41 Maria Olga Portela Gonçalves da Paz Sequeira, «A igreja do mosteiro de Refojos de Basto» (SEQUEIRA, 2006: 223-231), artigo apoiado em boas fontes primárias da ordem beneditina e alguns autores consagrados nesta matéria. Em vários momentos a autora remete para a indiscutível autoridade do homenageado, nomeadamente nas referidas identificações (DIAS, 2002: 59-83).

42 Sobre este espaço em oitocentos cf. «Descrição abreviada do concelho de Cabeceiras de Basto principalmente da freguesia de S. Miguel de Refoyos, sua capital. Por um cabeceirense» (DESCRIÇÃO, 1874).

43 J. Mattoso admite que as inscrições não sejam falsas, mas mal lidas. *Ibid.* «Benedictina Lusitana» (S. TOMAS, 1974 [1644]: [31]).

44 Afirmação em sintonia com o que transmite Torquato Peixoto de Azevedo (AZEVEDO, 1988 [1969]: 440). Egas Fafes confirma documentos régios entre 1146 e 1160 (MATTOSO, 1988, I: 161 e 162).

45 Avelino Jesus da Costa, com fortes argumentos documentais, inclina-se, acompanhado pelo Prof. Nogueira Gonçalves, para que o artista seja um “*Petrus Aurifex*” morador em Braga, que trabalhou como ourives para a Sé de Braga e para os arcebispos D. Paio Mendes e D. João Peculiar. O cálice tem 17,3 cm de altura. Na copa estão cinzeladas as figuras de corpo inteiro de Cristo e dos onze apóstolos, cada um com o seu nome. À volta da

base tem a inscrição: «GEDA. MENENDIZ. ME FECIT. IN ONOREM. STI. MICHAELIS. E.M.C. LXXXX» (= Gueda Mendes me mandou fazer em honra de S. Miguel. Era MCLXXXX = 1152). (COSTA, 1990: 660-666).

46 Cf. «Copia do vaso do Sacrário do Collegio de S. Bento de Coimbra e noticia de Gueda Mendes, padroeiro do Mosteiro de S. Miguel de Refojos», publicado por Manuel Artur Norton (NORTON, 1990: 377 e 378).

47 Em conexão com esta tradição, refletida nos casos *infra* evocados, cabe perguntarmo-nos se não teria residido aqui, precisamente, o papel de Santa Comba, antigo mosteiro feminino de que quase nada se sabe, mas que, situado nas proximidades de Refojos, a este teria transferido terras e bens, a ponto de o autor da «Benedictina Lusitana» (t. II, p. 181) alegar a afirmação de antigos monges, segundo os quais, na sacristia da igreja velha de Refojos ainda se conservavam alfaias de Santa Comba.

48 É mais uma interessante narrativa etiológica popular, determinada pela necessidade de explicação dos topónimos. A lenda, transmitida a Júlio Dantas pelo Dr. António Teixeira Coelho de Vasconcelos, casado em Vila Nune com D. Sofia Adelaide Machado Tavares e morador na Casa das Cortinhas, foi por aquele escritor literariamente reproduzida na narrativa do mesmo título, incluída no livro «Espadas e Rosas» (DANTAS, 1919: 147-151). Sinteticamente, segundo a lenda, na apresentação dela feita pelo escritor, pelos fins do séc. XI princípios do XII, D. Brízula, filha de um rico-homem, senhor de Murça, namorou-se de Nuno, um escudeiro do pai. Como o pai se opusesse violentamente àquela relação, Brízula fugiu, encontraram-se e casaram clandestinamente em Vila Pouca de Aguiar, e prosseguiram até Refojos, onde foram protegidos pelos monges. Com os bens que haviam logrado reunir, teriam então demandado aquele serrano e isolado “*socalco da beira-Tâmega*”, onde teriam construído a sua casa e vivido como “*eremitas do amor*”, algo que o povo percebeu, passando a chamar àquele humilde paço, onde moraram sós ou de amor a sós, *Moroussós*. A propriedade de Moroussós estava, conforme referido, integrada no circuito das propriedades da Casa da Granja e, não menos, na sua memória familiar. Ainda nos dias de hoje, numa das salas, se via um prato de louça armoriado, evocativo daquele paço de Moroussós, tido como predecessor do moderno solar e, segundo o texto de Júlio Dantas, mantido ininterruptamente na posse da família da sua fundadora.

49 Remetemos para Duarte Nuno de Carvalho do Vale e Vasconcelos (VASCONCELOS, 2005-2007, II cit: 42-44), que competentemente revisita esta questão. Às pistas por este autor alinhadas sobre a ascendência e descendência de Mónica Teixeira e António Machado, casal do século XV que alguns genealogistas dão a viver na Granja de Vila Nune, conviria acrescentar uma indagação sobre o estatuto jurídico (natureza e titularidade) daquela propriedade ao longo do tempo. Importa todavia, de imediato, atentar nesta premissa elementar: os “*factos*” fundadores referidos na lenda (alegadas construção do paço e demarcação de terras) teriam de ser evidentemente anteriores à doação de D. Maria Nunes, cujo ato rompe com a possibilidade de continuidade familiar da posse “*invocada*” por Júlio Dantas (cf. nota penúltima). A menos que, como variadíssimas vezes sucedeu, algum fidalgo tenha posteriormente vindo a usurpar aqui um casal ou a referida herdade legada por D. Maria Nunes. Pode até admitir-se a possibilidade dessa propriedade eclesiástica, de Refojos (e não reguenga, na versão de Júlio Dantas), ter sido honrada abusivamente, com ou sem amádgio. Nesta última hipótese, a lenda poderia ter trocado a situação da ama e do filho do fidalgo por ela ali criado, pela situação de marido e mulher num casamento desigual e clandestino...

50 Carta não datada do cartório do mosteiro de Pendorada.

51 José Marques, «A Arquidiocese de Braga no Séc. XV», remetendo para Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Reservados, Ms. 704, p. 178-183, publ. por IDEM, «Aspetos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso segundo a visitação de 1437» (MARQUES, 1982: 230-232).

52 Lemos *ibid.* que antes de 11 de março de 1445 houve um incêndio no

cartório deste mosteiro, mas Frei Leão de S. Tomás refere que a calamidade ocorreu duas vezes (MARQUES, 1982: 672-673).

53 Cândido dos Santos, data petição a Paulo IV deste teor e pedindo-lhe exima o Colégio de S. Bento da obediência ao superior de S. Jerónimo de 1559. E acrescenta, particularizando: “*Em 1560 propõe a Pio IV que, sendo muitas as rendas do mosteiro antigo, e podendo ficar os dois colégios e o novo oratório dotados com suficientes rendimentos, com o restante se podia ainda fundar em Coimbra um colégio para estudantes pobres que ele administraria e que, por sua morte, pudessem nomear administrador. Alcançada também esta graça, começou a fundação do Colégio e nomeou administrador a Gonçalo Pinto, seu sobrinho, conseguindo, por outro lado, que um outro seu sobrinho, D. João Pinto, cónego regrante em Santa Cruz, fosse seu coadjutor e sucessor em todas as rendas*” (SANTOS, 1980: 61).

54 Na Casa da Fonte da Breia ou Breia de Baixo, freguesia de S. Nicolau de Cabeceiras, foreira do morgadio da Taipá. É possível que a amizade entre os dois humanistas contribuisse para que o casal da Fonte da Breia (prazo de vidas) fosse emprazado a Jerónimo de Murça, sobrinho de D. Diogo de Murça. Jerónimo, aqui viveu e teve uma filha e herdeira, Filipa de Murça, que casou com João de Leiva, capitão de ordenanças do couto de S. Jorge de Abadim, donde era natural. Neles se renovou o prazo. Do casamento nasceram: Clara e Maria. Clara de Murça foi senhora da Casa e Quinta da Fonte da Breia e 3.ª vida nas propriedades prazo da Taipá. Casou com Gaspar André Salgado, que foi Sargento-mor de infantaria nas guerras da Restauração, onde se houve “*com honrada satisfação*”. C/geração. Maria de Murça, casou com João Guimarães, residindo ambos “*no lugar da Breia*” (cremos que s/g). De Clara de Murça e seu marido, nasceu D. Joana de Murça Salgado. D. Joana de Murça Salgado, senhora da casa e quinta e demais bens de seus pais, casou com Baltasar Tavares, agraciado pelo Príncipe Regente D. Pedro com o hábito de Cristo e várias mercês para si e filhos, em atenção ao seu passado desempenho em combate, durante as guerras da Restauração, e aos seus serviços posteriores como Vedor-Geral do exército na província do Minho, até ao ano de 1680 (cf. ANTT, Registo Geral de Mercês, 39, Livro 3, fl. 4r.º e v.º). Deste casamento nasceram Maria da Conceição Tavares, Maria Luísa Tavares, Filipa Tavares e Baltasar Tavares. Maria Luísa beneficiou de uma tença de 24.000 réis “*a vencer desde novembro de 1682*”. Faleceu solteira, s/g., vivendo com Filipa em Petimão. Baltasar terá falecido solteiro, pois oficialmente se diz “*não ter chegado a lograr a mercê*” do hábito de Cristo e correspondente tença de 12.000 réis efetivos. Esta tença foi transferida em 1683 para sua irmã, Maria da Conceição, que a começaria a vencer imediatamente, ficando o hábito para quem viesse a casar com ela. Ficou senhora da casa e casou com José de Abreu Bacelar e Sousa, da Casa de Sousa, lugar de Sá, S. Clemente de Basto. Na descendência deles se manteve e mantém a Fonte da Breia, familiarmente unida no séc. XVIII à vizinha Casa do Casal, pelo casamento em 1798 de D. Maria Bárbara de Abreu Bacelar com Jerónimo Tomás de Castro Abreu e Magalhães, senhor da última. A propriedade da Fonte da Breia é hoje do Eng.º Bento Maria de Meireles Leite de Castro. Filipa Tavares, batizada a 26.1.1676, casou em S. Clemente de Basto a 4.1.1711 com Pedro Ribeiro Falcão, Senhor da Casa da Ponte de Petimão, c/g. e ampla descendência, a partir de sucessivos consórcios realizados de e para essa casa, desde 4.2.1801 unida à de Figueiredo de Ribas pelo casamento de António Manuel Tavares da Veiga Falcão, senhor da Casa da Ponte, com D. Inácia Joaquina Teixeira da Mota de Andrade, da Casa de Figueiredo. Este casal teve quatro filhos: Plácido Tavares da Veiga Falcão, como mais velho, foi senhor da Casa da Ponte, mas por razões políticas morreu exilado em Paris a 29.3.1831, solteiro, s/g.; dois outros irmãos, Teresa e José Maria, faleceram também solteiros, s/g.; D. Rosa Ricardina Tavares da Veiga Falcão casou em Ribas a 14.2.1832 com o Dr. José António de Meireles Leite, da Casa da Ramada, Arco de Baúlhe. Tiveram nove filhos: José Justino Tavares

de Meireles, último senhor da Casa da Ponte, que c.c. D. Rita Portilho, da Casa da Torre, em S. Clemente de Basto, c.g.; por alienação da Ponte, viveram na Quinta da Mata, em Ponte de Pé (Cabeceiras), onde continua sua descendência. Dos outros (Joana Júlia, Ana Emília, António Manuel, Manuel Baltasar, João, Maria Leonor, Maria Isabel e Isabel Maria), Joana Júlia casou em S. Clemente de Basto com o Dr. José Teixeira da Costa e Sousa (1847-1888), da Casa do Souto de Baixo, Santa Marinha da Pedreira (Felgueiras). Em sucessão direta, prosseguem hoje na família as referidas Casas de Figueiredo de Ribas e do Souto. Ana Emília de Meireles Leite Tavares da Veiga Falcão casou para a Casa de Quintela, S. Clemente de Basto, com o Dr. António Ferreira de Mesquita, levando na sua companhia a irmã Isabel Maria, aí falecida a 17.12.1917. Ela e todos os outros irmãos referidos ficaram solteiros, s/g. D. Ana Emília e o Dr. António Ferreira de Mesquita são os avós paternos da última geração de senhores/moradores desta Casa de Quintela, destruída por um fatídico e pavoroso incêndio em 1972. Nessa geração, de vários irmãos e irmãs, apenas o mais velho, José Mesquita Mourão, casou (com D. Maria Alzira Machado, da Casa de Veade), com descendência de filhos e netos.

55 Lembremos a visita a Refojos, Arnoia e outros mosteiros beneditinos do Norte mandada fazer por Filipe II e pelo Cardeal Alberto em 1588-1589 e confiada a Frei Álvaro de Salazar e Frei Sebastião de Villoslada.

A sustentação é uma evidência resultante da aplicação das rendas do mosteiro de Refojos de Basto aos colégios conimbricenses. De acordo com essa repartição de rendas, sancionada por bula, depois da morte de D. Diogo de Murça houve que negociar com seus sobrinhos, João Pinto e Gonçalo Pinto. Vale a pena fazer constar os dados conhecidos: num primeiro momento (1562), o colégio de S. Jerónimo recebe os dízimos de Refojos, de Santo André de Vila Nune e de S. Martinho do Arco de Baúlhe. Toma também posse das igrejas de Succães e das anexas S. Gens de Marmelos, Santo António de Vila Nova (bispado de Miranda) e S. Frutuoso de Eixes (Lamas de Orelhão). Nesse mesmo ano, com bula de confirmação do seguinte, “o colégio troca a dizimaria de Refojos e os dízimos dos casais de S. Nicolau e os 10 mil reais dos dízimos da aldeia de Paços, pelas igrejas de S. Romão do Corgo e Santa Marinha de Pedraça”. Mediante nova concórdia em 1568, fixam-se: A) Rendas do colégio de S. Jerónimo: dízimos e primícias das igrejas de Trás-os-Montes supra referidas, Santo André de Vila Nune, S. Martinho do Arco de Baúlhe, S. Romão do Corgo, Santa Marinha de Pedraça; a metade dos dízimos e primícias de Santa Maria de Outeiro, com suas anexas, Várzea Cova e Paços; ainda os casais de Barroso e a quinta de Canavezes, a Ribeira de Mem Garcia e os censos do prazo fateosim de Gonçalo Pinto e da quinta de Corgo. B) Rendas que ficaram ao Colégio de S. Bento: “todo o sabido do mosteiro velho de Refojos e os assentos das Igrejas, e agora metade dos dízimos e primícias das Igrejas do Outeiro e sua anexa, e a quinta de Jou com seus casais e pertenças”. C) Rendas que ficaram ao mosteiro/oratório de Refojos: as igrejas de Barroso e a dizimaria de S. Pedro de Alvite e Santo André de Riódouro, e dez mil reais pela aldeia de Paços que é na Freguesia de Outeiro; jurisdição do couto e suas penas e portagens, e o assento do mosteiro velho pela mesma maneira, “com todo o direito reto e útil” (SANTOS, 1980: 62).

57 «Rerum Memorabilium Ecclesiae Bracarensis», t. I, à fl. 108 (doc. 72): “Escrituras das quaes consta como ElRei D. Sancho o primeiro fez couto o circuito da Igreja de Santa Senhorinha de Basto, por rezo de hum milagre que fizera no Principe D. Afonso seu filho” (...). O documento em apreço é o primeiro aqui transcrito. Seguem-se (fls. 108 e 109) mais três diplomas, relativos ao padroado da igreja de Santa Senhorinha, registados em pública-forma, em Braga, em dezembro de 1278, por João Fortes, tabelião público.

58 Efetivamente, era então “tenente”, como atrás dissemos, D. Gonçalo Mendes de Sousa II.

59 Ameaçada por grave deterioração da talha, que uma intervenção criteriosa de restauro pode restituir à sua plenitude, mas que a de habituais “habilitados” de recurso pode degradar irreversivelmente da sua dignidade estética. O sacrário do altar-mor foi, como é visível, deslocado do seu lugar próprio, na capela do Santíssimo.

60 Contrastando com a gramática algo erudita e racional da capela, com digno e movimentado culto, o túmulo de Santa Senhorinha abria-se a formas de veneração dos devotos, algumas algo supersticiosas e desconformes com uma “bem regulada devoção”. Através do espaço da pequena grade inferior que lá vemos, permitia aos devotos colocarem-se por baixo dele, para o manusearem e até para tentarem extrair dos interstícios do solo onde ele assentava alguma terra ou pó, a aplicar em infusão a certo tipo de febres e maleitas...

61 A este propósito consulte-se PIZARRO, 1999, I: 550-551/.

62 Quem eram? Só deste primeiro casamento, indicado, houve descendência. Filhos que não tiveram descendência: Vasco Gomes da Cunha, cavaleiro beneficiado pelo testamento (1279) de sua tia D. Urraca Lourenço; Gonçalo, cónego da Sé de Coimbra; Sancha, monja de Arouca; Mécia, c.c. João Anes Redondo; Mor, desconhecida, confirma a vinculação de bens do pai. Filhos com descendência: Alda, c.c. Martim Martins Zote; tiveram: Martim Martins Zote II, Gomes Martins Zote, Gil Martins Zote, Vasco Martins Zote, Maria Martins Zote, Mor Martins Zote, Guiomar Martins Zote e Branca Martins Zote; e Maria Gomes da Cunha, c.c. Fernão Gonçalves Moreira; tiveram Margarida Fernandes Moreira e Rui Fernandes Moreira (PIZARRO, 1999, II: 949).

63 Valha o que valer em detalhe (em termos de validação científica dos seus dados e sugestões prospetivas), é de reter a muito pertinente chamada de atenção de Ilídio de Araújo, aproximando os lugares de Lobeira (Covas) e Pousada, na mesma freguesia de Carvalho: “O lugar de Lobeira confina do lado poente, na mesma encosta, com o lugar de Pousada, onde houve uma quintã que foi comprada por Urraca Viegas (filha de Egas Gomes Guedeão) a Martim Álvares de Olo, após o seu casamento com Soeiro Raimondes de Riba Vizela, e essa quintã tornou-se o solar dos Alvins de Basto. Deles era filho Pero Soares de Alvim, que casou com Maria Esteves da Lavandeira, e que tivera um filho bastardo (que legitimou) – João Pires Alvim de Lobeira – o qual, segundo Carolina Michaelis de Vasconcelos terá sido o verdadeiro autor da famosa novela medieval *Amadis de Gaula*. O determinativo ‘de Lobeira’ tê-lo-ia recebido, pois, pelo lado da mãe, que seria oriunda do casal ou quintã de Lobeira, fundada por Ermígio Viegas (filho de Egas Moniz, o aio). Nesse lugar de Lobeira, adjacente ao casal reguengo do Castelo – e presumidamente também em parte deste – situava-se a quintã que Ermígio Viegas, casado com D. Loba Sanches, aí fundara e que passou a seu filho, Martim Ermíges, e depois a um neto – talvez Fernão Martins(?). Deste terá passado a um bisneto (Afonso Fernandes?), de quem seria filho o Pedro Afonso Ribeiro de Lobeira, pai da Margarida Pires Ribeiro, de Lobeira – que casou com Martim Pires Alvim, da vizinha quintã de Pousada. É provável que a mãe de João Pires Alvim de Lobeira fosse irmã do presumível Afonso Fernandes de Lobeira, e que aquele fosse o João ‘Dançador’ que em 1258 ainda possuía um conchouso em S. Martinho de Lobeira” (ARAÚJO, 2011: 487). Entre tantas presunções e interrogações, impõe-se situar melhor, histórica e arqueologicamente, esta surpreendente Casa de Lobeira, de que o autor faculta uma boa fotografia, bem reveladora da sua vetustez medievla. Como veremos, entre outras, muito cedo no tempo o destino desta Casa se cruzou com o da Casa do Muro (Ourilhe).

64 Além de ter por couto esta freguesia, “eram também seus o padroado de Outeiro em 1258 – que tinha juntamente com os seus descendentes – e um casal em Painzela, onde em 1288-90 se refere que trazia uma quintã honrada que tinha sido dos Portocarreiro” (SOUSA, 2007: 106).

65 “Pois achamos” – garante Craesbeeck – “*ser senhora delle D. Aldonça Coelho, mulher de Diogo Gonçalves de Castro (que foi pai de Lopo Dias de Azevedo, 1.º Senhor de São João de rei e Terras de Bouro e outras muitas), como vimos de huma carta de el Rei D. Fernando, que a mandou a Lopo Gomes de Lira, seo Mordomo-mor de Entre Douro e Minho, para que se lhe conservasse á suplicante a jurisdição que Affonço 4.º lhe tinha dado da dita terra*” (CRAESBEECK, 1992 [1726], II: 203), carta essa que tinha em seu cartório Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, à data senhor do couto.

66 Estes mantiveram-se em sucessão familiar até final de setecentos. Antes das mudanças legais de inícios de oitocentos era senhor do couto e padroeiro da igreja de S. Jorge D. Rodrigo António de Carvalho Fonseca Camões e Lencastre. Até 1725-26 Craesbeeck indica a seguinte sucessão: de Diogo Lopes de Carvalho o couto passou ao sobrinho, Dr. Gaspar de Carvalho, chanceler-mor do reino; deste, a seu filho, António Lopes de Carvalho; deste, a seu meio-irmão, o Dr. Luís de Carvalho; deste, a seu filho, Diogo Lopes de Carvalho; deste, a seu filho, Gonçalo Lopes de Carvalho Silveira e Camões, senhor também do couto de Negrelos, e deste a Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, cavaleiro do hábito de Cristo, familiar do Santo Ofício, moço fidalgo da casa real.

67 O couto tinha companhia de milícias à parte, sujeita ao capitão-mor do concelho. Segundo o Padre António Carvalho da Costa, na «Corografia Portuguesa», na administração da justiça tinha juiz ordinário e dos órfãos, em cuja eleição anual presidia o senhor da terra, sendo os mais oficiais do concelho. Coerente com a de Craesbeeck, é diferente a informação do pároco em 1758: tinha juiz ordinário e câmara (dois vereadores, um procurador e um meirinho), a cuja eleição presidia o donatário, que era ouvidor e capitão-mor, e somente o corregedor de Guimarães conhecia deste couto, estando em correição ou nova alçada. Cf. CAPELA, 2003: 213-214.

68 Neste domínio, com referências sobre outros membros desta família, cf. Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos, «A ação dos Pereiras nos Descobrimientos Portugueses no Século XVI» (PASSOS, 2006, 33).

69 Homenageando um ilustre autor penato, de grata e saudosa memória, impõe-se que chamemos a atenção para a importante obra de identificação de locais e personagens históricos de Camilo, revelando a grande familiaridade do escritor com as Terras de Basto, a que procedeu, António Canavarro de Valladares (VALADARES, 1979 e 1980).

70 Camilo Castelo Branco em «O Filho Natural» (CASTELO BRANCO, 1965: 9).

71 Efetivamente, de acordo com as palavras do referido bispo de Lamego (COUTINHO, 1881-1882: 1), é-nos advertido que “*desta Inês Afonso, sem lhe referir o marido, trata o Conde D. Pedro*”, dizendo nomeadamente que era neta paterna de Pedro Afonso Ribeiro e de Alda Álvares Curutelo (filha esta de Vicente Álvares Curutelo, Senhor da Torre de Curutelo, e de D. Maior Viegas, filha de D. Egas Fafes, bispo de Coimbra, e de sua amiga, D. Maior Viegas, do Reguengo – como também refere o Livro Velho de Linhagens); e neta materna de João Soares de Paiva e de D. Margarida (o cavaleiro João Soares de Paiva, da aldeia de Sabariz, no julgado de Paiva, referido na inquirições de 1288, e D. Margarida cidadã de Lisboa). D. José de Moura Coutinho informa que o marido desta Inês Afonso Ribeiro era senhor da Quinta de Sotto Maior, em Arnoia, sendo sepultado no mosteiro beneditino local. Em conformidade “*a mesma Inês Afonso legou ao Mosteiro de Arnoia 150 libras, dez das quais para comprar a sua sepultura, como constava dos Sumários extraídos daquele Cartório por Frei A. de S. Bernardo*” (COUTINHO, 1881-1882: 1).

72 À p. 17 esclarece-se que este Martim Moniz bem pode ser “*o mesmo a quem se referem as Inquirições de D. Dinis relativas a Valpedre, em Penafiel de Sousa*”.

73 Retenhamos oportuna anotação deste autor: “*em maio de 1238, em S. Clemente de Basto, e por ordem do arcebispo Dom Silvestre,*

juntamente com Pero Martins Ervilhão, ambos cavaleiros, e dois cónegos de Braga, Rui Pais de Vides fez uma inquirição sobre os direitos de padroado e de pousadia que Dom Rui Gomes de Briteiros alegava ter na igreja de S. Gens de Montelongo. O mais natural é que Rui Pais tenha estado presente nessa inquirição como representante, ou dos padroeiros ou daquele rico-homem, e se o foi nesta última qualidade isso poderia significar que era vassalo dele, o que não nos estranha já que o parentesco os unia, pois a avó paterna de Rui Gomes de Briteiros era Guedeão” (PIZARRO, 1999, II: 632).

74 António Dias Miguel, informa que no Ms. 8842 FG da Biblioteca Nacional de Lisboa se indica que nas obras seiscentistas da igreja de Santa Senhorinha, na ponte do Arco de Baúlhe e no acrescentamento da igreja de Pedraça teriam sido usadas pedras da torre antiga de Nuno Álvares (MIGUEL, 1980: 166, nota 32).

75 D. Isabel, mulher que depois foi do Infante D. João seu tio, governador do mestrado de Santiago, D. Afonso, que foi depois conde de Ourém e marquês de Valença, e D. Fernando, depois conde de Arraiolos e duque de Bragança. Cf. Fernão Lopes, «Crónica de D. João I», Vol. II, 2.ª Parte, Cap. 202 (LOPES, 1983: 461).

76 Continuarão de consulta obrigatória os volumes da «História Genealógica da Casa Real Portuguesa» de D. António Caetano de Sousa (Tomo I, Lisboa, 1725), aliás, sobretudo pelas suas «Provas», inestimável acervo de fontes ao dispor do investigador (SOUSA, 2007-2008 [1785]).

77 Filho segundo do “*conde*” D. Gonçalo Pires Pereira, da Quinta do Paço de Santo Adrião de Vizela, e sua mulher D. Urraca Vasques Pimentel, e irmão de D. Vasco Pereira de quem são descendentes os condes da Feira. Cf. D. Rodrigo da Cunha, «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga» (CUNHA, 1989 [1634-1635], II: 177-178).

78 Desde nomeadamente os tempos de Rodrigo Forjaz e de Gonçalo Rodrigues Forjaz, senhores do couto de Palmeira. Sobre as ligações familiares dos de Palmeira, de Pereira e de Tougues *vide*, José Augusto Sotto Mayor Pizarro, «Linhagens Medievais Portuguesas» (PIZARRO, 1999, II: 877-890).

79 Assim v.g., Vasco Martins de Pereira, filho de Martim Pires de Pereira e Maria Pires, teve a quinta e honra de Freixieiro, junto à quinta e honra da Torre (Celorico de Basto), que vendeu ao bispo do Porto, D. Sancho Pires de Froiã (PIZARRO, 1999, II: 891).

80 Sem ir mais longe, invocando o tempo dos Guedões, lembre-se que Vasco Gonçalves de Pereira, cavaleiro vassalo do Conde D. Pedro, foi meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho no tempo de D. Dinis e D. Afonso IV (PIZARRO, 1999, II: 895).

81 Este fidalgo já vira D. Pedro I coutar-lhe as suas propriedades do Lamegal, no termo de Pinhel (PIZARRO, 1999, II: 896).

82 Leiam-se, nomeadamente, as referências ao encontro programado do condestável com a mulher e a filha no Porto, as quais, vindas certamente de Basto, lograram escapar incólumes de Guimarães, então tomando voz por Castela, graças ao empenho do fidalgo delas parente, Gonçalo Pires Coelho, que estava no castelo daquela vila (LOPES, 1983, II: 14). Não é de facto crível que nas várias vindas ao norte, uma das últimas ou talvez a última, aquando da morte da filha, de parto, em Chaves, em 1415, não passasse por Basto, onde tinha parentela e amigos que com ele tinham andado “*nas guerras passadas*”, e a quem de resto tinha feito “*préstimo*” de alguns bens e terras, como sucedera com o seu meirinho mor, João Gonçalves, a quem dera “*o Arco de Baúlhe com certas quintãs*”, e certas rendas a Álvaro Pires, seu veador (*ibid.*, p. 332).

83 ANTT, «Chancelaria de D. João I», I, I, fl. 82v - 83.

84 ANTT, «Chancelaria de D. Manuel I», I, 4, fl. 6v.

85 Reportando-se a dito que colheu do ANTT, Ms. da Livraria n.º 1549, fl. 90v.º.

86 Como fidalgo e genealogista nunca apreciará nem adotará aquela alcunha, transformada em apelido, mesmo quando o seu filho Gonçalo a fixe

prestigiosamente no Oriente, lá onde para além dos filhos anteriormente evocados, outros Pereiras, um irmão do pai (Nuno), um seu meio-irmão (Rui) e numerosos primos prestaram relevantíssimos serviços a Portugal.

87 De acordo com as informações do Abade de Sever na «Bibliotheca Lusitana», t. I, pp. 347 e 348, compôs as seguintes obras, algumas das quais foram “*prohibidas no Index expurgatorio de Portugal e Castela*”: «Tratado sobre o Evangelho de S. João», «In principio erat verbum», ms.; «Reforma do Estado Ecclesiastico», obra acabada em Basto; «Dos erros do Reyno de Portugal», ms.; «Vergel de proesas e virtudes heroicas da Familia dos Vasconcellos», ms.; «Principios e progressos das famílias ilustres de Portugal», ms.; «Tardes de Entre Douro e Minho», obra certamente de prosa moralizante, ms., que D. B. Machado viu na rica Livraria do Cardeal de Sousa; «Tratado sobre as palavras Ecce duo gladij hic» (sobre as jurisdições espiritual e temporal), ms.; «Dialogo entre o gallo e outro animal sobre aquelle verso do Psalmo Lex Domini immaculata», ms., “*no qual deo em alguns erros por falar largamente contra o Papa, Commendas e Estado Monacal. Nelle persuadia ser útil que a Bíblia andasse vertida em Portuguez*”; *Tratado em que mostra que nem mulheres nem pessoas eclesiásticas devem governar Senhorios e as causas porque*, ms.; *Cartas mss.*

88 Esta ideia está reeditada a propósito de «O Paço da Taipa» no livro «In Memoriam do Dr. José Leite Saldanha de Castro e Maria das Dores de Meireles Teixeira Coelho», oferecido e dedicado pelos filhos no centenário do nascimento do seu Pai (1869-1940), à pág. 67.

89 Cf. «Carta a Fernão da Silveira», datada de “*Basto a 15 de novembro de 1558*” (MIGUEL, 1980: 184).

90 De resto, parece-nos pura estultícia alguém falar de protestantismo a propósito deste intelectual. Como está bem demonstrado, o seu círculo de relações abunda sim de “*posições encontráveis em Erasmo*”, de resto coerentes com um certo rigorismo ético e religioso do fidalgo de Basto. Cf., Jorge Alves Osório (OSÓRIO, 1974: 246). Mas bastaria que se atentasse no teor das missas por si instituídas na capela de S. Pedro Mártir, em S. Domingos de Guimarães.

91 A partir das referências do próprio, dado por tal, mas sem o reconhecer, dir-se-á que a alegada loucura foi pretexto e alibi para tão drástica atitude. Assim se castigava uma dissonância. Isto julgamos ter sucedido. Todavia, sabendo-se que há transmissibilidade em certas doenças de perturbação mental, tenha-se em conta que alguns outros membros da família parece terem sido a elas achacados. Invocando o testemunho de M. A. Pegas, F. X. da Serra Craesbeeck, afirma que o filho mais velho de António Pereira “*falesceo doudo*” (CRAESBEECK, 1992 [1726], I: 379). As “*escolas de guerra*” de Chaul e de Ceuta podem ter favorecido essa tendência.

92 As missas instituídas na capela de S. Pedro Mártir, eram: às segundas pelas Almas do Purgatório; às sextas à memória da Paixão de Cristo; ao sábado em memória de Nossa Senhora. Anuais, cantadas, além da de 20 de janeiro, referida: dia de Santa Senhorinha, dia de Santa Catarina, dia da Conceição de Nossa Senhora, dia de fiéis defuntos (MIGUEL, 1980: 160).

93 Não é aqui dito, mas supomos que a causa de contestação possa ter resultado de, segundo lemos na cit. «Corografia» do Padre A. Carvalho da Costa, sendo António Pereira padroeiro de Santa Senhorinha, ter dado as rendas dela a seu criado Gregório Francisco, o qual as terá renunciado depois na capela por seu benfeitor construída na Taipa, com reserva para si e herdeiros de cem mil reis anuais.

94 Na citada «Carta a Fernão da Silveira», António Pereira revela ao destinatário que, após “*o seu caso*” [prisão que sofreu], depois de ter vindo para Basto, lhe vieram parar às mãos dois feitos crime, por apelação no concelho, em que mandando vir perante si as testemunhas, fazendo-lhes exame, em ambos os casos as compreendeu por falsas (MIGUEL, 1980: 212).

95 Segundo o autor da «Historia de Maluco em tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcellos», conhecida também por «Livro dos Feitos de Gonçalo Pereira», conservado ms. em letra do séc. XVII na

Biblioteca Nacional de Portugal (F.G. 474, códice que deve ter pertencido a Manuel Severim de Faria), in «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira», XII, 3 (Lisboa, FCG, 1971), p. 544.

96 Não foi a única vez que o arcebispo veio a Basto. Em visita pastoral ao Barroso e à Cabreira deslocou-se a Gondiaães, onde provou as tradicionais papas (SOUSA, 1984: 634-635).

97 Em segundas núpcias casou com D. João de Lencastre, também viúvo (PASSOS, 2006: 33).

98 A majestosa quinta da Taipa “*com seu palácio com torriões*”, como em 1692 se lhe refere (AZEVEDO, 1845: 442).

99 D. António Caetano de Sousa, «História Genealógica da Casa Real Portuguesa», Vol. XII, Livro XIII, p. 417; e Vol. X, Livro X, p. 485-486 (SOUSA, 2007-2008 [1785]).

100 «O Paço da Taipa» no citado livro «In Memoriam do Dr. José Leite Saldanha de Castro e Maria das Dores de Meireles Teixeira Coelho», p. 67.

101 Cf., Estela Ângela Leite de Barros Vilela Barros, fazendo uma citação remetendo para o Códice 1020, Fundo Geral da B.N. de Portugal, fol. 328 (PASSOS, 2005A).

102 «Carta a Pero de Alcáçova Carneiro sobre o Morgado de Figueiró». António Pereira descreve aqui, entre vários, um impressionante episódio bélico passado com o seu ascendente materno, Rui Mendes de Vasconcelos, capitão da ala dos namorados da grande “*batalha real*”. Este, mortalmente ferido por uma “*seta hervada*” recebida numa escaramuça, teria sido assistido pelos físicos que, para tentarem fazê-lo escapar à morte, lhe mandavam beber um copo de urina. Pois D. João, suplicando-lhe que o fizesse “*por amor dele*”, para melhor o persuadir, tê-lo-ia bebido ele mesmo, diante dele (MIGUEL, 1980: 193).

103 De facto, de acordo com este último título, os juizes das terras conheceriam “*por nova ação*” dos feitos cíveis e crimes; deles, as apelações iriam aos ouvidores dos donatários, “*quando delas quisessem tomar conhecimento*”; sentenciadas por eles estas apelações dos feitos crimes, iriam então aos ouvidores régios da casa da suplicação, sendo que “*todos os agravos*” iriam ao corregedor da comarca ou ao corregedor da corte nos feitos crimes – cf. ed. da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, pp. 110 e 111.

104 «Carta a Pero de Alcáçova Carneiro sobre o Morgado de Figueiró» (MIGUEL, 1980: 204).

105 Parece-nos de destacar por extenso pelo menos esta significativa parte da referida Carta: “*Mandou el rey dom Manoel Fernam de Pina pella posta fazer foraes, pera nos tirar o que tínhamos da Coroa: (digo pella posta por que he certo que fes foral e reguengo em que não esteve mais tempo que o de comer sem ver as terras nem a qualidade dellas). Deste Concelho onde vivo e de todos os outros ao redor mandou ir a Guimarães os próprios foreiros, e pellos seus títulos, sendo partes, fez foraes, sem vir aos Concelhos. Meu pay foi citado, o qual meu pay não sabia nas demandas se era Autor se Reo: e por que elle não avia de ir estar com Fernam de Pina naqueles negócios, mandou hum clérigo seu Capellão, que sabia tam pouco de negocio como o mesmo meu pay, este com huns apontamentos feitos por minha mãy, e com scripturas, e as partes por testemunhas, em quatro horas de hum dia se fez o foral desta terra: e desta maneira forão todos os outros: e totalmente tomou a dom João de Meneses, senhor de Cantanhede, tudo o que tinha. Não he nada andar Fernam de Pina fazendo foraes pellos testemunhos das mesmas partes tomando nos as nossas rendas; mas muitos Desembargadores que El rey dom Manoel nomeou, pera estarem com elle vendo estas inquirições, não virão, nem entenderão como ellas hião feitas, e estão se dando sentenças que dizem: visto o foral que fez Fernam de Pina*” (MIGUEL, 1980: 207).

106 Sem outra localização precisa do autor, declaradamente extratando este testemunho a partir do «Tombo Antigo de Cabeceiras de Basto», segundo

cremos do aqui referido ms. 265 do Núcleo Antigo do ANTT, fonte que não logamos compulsar.

107 Maximiano Lemos, «Ribeiro Sanches: A sua vida e a sua obra», reproduzindo as palavras com que António Nunes Ribeiro Sanches no seu «Método para aprender e estudar a Medicina» (Paris, 1763), se referia à Universidade que conheceu em 1716, puro prolongamento do século antecedente (LEMOS, 1911).

108 Cf. Arquivo Municipal de Celorico de Basto, «Livro de Ordenanças. Autos de eleição», fl. 9v.º

109 A 1.11.1613 Gaspar Ribeiro e seu filho Pedro Ribeiro do Canto intervêm como testemunhas no assento de casamento celebrado em Santa Senhorinha entre Simão Dias Ribeiro, seu parente (filho de Gonçalo Dias Ribeiro, do lugar da Costa, daquela freguesia, e de Ana Marques, de Santo André de Riódouro), e Margarida Francisca (filha de Adão Jorge e Antónia Gonçalves, do lugar de Olela, da mesma freguesia). Este casal teve uma filha, Isabel Ribeiro, casada com Pedro Gonçalves. Viveram em Petimão e são os ascendentes dos Ribeiros Falcão da Casa da Ponte de Petimão.

110 Tivemos oportunidade de tratar deste tema, «A iconografia eucarística da Igreja de Santa Senhorinha de Basto», a 29.5.2008, no II Ciclo de Conferências para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja («Iconografia Religiosa das Invocações Nacionais»), levado a efeito na Universidade Católica, promovido pelo Setor dos Bens Culturais do Patriarcado de Lisboa.

111 Cf. *supra*, nota 53.

112 ANTT, «Chancelaria de D. João IV», Livro 13, fl. 209 r.º

113 ANTT, «Registo Geral de Mercês», 39, Livro 3, fl. 4r.º e v.º

114 Traça a ilustre ascendência deste varão até ao tempo do rei D. Fernando (AZEVEDO, 1845: 477).

115 A 18 de setembro de 1637. Era também cavaleiro fidalgo. Cf., Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, onde declara ter visto o alvará (CRAESBEECK, 1992 [1726], I: 402).

116 Título feliz dos sucessivos congressos internacionais que, organizados por Armando Malheiro da Silva, Luís Pimenta de Castro e José Quiroga Fernandes, têm sido levados a efeito em Arcos de Valdevez, sob patrocínio da respetiva câmara municipal.

117 Particularmente pelo Senhor José Maria Soares de Moura Pereira Leite casado com a Senhora D. Maria das Dores Magalhães e Almeida, desta casa.

118 Legislação de 1769/1770, declarando livres os bens de morgados cujo rendimento anual não atingisse 100\$; doravante, a constituição de novos morgados dependeria de licença régia expedida pela Consulta do Desembargo do Paço. Cf. Armando de Castro, «Morgado» (CASTRO, 1975, IV: 347).

119 Sem exaustividade, além das remissões feitas, desta autora cumpre lembrar: «A Casa de Paço de Vides: História de Família» (PASSOS, 2005); «Os Almeida Barreto na História de Mazagão» (PASSOS, 2007); «Os Vieiras da Casa de Cima de Vila» (PASSOS, 2011); «Os Pereiras da Taipa» (PASSOS, 2012).

120 S. Pedro de Alvite é freguesia de numerosas casas dignas de nota e estudo. Casal, Vera, Reiros, Adro, Portela, Fundevila, sobretudo esta última, hoje uma ruína arquitetónica, foram por, Duarte Nuno de Carvalho do Vale e Vasconcelos, genealogicamente situadas nas suas ligações às casas de Cavez por si expressa e largamente estudadas (VASCONCELOS, 2005-2007, II: 135-142). Nesta freguesia, de finais do Século XVII, na sua nobre e confortável simplicidade, a Casa de Lamas, conservada na família e em turismo de habitação, contrasta com o abandono de uma outra casa há muito negligenciada: Portela. Pela sua configuração arquitetónica, o prédio que hoje vemos degradar-se junto à estrada, parece de finais do século XVIII, mas a casa da Portela, de Alvite, já vem referida em documentação seiscentista. Outro contraste feliz é o da Casa do Rio, em Petimão, recente criação/reconstrução/adaptação a partir de uma boa estrutura de casa agrícola e propriedade envolvente. O bom gosto e critério dos seus donos

dignificou exemplarmente um espaço perdido, enriquecendo o património arquitetónico concelhio. Não fiquem esquecidas, na proximidade imediata, a Casa da Ponte, já referida, e a Casa da Freiria, dos Leite Rebelo, ligada familiarmente aos Teixeiras Pereira da Casa de Pedraça.

121 Casado com D. Rosa Amélia Alves Mourão de Magalhães Machado, filha de José Alves Pereira de Magalhães e Moura, senhor da Casa da Arosa, S. Clemente de Basto, e de D. Ana Emília da Cunha Mourão de Carvalho Sotto Mayor, da Casa da Granja de Ribas, enlace que, além de a estas casas, liga os Machados da Ribeira à Casa de Quintela, de S. Clemente.

122 Estas duas casas já andavam juntas no tempo em que delas foi senhor Francisco José Leite Lobo da Gama, bacharel formado em direito, sargento-mor das ordenanças de Mondim, Atei, Cerva e Ermelo, nascido em 19 de fevereiro de 1729. Casou com D. Maria Miquelina Machado de Miranda e Freitas, da Casa da Quintã, em Arões, *c/g*.

123 Sobre este personagem, com não menos interesse e qualidade, *vide* «Camilo e a ponte de Cavez» VALADARES, 1979.

124 Um exemplo muito expressivo e bem conseguido desta última possibilidade está patente na armoriada Casa da Lapeira, de João José Magalhães, 1.º Visconde de S. Clemente (Quintela, S. Clemente de Basto), titulado por D. Luís I.

125 Cf. Supracitada «Descrição abreviada do concelho de Cabeceiras de Basto principalmente da freguesia de S. Miguel de Refoyos, sua capital» (DESCRIÇÃO, 1874: IV).

126 Aberto em 29 de setembro de 1944, foi seu fundador e proprietário José Gonçalves Ferreira.

127 Feiras anuais: S. Miguel (setembro), Santa Luzia (dezembro), S. Matias (fevereiro); mensais: a das Pereiras (dia 2 de cada mês); a da Alameda de Refojos, no segundo Domingo de cada mês; semanal: a chamada «Mercado do Mosteiro», todos os Domingos.

128 Referimo-nos à conhecida obra de Teixeira de Vasconcelos, cuja 1.ª edição é de 1862. Há uma edição da Civilização Editora, Porto, 1983, com valiosa introdução de Manuel Abranches de Soveral (VASCONCELOS, 1983 [1862]).

129 Cf. «Pública-Forma» do processo, na benemérita transcrição que dele faz (VASCONCELOS, 2005-2007, II: 111-117).

130 A comissão era presidida pelo juiz conselheiro Dr. António José Pereira Leite, tio materno do Dr. Jerónimo Augusto Pacheco Pereira Leite. Nela, além deste, encontramos: José Joaquim Pereira Leite Magalhães, administrador do concelho; Dr. António Bernardo de Oliveira Leite, da Casa de Riotrutas, do Outeiro; Dr. António Camilo Henriques, subdelegado do concelho; Dr. Custódio Leite Pereira d'Abreu e Sousa, da Casa do Arrabalde, S. Martinho do Arco de Baúlhe; Dr. António Augusto de Carvalho do Vale e Vasconcelos, da Casa do Souto, Cavez; Francisco d' Abreu Leite Bacelar, da Casa do Santo, Alvite; Cândido Fernandes Basto, da Casa do Mosteiro, Refojos; Comendador Alexandre José Fernandes Basto, da mesma casa; José Máximo de Carvalho e Sousa, da Casa da Eira, Riódouro. Faziam ainda parte da comissão, os vogais Leonardo António Machado Pereira, da Casa da Ribeira, Faia, José Augusto Machado e José Guilherme Henriques, residentes no concelho; residentes fora do concelho: o Visconde da Trindade, Prof. Doutor Augusto Henriques, lente da U.C., Jerónimo José d' Abreu e José Antunes Basto. (VASCONCELOS, 2005-2007, II: 109).

131 Estando o documento datado de Cabeceiras de Basto, 28 de junho de 1874, escreve-se: «este concelho, pelo último lançamento da contribuição predial pagou 8:190.737 reis, tendo 3.623 contribuintes, e pagou de contribuição industrial 1:435.502 reis, tendo 586 contribuintes, e pagou de renda de casas e sumptuária 184.903 reis, tendo 124 contribuintes, perfazendo a soma daquelas contribuições a quantia de 9:811.142 reis; e ainda no ano económico de 1872 a 1873 se arrecadou, em eceita eventual a quantia de 3:121.922 reis». Relativamente ao movimento forense «mostra-se que o número das

distribuições de causas cíveis” e *“inventários orfanológicos”* regulou, em média, por cada um dos últimos 6 anos, 218 causas; era outrossim *“grande o numero de escripturas de contractos e instrumentos”* feitos anualmente nas notas dos tabeliães do concelho, *“regulando, termo médio, 420 instrumentos em cada um dos últimos 6 anos”* (VASCONCELOS, 2005-2007, II: 112).

132 Sobre esta precisa conjuntura do país, remetemos para a incontornável obra do ilustre celoricense (1859-1915), Joaquim António da Silva Cordeiro, «A crise em seus aspetos morais» (CORDEIRO, 1999: 19).

133 Na opinião de Palmela e de outros coevos esta obra não fora escrita *“sine ira et studio”*, como de resto parece reconhecer também o insuspeito, Inocêncio Francisco da Silva (SILVA, 1862, VII: 279-280).

134 ANTT, «Ministério do Reino», Maço 30, Doc. 5330, datado de Basto, 25 de julho de 1823.

135 ANTT, «Ministério do Reino», Maço 31, Doc. 5550.

136 O Padre António Manuel Lopes Vieira de Castro era filho e neto de *“lavradores honrados”* que *“viveram sempre dos seus bens”*. Nasceu a 15.7.1796 e foi batizado a 19 em S. Vicente de Passos (Fafe), donde era natural, do lugar do Ermo. Cf. ADB, «Inquirição de Genere» n.º 11787 de 17-2-1808.

137 Cópia do «Boletim de Óbito» de Plácido Tavares de Veiga Falcão, cujo original se conservava no Arquivo da Casa de Quintela, S. Clemente de Basto.

138 Camilo Castelo Branco, «Maria da Fonte», com expressiva exemplificação. Contra Casimiro José Vieira *“degladia[va]m-se no campo”* o cônego Montalverne, *“comandante do Batalhão de segurança rural”*; *“no gabinete, o egresso Francisco José Alves Vicente. A seu favor; o Padre António Teixeira, das Quintas, do concelho de Montalegre, que alli aclamou D. Miguel I.º em julho de 46; o padre José Soares Leite, chamado o da Lage, um barra; o padre José das Taipas, o padre Gomes, do Prado; o façanhudo padre Luiz António Pereira, abade de Priscos, o pimpão Padre Manuel da Agra; finalmente o padre Joaquim da Costa, puxador de muito pulso de uma cana só”* (CASTELO BRANCO, 1901: 95)...

139 Lente da Universidade de Coimbra, nasceu no Brasil em 1782, sendo seu pai natural de Anelhe, concelho de Chaves. Foi procurador por Chaves às cortes dos três estados de 1828. Tendo enviuvado, foi ordenado sacerdote em 1829. Tendo falecido em S. Salvador de Ribas, em 1851, os seus restos mortais foram transferidos para Anelhe.

140 Pouco antes de falecer, terá nomeado a 8.6.1851 uma «Junta» de governo da causa realista, incluindo, como vice-presidente, o seu amigo e dono da casa, Francisco da Cunha Mourão Sotto-Mayor (BABO, [s.d.]: 175).

141 Inteligentemente evocada por, Armando Malheiro da Silva, «Os Conspiradores no Sul da Galiza: As incursões monárquicas (1911-1912)» na Literatura Portuguesa (SILVA, 2001).

142 Incontornáveis, lembramos os vários títulos deste autor sobre o movimentado período *“tragicamente iniciado em 1908”*, coleção sob o título genérico «Uma época»: «Os Emigrados da Galiza», «A Columna de Couceiro», «Em marcha para a 2.ª Incursão», «O ataque a Chaves», «As guerrilhas do Padre Domingos», «Couceiro Capitão Phantasma» (Porto, ed. do autor, 1914). Sobre esta personalidade deve ler-se VALENTE, 2006.

143 Sobre esta específica matéria do «Apostolado da Oração», ligado à devoção ao Sagrado Coração de Jesus, vide, CARVALHO, 2009; FARIA, 1998. 235-260.

144 «Comemoração 100 Anos da República. Cabeceiras de Basto: Do fim da Monarquia ao 28 de maio de 1926». Cabeceiras de Basto, 2010.

145 O do último foi publicado (COSTA, 1991).

146 Mestre António, 1512, «Tratado sobre a Província d’Antre Douro e Minho e suas abundanças copilado por Mestre António, Físico e cirurgião, morador na Vila de Guimarães e natural dela» (RIBEIRO, 1959 [1512]: 446).

147 Mestre António, 1512. Veja-se RIBEIRO, 1959 [1512]: 458).

148 João Batista de Castro – Mapa de Portugal antigo e moderno (CASTRO, 1762: 48).

149 Mestre António, 1512. Veja-se RIBEIRO, 1959 [1512]: 448).

150 Mestre António, 1512. Veja-se RIBEIRO, 1959 [1512]: 456).

151 Mestre António, 1512. Veja-se RIBEIRO, 1959 [1512]: 446).

152 Veja-se BATISTA, 1996: 35-75; DOMINGUES, 2012; MUNDOS RURAIS, 2010; PORTELA, 1999.

153 Discurso de António Ferro por ocasião da inauguração da Exposição de Arte Popular, em 1936. Citado por ALVES, 2007.

154 José Alberto dos Reis, representante da administração da C.P. (NOVOS, 1949: 124).

155 A importância do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto está amplamente documentada em Gonçalo N. R. M. Marques: *“O ritmo de doações e de benesses (de Afonso II a Filipe III) ultrapassou, em muito, a restrita e elitista esfera do poder régio, a tal ponto que os monges de Refojos de Basto foram presenteados com as mais variadas ofertas de bens, terras e dinheiro da parte de legatários que ocupavam todas as posições na sociedade feudal”* (MARQUES, 2011: 248).

156 Em Cabeceiras de Basto, o volume de feiras de ano de base religiosa é bem mais volumoso: em fevereiro, 24 e 25, dia de S. Matias, em Santa Senhorinha de Basto; em julho 21 e 22 a feira de S. Tiago, no Arco de Baúlhe; em setembro, a grande feira de S. Miguel, na sede do concelho, 3 dias de 28 a 30 do mês. E a 14 e 15 de dezembro em Santa Senhorinha de Basto, a feira de Santa Catarina. Cf. CAPELA, 2003: 58.

157 <http://www.arcobaulhe.com/> (consultado em setembro de 2012).

158 A propósito do Discurso do Método veja-se INNERARITY, 1987: 106 e INNERARITY, 1990.

159 Lucrécio, «De rerum natura» (*Sobre a natureza das coisas*), séc. I a.C.. Cit. por BASTOS, 1998: 16.

160 Padre António Vieira, 1664, «Sermão de S. João Evangelista, na festa do Príncipe D. Teodósio na Capela Real, no ano de 1644». Citado por FARIA, 2010: 68.

161 www.monumentos.pt

162 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8716, página consultada em 30 de abril de 2012.

163 ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 529, fls. 18-18v: *“Contrato de douramento de retábulos da igreja de Santiago de Alhariz, Valpaços, dos Reverendos Senhores do Cabido, com Gervásio da Silva Ribeiro, mestre pintor de Cabeceiras de Basto”*.

164 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 296, fls. 51v-52: *“Contrato e obrigação a fatura de obra que fizeram António de Campos e Francisco de Queirós ao Exmo D. Gastão José Pereira da Câmara Coutinho”*.

165 ADB. Nota Vieira do Minho, n.º 71, fls. 46-47 e 61-63v.

166 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 126, fls. 13v-15.

167 ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 563, fls. 151-152. Contrato transcrito em SMITH, 1974:146-147.

168 O desenho destas grades viria ainda a ser repetido noutra igreja beneditina, a do mosteiro de Pombeiro (SMITH, 1975: 27).

169 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 78, fls. 59-60v: *“Obrigação que fez Manuel Machado de Miranda, imaginário, aos oficiais da Igreja de S. João de Cavez”*.

170 ADB. Tabelião Público de Braga, 2ª Série, vol. 86, fls. 110-110v: *“Obrigação de obra de retábulo que fez Tomé de Araújo [do Campo de N.ª S.ª a Branca], entalhador ao Reverendo Frei Leonardo de Carvalho, reitor do Colégio de S. Jerónimo [da cidade de Coimbra]”*.

171 Anne de Stoop diz-nos que este retábulo foi construído em tempos do ecletismo. As poucas imagens conhecidas não apontam nesse sentido (STOOP, 1993: 106).

172 *“Obrigação de obra que faz Manuel de S. Paio, mestre entalhador,*

ao juiz e mais oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento de Alvide”. ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 376, fls. 53v-54v. Esta obra custou 138\$000 réis e os moradores obrigaram-se, ainda, a ir buscar o retábulo a Guimarães.

173 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 113, fls. 117-118v: “*Contrato e obrigação feita entre Manuel Fernandes Felgueiras e João de Lemos*”.

174 ADB. Monástico Conventual. CSB, 36.

175 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 326, fls. 15-17: “*Escritura de contrato da obra do Hospício de [N^a S^a da Conceição], de Vale de Milhos*”.

176 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 5, fls. 141-143: “*Contrato da igreja de S. Nicolau deste concelho. Este ato notarial não teve efeito contrato*”.

177 “*Contrato dos fregueses de Abadim com Gaspar da Cunha, pedreiro, morador em Rossas, sobre a reforma da igreja de S. Jorge*”. ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 10, fls. 25-26. Lavrado em 14 de janeiro de 1701.

178 Em 6 de março de 1689 recebeu a quantia de 4\$800 réis pelo risco da nova igreja de S. Vicente, Braga. Embora tenha sido esse o início da obra da atual igreja, a demora na sua conclusão foi muito grande porque houve muitas alterações que foram introduzidas ao longo da sua construção, que se estendeu por cerca de 40 anos. Arquivo da Igreja de S. Vicente. Irmandade de S. Vicente. Livro de termos 1675-1700, fls. 99; 102v (1689. 22 de maio).

179 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 99, fls. 113v-116v: “*Obrigação de contrato que fizeram o Juiz do Subsino e Homens de Falas da freguesia de Painzela, com António de Sam Paio da freguesia de Santa Eulália antiga*”. 8 de outubro de 1711.

180 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 113, fls. 117-118v.

181 De parceria com José da Silva Matos e Manuel Pereira: ADB. Nota de Póvoa de Lanhoso, vol. 594, fls. 119-121. Tem a data de 13 de junho de 1742. Ver também PEREIRA: 2002:192-193.

182 ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 716, fls. 162-162v. Ver também ROCHA, 1994: 44-45.

183 ADB. Registo Paroquial de Cabeceiras de Basto. Painzela, Santo André, nascimentos 1, fól. 117v.

184 Arquivo da Igreja de Santa Cruz. *Livro* 24, fls. 471-471v. *Livro* 35, fls. 194-195.

185 Arquivo da Igreja de Santa Cruz. *Livro* 24, fls. 475-476.

186 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 236, fls. 9v-12v. DIAS, 2009: 196-200.

187 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 250, fls. 39-40v.

188 Para uma visão cronológica da sua obra veja-se, sobretudo OLIVEIRA, 2012: 111-119.

189 ADB. CSB 132, Estado de 1758: “*Deu para o arquiteto que fez a planta da igreja e para mimos que respeitam à mesma obra 43\$020*”.

190 ADB. CSB 132, Estado de 1761.

191 ADB. CSB 132, Estado de 1764.

192 ADB. CSB 132, Estado de 1767.

193 ADB. Nota Tibães, 1^a Série, vol. 121, fls. 129v-130.

194 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 365, fls. 10v-13.

195 Por exemplo: em 16 de dezembro de 1943 o jornal «Diário do Minho» dava-nos conta de que tinha havido obras na igreja de Cavez e publicava uma notícia sobre a inauguração da capela-mor.

196 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 205, fls. 14-15v.

197 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 266, fls. 139-141

198 ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 592, fls. 52v-54; ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 594, fls. 81-82.

199 ADB. Nota de Vieira do Minho, n^o 171, fls. 23-25v.

200 “...a adaptação da agricultura ao acidentado relevo obriga à construção de numerosos socalcos nas montanhas do Minho. (...) Por esses terrenos ergueram-se as habitações da população que constituem o território (...). A casa minhota, das paisagens de povoamento

disperso, conjunto de construções de base à exploração agrícola familiar, construída em granito, de dois pisos e possuindo quinteiro, caracterizadas pelas varandas do linho e do tear.” (MAIA, 1983: 6).

Mas há também o tipo de casa serrana, que constitui zonas de povoamento em aglomerado, nas aldeias que vivem exclusivamente da pastorícia – são também de granito e fixam-se em pontos mais altos (MAIA, 1983: 6).

201 É deveras impressionante o número de casos de habitação (tanto de caráter popular como senhorial) que se espalham pelo concelho de Cabeceiras de Basto. Trata-se de diversos exemplares de habitação construída nos últimos séculos, cujos condicionalismos/características próprias merecem vir a ser estudados caso a caso, numa aproximação mais técnica, métrica e geométrica.

202 Lugar de Juguelhe, freguesia de Riodouro. Construção do século XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

203 Lugar do Arrabalde, freguesia de Arco de Baúlhe. Construção do século XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

204 Lugar de Eiró, freguesia de Riodouro. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

205 Lugar de Porto d’Olho, freguesia de Abadim. Construção do século XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

206 A observação *in situ* das casas a que este texto se dedica é a melhor fonte de informação para quem deseja conhecer os hábitos domésticos que caracterizaram estas casas durante os séculos da sua vida útil. Não existem muitas fontes escritas e, mesmo as iconográficas que retratam o habitar popular, podem ser de difícil interpretação.

207 Inventariação dos Recursos e Iniciativas de Desenvolvimento Rural levada a cabo pela Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. Com o imenso número de casas que existem dentro do tema a que este texto se dedica torna-se impossível analisar cada uma delas. Entende-se que será preferível explorar as suas características genéricas aglutinadoras, referindo outras que sejam mais específicas de um ou outro exemplar e fornecendo ao leitor as ferramentas essenciais para que possa obter um outro olhar perante a arquitetura da habitação rural (popular) deste concelho, e compreenda as suas características e aquilo que mais motivou o seu surgimento.

208 As formas quadrangulares, de semelhança volumétrica a uma caixa, são a unidade mais singela que a arquitetura da casa de lavrador pode assumir. Com espírito pragmático, construíam as suas casas segundo essa unidade mais elementar à qual se adossavam outras volumetrias quadrangulares que correspondiam à necessidade de distinção de infraestruturas mediante a utilidade que lhe estava destinada.

209 Por vezes, o conjunto formado pelos vários volumes de planta quadrada formava um pátio no interior, aproximando as várias áreas da casa com funções que vão além do habitar.

210 “*No Minho e certamente em muitos outros locais, por vezes as casas tinham a mesma área ou eram mais pequenas do que os currais e cortes de gado. Era frequente o gado ficar no rés do chão e as pessoas no andar de cima.*” (OLIVAL, 2010: 251).

211 “*Forçado pelas circunstâncias, adapta-se a elas e procura restabelecer o equilíbrio entre as condições de vida e os edifícios que as facilitam. Mas procede com lentidão e a contragosto. A rotina e os hábitos de estrita economia retardam as renovações.*” (ARQUITETURA, 1988: 3).

212 Nas varandas decorrem atividades que participam mais da interligação da vida quotidiana da família com o exterior, ainda que protegendo deste, voltando-se para a paisagem e vivenciando o sol e o ar livre. Será aí, ou em áreas associadas que se realizam os ócios ou momentos de descanso do trabalho da família. As janelas e respetivas sacadas eram lugares de “*passar o tempo*”, de acolher as mulheres enquanto bordavam ou costuravam, mas também os homens que simplesmente poderiam ali ficar a observar a paisagem e o que se passava no exterior da casa. Por isso mesmo, acabava

por ser um local que permitia o controle sobre os outros a partir do interior da habitação (OLIVAL, 2010: 269).

213 Lugar de Vila Boa, freguesia de Bucos. 1843: data da construção da varanda, gravada na padieira (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

214 Partindo da pesquisa realizada pelo *Inventário do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Espaço Rural* (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008), sobreviveram até aos nossos dias exemplares do século XVII como sendo dos mais antigos da região. De facto, será natural que muitos outros existissem anteriormente, e que muitos dos que hoje se mantêm visíveis estejam sobre outras casas mais antigas, ou a elas se tenham associado e reconstruído em campanhas de obras de melhoramentos. Mas uma vez que os registos desta arquitetura anónima são muitos poucos, o recuar da sua história torna-se algo difícil. Outro fator para a época a partir da qual nos começam a surgir estas construções é o facto de que o nosso país sofreu alterações históricas nessa altura, como o desenvolver do cultivo do milho grosso e as riquezas que a presença dos portugueses no Brasil nos trouxeram, que alteraram algumas das condicionantes socioeconómicas.

A isto não foi indiferente o modo de fazer casa, o olhar atento e com mais poder económico do lavrador perante a arquitetura realizada pelos “senhores” e uma renovação do seu lar e das suas condições quotidianas.

A melhor qualidade construtiva (pelo maior conhecimento entretanto adquirido) facilitou a permanência dessas casas até aos dias de hoje.

215 Lugar de Juguelhe, freguesia de Riodouro. Construção do século XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008). Esta casa foi já referida como um dos exemplos de habitação popular que contem elementos próximos de uma arquitetura “senhorial”.

216 Lugar de Arosa, freguesia de Cavez. Construção do início do século XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

217 “*O interior da casa para os grupos populares em geral era encarado como um espaço de abrigo e não como um reduto de privacidade*” (OLIVAL, 2010: 271).

Nas zonas mais altas, “*o gado é um dos sustentáculos principais da vida do serrano, a construção limita-se praticamente à casa e ao curral; onde o milho aparece, aparecem também os espigueiros e as eiras, o que acarreta (...) o enriquecimento das formas construtivas*” (TÁVORA; PIMENTEL; MENÉRES: 1988, 37).

218 O surgimento de corredores de distribuição entre os vários espaços da casa marca o momento em que a intimidade dentro do lar, mesmo que entre membros da mesma família, começa a ser algo mais consciente (OLIVAL, 2010: 254).

219 Lugar de Reiros de Cima, freguesia de Alvite. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

220 Lugar de Riodouro, freguesia de Riodouro. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

221 Lugar de Samão, freguesia de Gondiaães. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

222 Lugar de Eiró, freguesia de Riodouro. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

223 Lugar de Juguelhe, freguesia de Riodouro. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

224 Lugar de Travassô, freguesia de Abadim. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

225 Solares e palacetes.

226 Os assentamentos constituíam-se, maioritariamente, em áreas de maior fertilidade para o aproveitamento de terras de cultivo, na sua maioria, propriedade dos senhores da região.

227 Lugar de Cunhas, freguesia de Vilar de Cunhas. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

228 Lugar da Breia, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do século XVII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

229 Lugar de Casal, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do início do século XX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

230 Lugar do Pedral, freguesia de Cavez. Construção do século XIX / XX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

231 Praça da República, freguesia de Refojos de Basto. Construção do século XVIII / XIX / XX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

232 Lugar de Santo Antonino, freguesia de Alvite. Construção do século XIV / XVI / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

233 Lugar da Ponte, freguesia de Cavez. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

234 Lugar da Torre, freguesia de Alvite. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

235 Lugar de Cortinhas, freguesia de Cavez. Construção do século XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

236 Lugar do Paço, freguesia de Pedraça. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008). Trata-se de uma construção em cantaria de pedra de aparelho regular, mas onde nada ganha grande destaque – molduras, cunhais, friso, cornija, escadaria, etc., tudo foi lavrado com grande simplicidade.

237 Lugar de Alvações, freguesia de Refojos de Basto. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

238 Trata-se de um solar de planta quadrada com pátio interior, que se autonomiza em relação a um conjunto de anexos agrícolas (eira, espigueiros e alpendre), aos quais se junta, ainda, uma casa de caseiros que assume praticamente a mesma área de implantação que a casa senhorial. O pátio interior continua a existir, apesar de ser parcialmente encerrado por muros.

239 A planta destas grandes casas não obedeceu a modelos uniformes, embora a forma de “U” ou com pátio interior fosse habitual, com fachada principal e alas que se desenvolviam em torno de uma área exterior, aproveitado para a circulação de alguns serviços domésticos (CUNHA; MONTEIRO, 2010: 225).

240 Lugar de Souto da Aldeia, freguesia de Cavez. Construção do século XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

241 Lugar de Olela, freguesia de Basto (Santa Senhorinha). Construção do século XVI / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

242 “*São perfeitamente visíveis dois períodos construtivos, sendo que um é relativo ao corpo mais antigo da casa, onde se situa o forno, que lhe dá o nome, e o outro do século XVIII.*” (FERREIRA; ASSIS, 2006: 22). O conjunto que se originou no século XVI (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008) distribui-se à volta de uma eira, voltada a sudeste, e inclui (além da casa) o alpendre, o moinho e o espigueiro.

243 Lugar do Casal, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do século XVII / XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

244 Fernando Távora – *Prefácio* (STOOP, 1993: 12).

245 Referência a João Vieira Caldas, in OLIVAL, 2010: 259.

246 Lugar de Alvação, freguesia de Alvite. Construção do século XVII / XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

247 Lugar da Granja, freguesia de Vila Nune. Construção do século XVII / XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

248 Lugar de Casal, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do século XV / XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

249 Lugar da Ponte, freguesia de Cavez. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

250 Lugar da Breia, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do século XVII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

251 Lugar da Torre, freguesia de Alvite. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

252 Fernando Távora – *Prefácio* (STOOP, 1993: 12).

253 Lugar da Torre, freguesia de Alvite. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).

- 254** Lugar da Torre, freguesia de Abadim. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 255** “Uma das principais mudanças que ocorre entre os séculos XVI e XVIII estará associada à multiplicação de divisões interiores e à maior especialização funcional dos diversos compartimentos” (CUNHA; MONTEIRO, 2010: 224).
- 256** Lugar da Tojeira, freguesia de Faia. Construção do século XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 257** Lugar de Pielas, freguesia de Painzela. Construção do século XVI / XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 258** Terá sido a época de quinhentos que trouxe este tipo de relações entre áreas interiores e exteriores, com a presença do alpendre como estrutura que interliga várias câmaras interiores ao mesmo tempo que lhes permite uma ligação direta e ampla com o exterior (ARQUITETURA, 1988 [1961]: 23).
- 259** Fernando Távora – Prefácio (STOOP, 1993: 9).
- 260** GONÇALVES; HENRIQUES, 2008.
- 261** Lugar de Moimenta, freguesia de Cavez. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 262** Lugar de Torre, freguesia de Abadim. Construção do século XVIII / XIX (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008). Nesta casa forma-se um terreiro entre os volumes em “U” da habitação e um muro de delimitação, depois uma avenida já privada, ladeada por jardins delimitados por muros e portal de grande porte a facear a via pública.
- 263** Lugar da Breia, freguesia de Cabeceiras de Basto. Construção do século XV / XVII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 264** Ver nota 248.
- 265** Ver nota 232.
- 266** Ver nota 247.
- 267** Lugar de Senhora de Fátima, freguesia de Refojos de Basto. Construção do século XV / XVII / XVIII (GONÇALVES; HENRIQUES, 2008).
- 268** Ver nota 248.
- 269** Algumas reconstruíram-se como casas de turismo rural, ou são lugares museológicos.
- 270** Alguns autores, baseados em leitura certamente errada de uma perda inscrição relativa à fundação do mosteiro de S. Miguel, situavam esta na inverosímil data de 670. Porém, os nomes nela dados ao fundador e ao seu primeiro prior tornam credível a leitura de 1070, em vez de 670.
- 271** A Câmara Municipal de Cabeceiras publicou uma valiosa monografia sobre «O Mosteiro de São Miguel de Refojos», da autoria do Prof. Fr. Geraldo Coelho Dias (DIAS, 2009), onde se revelam algumas das diligências efetuadas pelos monges desse convento para aumentarem e diversificarem as produções agrícolas da sua cerca, na qual também foi construído um lagar de azeite. Supõe-se geralmente que a cultura das oliveiras (para produção de azeite) só se expandiu a norte do rio Douro depois do século XVI.
- 272** Eu ainda conheci na quintã ou “*valdpaço*” de Arbonça as ruínas de um moinho (destruídas na década de 1930 para alargamento do caminho que lhe passava ao lado) que muito provavelmente fora construído por iniciativa daquele prócere asturiano para servir as necessidades dos ocupantes dos quartéis também por ele edificadas no alto de Penalba.
- 273** Traduzido a partir de JARDIN, 2005: 11.
- 274** Lenda/relato popular com o qual a população justifica a origem da levada. A realidade não permite verificar qualquer pormenor da narrativa (SALESSE, 2003: 36).
- 275** Abadim teve um couto instituído no reinado de D. Afonso III, em meados do século XIII, extinto em 1834.
- 276** Carta de Povoamento: cartas de foro a fomentar o povoamento de regiões ermas, eram sempre documentos de privilégios, de imunidade.
- 277** Este texto tem como base o artigo com o mesmo título publicado em <http://saberescruzados.wordpress.com/2012/01/14/codorneiro-que-da-codornos/>
- 278** Iria Gonçalves menciona “*codorneiros*”, que inclui na classe dos peros, e “*codorneiras*”, que inclui na classe das peras. A autora não especifica quais os documentos onde aparecem referidos os codorneiros e as codorneiras nem qual o motivo por que coloca os primeiros, na categoria das maçãs, e, os segundos, na dos peros (GONÇALVES, 2006). É sabido que a utilização do feminino ou masculino para designar as árvores tem a ver com o porte da árvore, ou a sua idade, e não com o género científico da mesma. De facto, no norte do País é vulgar aplicar-se o feminino quando se descreve uma árvore de maior porte, ou mais velha. Por exemplo, carvalha é um carvalho grande e velho. Tendo em conta o atrás exposto quer-nos parecer que os codorneiros e as codorneiras referidos na documentação medieval mencionam o mesmo género de árvore – pereira (*pyrus*), sendo o termo “*codorneira*” usado para designar um codorneiro (ou seja, uma pereira) de maior porte ou mais velho.
- 279** Arco de Baúlhe foi elevada, à categoria de “*Vila*” a 20 de junho de 1991.
- 280** Designada por Ponte Velha do Arco de Baúlhe ou simplesmente Ponte do Arco de Baúlhe.
- 281** Pedido de classificação da Ponte Velha do Arco de Baúlhe datado de 8 de agosto de 1989.
- 282** Arquitetura vernácula religiosa – nicho inserido em estrutura retangular adossada a um muro.
- 283** O que traduzido do latim, de forma livre, quer dizer «Foi casta, cuidou da casa, fiou lã».
- 284** Esta informação foi amavelmente cedida pelo Sr. Manuel Pinheiro dos Santos.
- 285** Informação obtida no fórum de discussão do sítio “*geneall.net*”, designadamente os atalhos: “http://www.geneall.net/Pforum_msg.php?id=237038&fview=e” e “http://www.geneall.net/Pforum_msg.php?id=55684&fview=e”
- 286** Registos paroquiais do Distrito de Braga, Concelho de Cabeceiras de Basto, Freguesia de S. Nicolau, livro misto (batismos, matrimónios e óbitos) dos anos compreendidos entre 1647 e 1681.
- 287** O testamento foi redigido em 1887, na cidade de Lisboa, pelo romancista português Eça de Queirós e não em Paris como num artigo erradamente referi.
- 288** As atas referem candidatos do Porto, Marco de Canaveses, Ribeira de Pena, Montalegre, Famalicão, Lisboa, Lousada, Silves, Penafiel, Lamego, Cantanhede, Anadia e Coimbra, para além de Cabeceiras de Basto.
- 289** Veja-se SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8748
- 290** Até a entrada em vigor do Código Civil de 1867, a legislação reconhecia aos concelhos o poder regulamentar do uso dos baldios. Com a entrada do referido diploma, vislumbra-se a introdução de conceitos provenientes do direito romano aplicado a bens públicos e privados, não ficando no entanto a gestão dos baldios totalmente clarificada.
- 291** «Projeto de visitação, sensibilização e educação ambiental», na freguesia de Gondiaes.
- 292** A maior do concelho de Cabeceiras de Basto.
- 293** Tenha-se em conta que o “*almoço*”, nesta região era o que atualmente designamos como pequeno-almoço, o “*jantar*”, correspondia ao nosso almoço, e a “*ceia*” ao que hoje chamamos jantar. Nos dias que correm, entre os cabeceirenses de mais idade, continua por vezes a utilizar-se essa antiga “*nomenclatura*” para designar as refeições.
- 294** Informação de Domingos Alves, 56 anos de idade, natural e residente em Gondiaes.
- 295** O designado «Dia das lavouras» realizava-se em maio e tinha como finalidade o semear do milho. No dia ou dias antes, fazia-se o “*cadabulho*” (cavava-se uma porção de terra ao longo das bordas do campo, onde o arado não chegava) e o estrume era espalhado na terra de cultivo. No dia da lavoura, a terra era lavrada e agradada pelo arado e pela grade puxada por uma ou duas juntas de gado. As sacholas compunham e aplainavam a terra e

finalmente o milho era semeado com o semeador.

296 Informação de Mariana Gomes, de 53 anos de idade, natural e residente no lugar do Samão, freguesia de Gondíães. Esta senhora refere que havia quem o denominasse como o caldo à lavrador.

297 Informação de Fátima Oliveira Mota, de 55 anos de idade, natural de Refojos e residente em Pedraça há 50 anos.

298 Informação de Silvina Dourado, 60 anos de idade, natural e residente em Riodouro.

299 Informação de Dídia Teixeira, de 85 anos de idade, natural e residente em Outeiro. No entanto, este mesmo modo de secar as castanhas e fazer o caldo, era extensivo a outras freguesias do concelho de Cabeceiras de Basto, tendo sido possível constatar o seu uso, através de trabalho de campo, nas freguesias de Cavez, lugar de Moimenta, e de Gondíães.

300 Informação de Glória Martins Carvalho, 85 anos de idade, natural e residente em Cavez, lugar de Moimenta.

301 Informação de Maria Alice Nogueira, de 81 anos de idade, natural e residente em Refojos, lugar da Cruz do Muro.

302 Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada a 10 de novembro de 1971.

303 Informação de Filomena Cunha, 60 anos de idade, natural e residente em Outeiro.

304 Informação de Valentina Queirós, (natural de Cavez, reside em Outeiro há mais de cinquenta anos, onde foi professora primária) e de outros residentes na freguesia.

305 Informação de Filomena Adelaide Delfina Pacheco de Magalhães, 91 anos de idade, natural e residente em Outeiro.

306 Informação de José Alves Leite, 87 anos de idade, natural e residente em Outeiro, e de José Lopes Gonçalves, 50 anos de idade, natural e residente em Outeiro.

307 Sobre a Casa de Pielas foi realizado, em 2009, um trabalho académico da autoria de Joana Simões do Couto de Oliveira Fernandes Barreto – Casa e jardim de Pielas. Trabalho académico na cadeira de História da Arquitetura do Mundo Português II. Maio de 2009, sob orientação do Professor Doutor Luís Casimiro.

308 Informação de Maria Andrade, 69 anos de idade, natural e residente em Pedraça, zeladora da capela de Santa Bárbara.

309 Linhaça é a designação dada às sementes do linho.

310 Informação recolhida em 2006, a Ana Mota, natural de Santa Senhorinha, na altura com 81 anos e residente em Pedraça há cinquenta anos.

311 Amélia Augusta Alves de Moura, conhecida na terra por Amélia Picurina, faleceu em 2009, com 97 anos.

312 Carta enviada à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto e datada de 1 de agosto de 1846 (ABREU, 1956: 52).

313 Foi nossa informante a senhora Maria da Conceição G. Mouta, atualmente com 71 anos e residente em Pedraça. Esta senhora sempre ouviu sua sogra Maria Teixeira (nascida em Pedraça, em 1916, e aí residente até 1940) contar as suas idas às «Águas Santas», em dia de S. João.

314 Informação de Maria Andrade, atualmente com 69 anos, natural e residente em Pedraça.

315 Dentro deste conjunto de indivíduos, que lançaram a ideia inicial da fundação da Misericórdia, destacaram-se o Doutor Jerónimo Augusto Pacheco Pereira Leite, o Doutor Bernardino Alves de Moura, Manoel Marques de Magalhães, Fortunato José Gonçalves Bastos, José Augusto Machado e o Padre António Batista Linhares.

316 A primeira Misericórdia portuguesa, a de Lisboa, foi fundada em 1498 por iniciativa da rainha D. Leonor.

317 Presentes na inauguração do Hospital estavam, entre outros, o Presidente da Câmara, Filipe Augusto Machado, bem como os seus vereadores, o Administrador do Concelho que era o Doutor Francisco Botelho de Carvalho e Oliveira Leite, e o Delegado do Procurador Régio da

Comarca, Manuel Joaquim Teixeira de Vasconcelos.

318 Durante este período a Misericórdia era dirigida pelo Provedor Dr. Manuel Fraga de Oliveira Basto. O novo Hospital teve o nome de Júlio Henriques, um grande botânico natural deste concelho.

319 Sá de Miranda, ca. 1540.

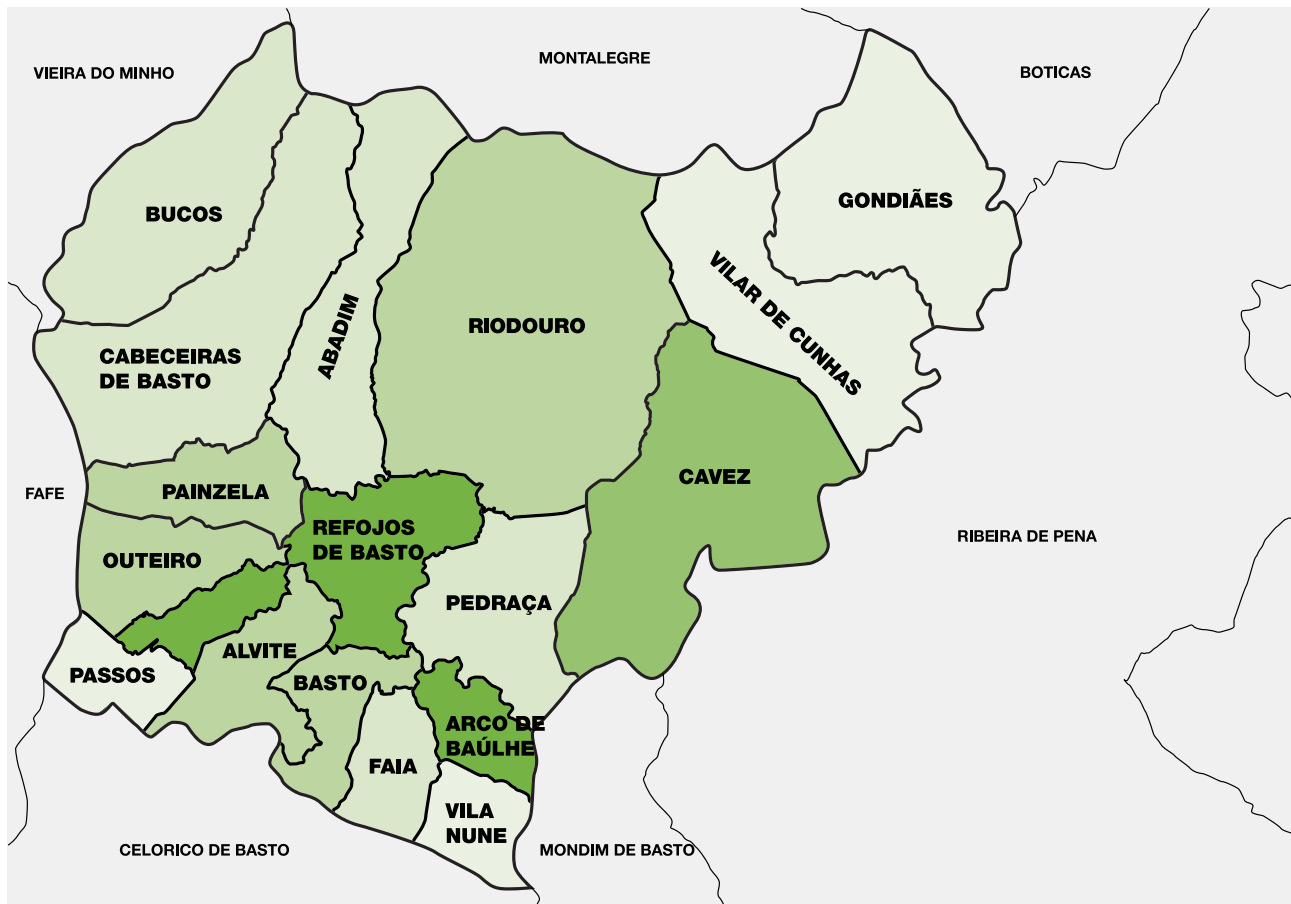
320 Dados recolhidos em entrevista, feita a Maria Arminda Magalhães, de setenta e um anos de idade, moradora no lugar de Morgade, na freguesia de Arco de Baulhe.



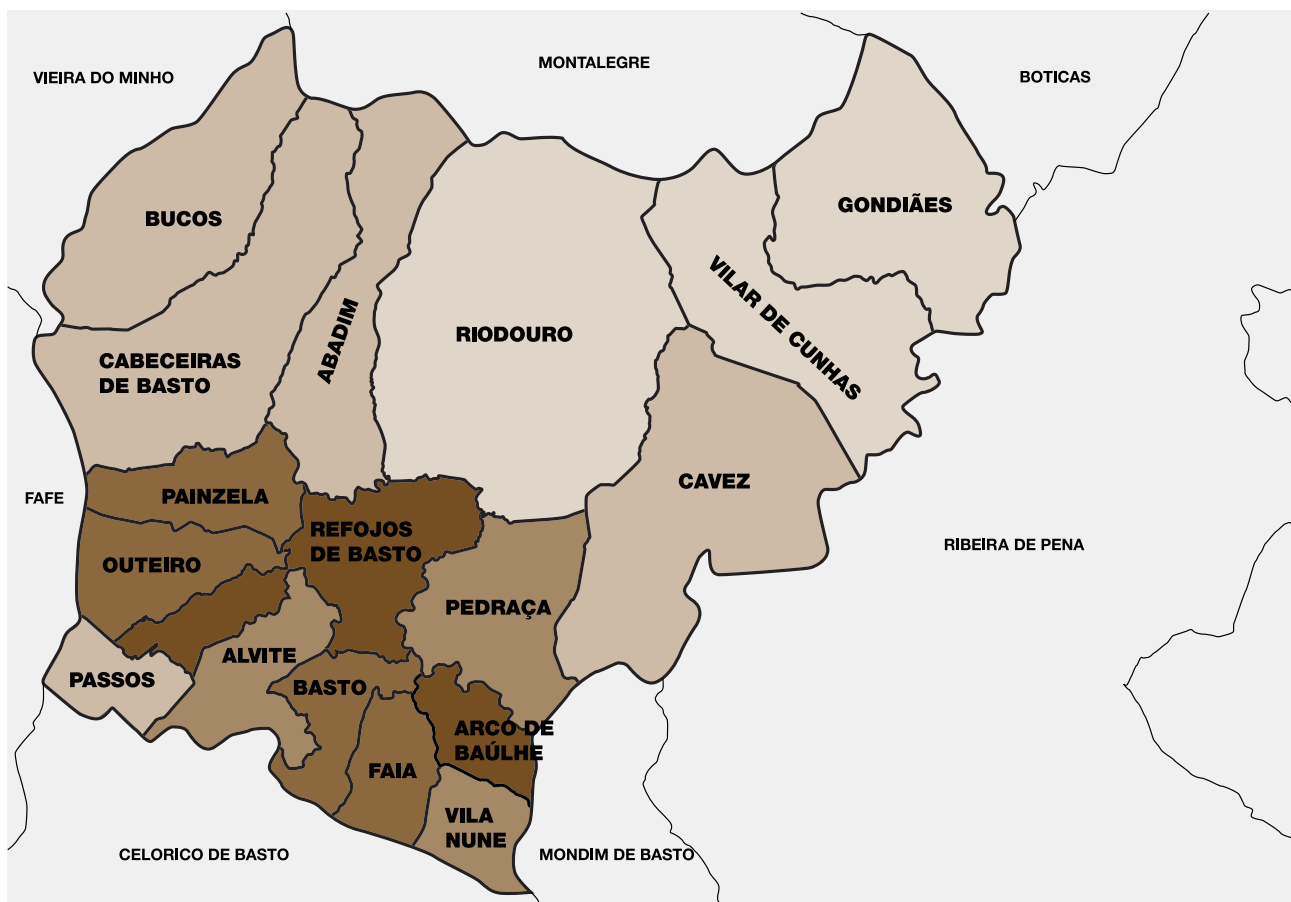


• CARTOGRAFIA •

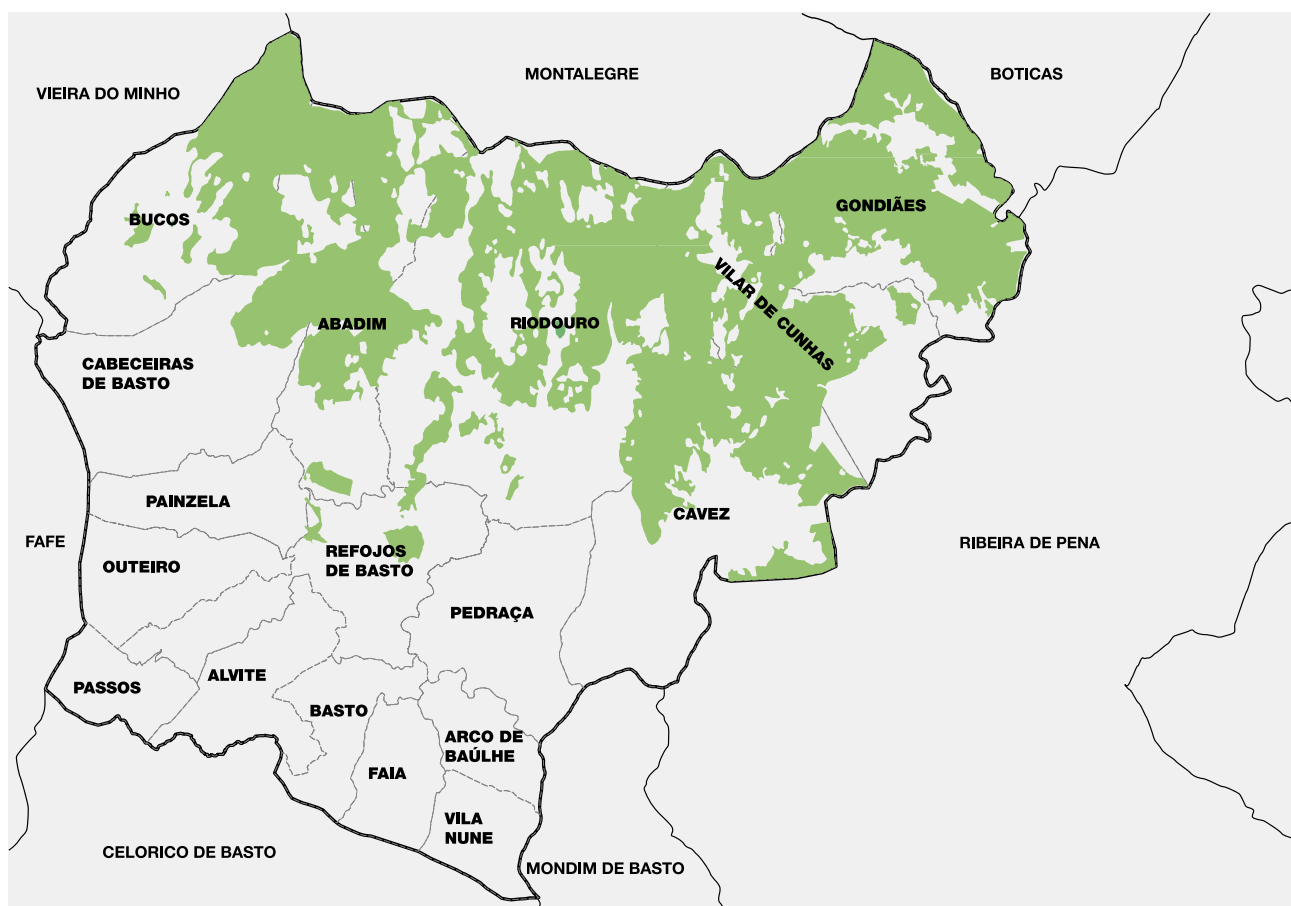
POPULAÇÃO RESIDENTE MAPA 1



DENSIDADE POPULACIONAL MAPA 2

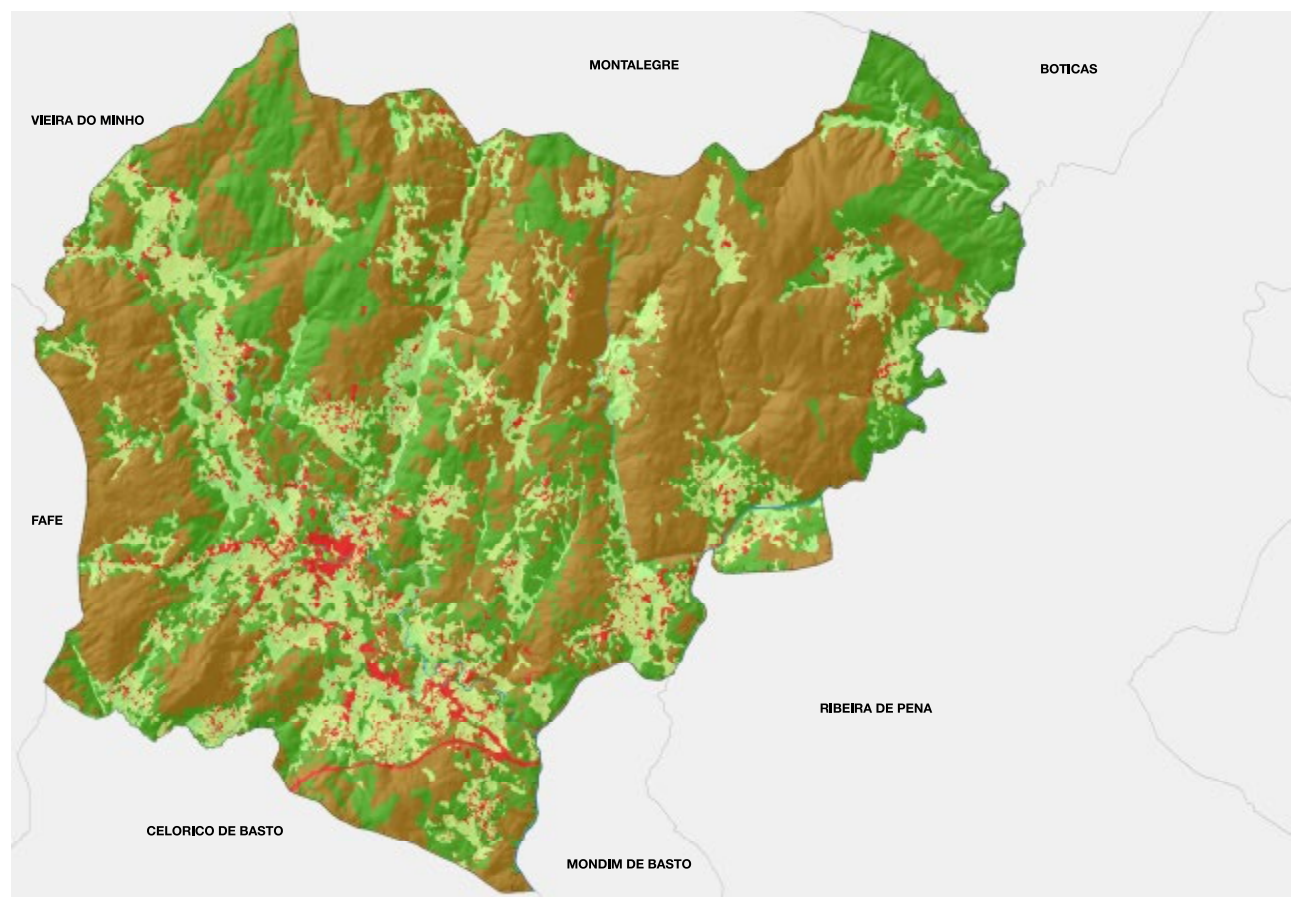


POVOAMENTO FLORESTAL MAPA 3



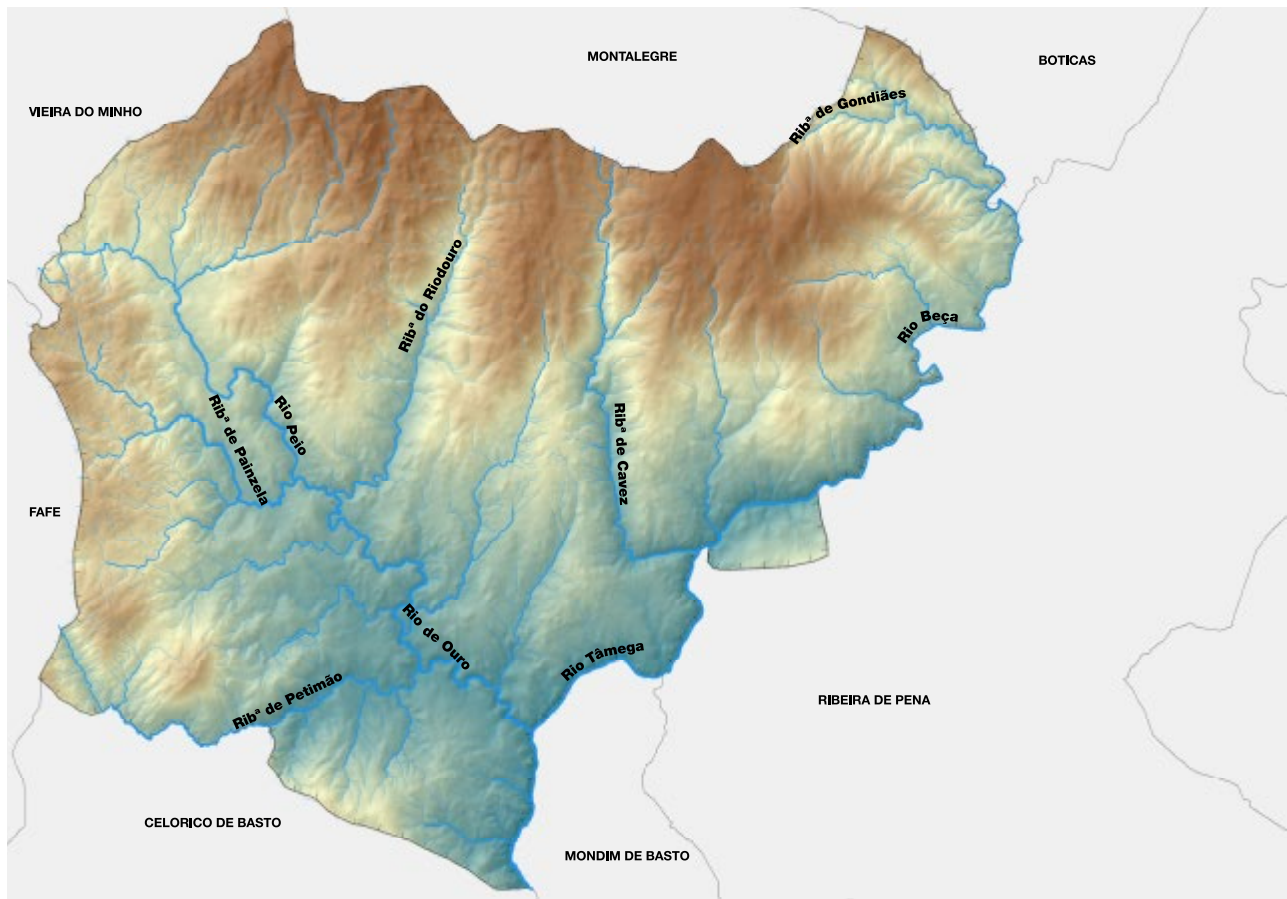
- Classes
- Regime florestal
 - Limites de Freguesia
 - Concelhos limítrofes
 - Limite de Concelho

OCUPAÇÃO DO SOLO MAPA 4



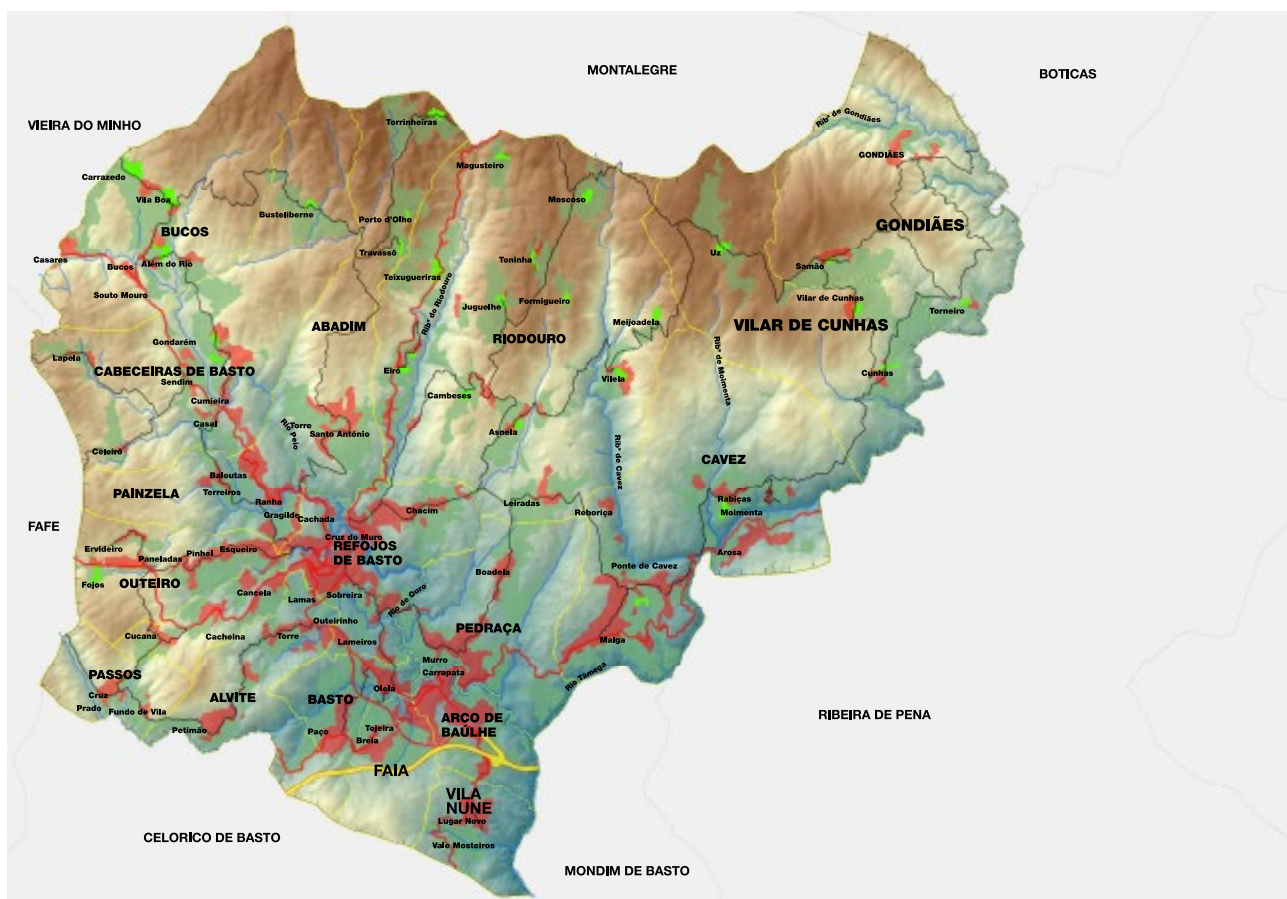
- Curso de Água
- Espaço Urbano
- Matos e incultos
- Área Agro-florestal
- Espaços agrícolas
- Povoamento florestal
- Concelhos limítrofes
- Limite de Concelho

REDE HIDROGRÁFICA MAPA 5



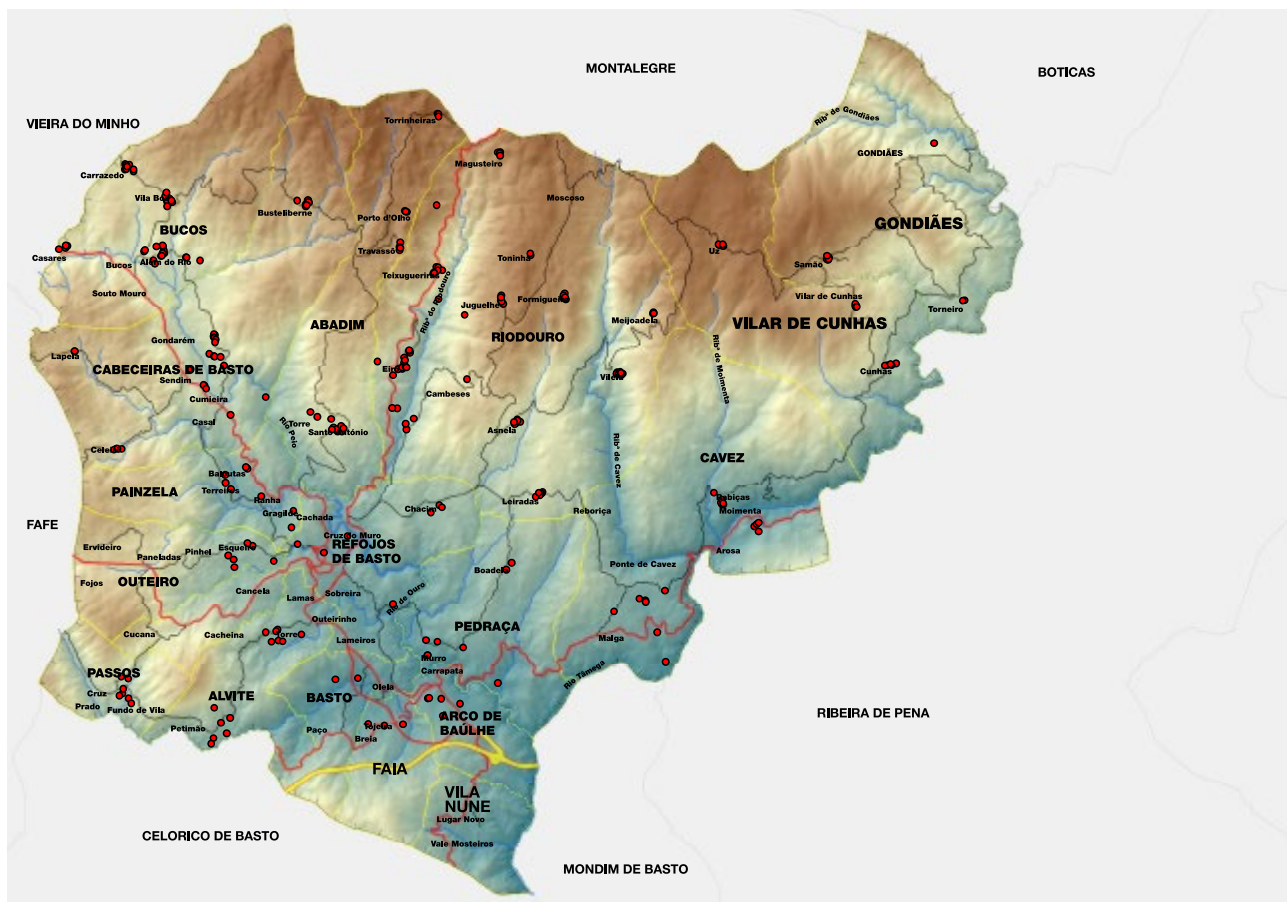
- Rede hidrográfica
- Altitude (metros)
 - Valor maior: 1182,69m
 - Valor menor: 140m
- Concelhos limítrofes
- Limites de Concelho

USO DO SOLO MAPA 6



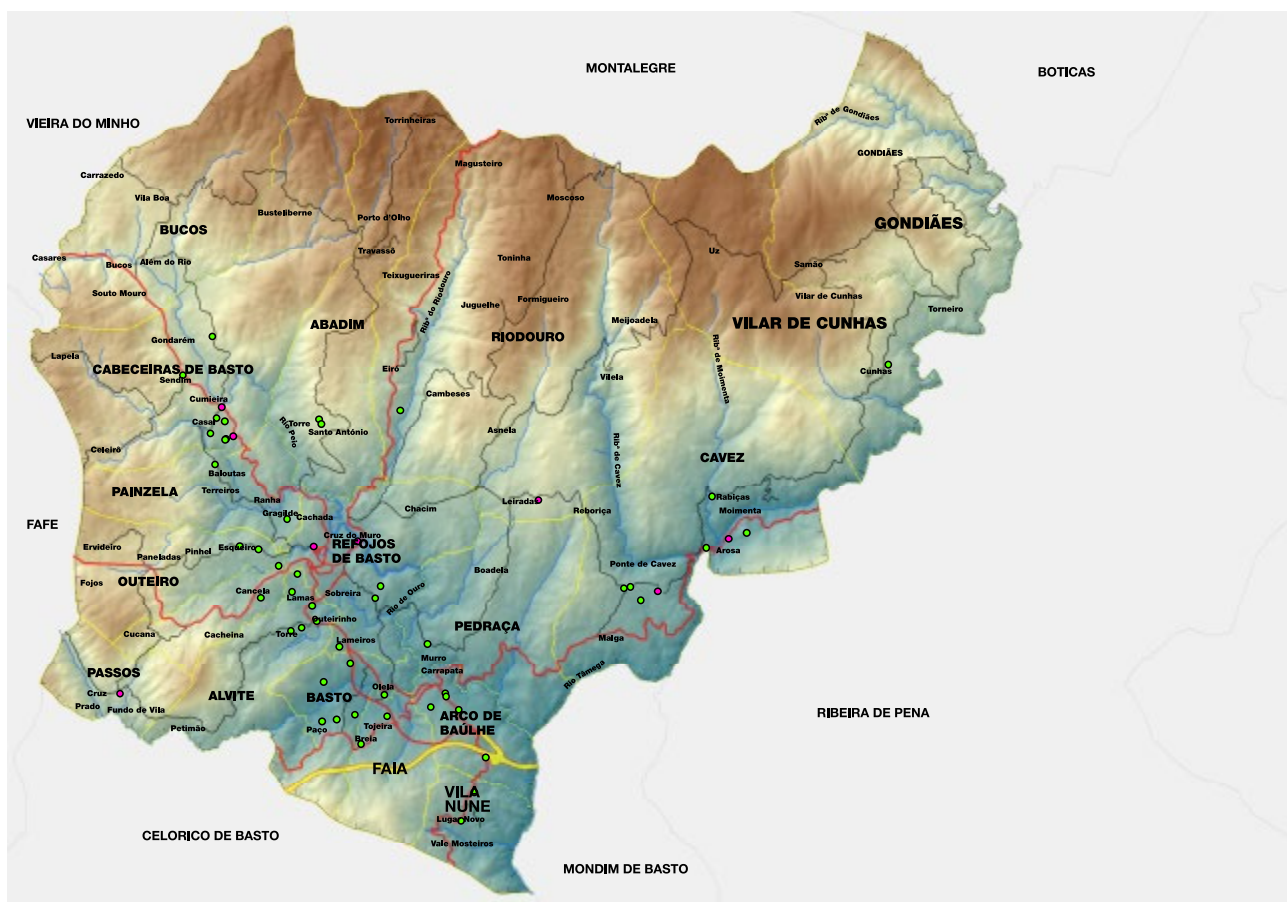
- Tipologia
 - Aglomerados urbanos
 - Aglomerados rurais
 - Espaços agrícolas
- Rede viária
 - Caminhos municipais
 - Estradas municipais
 - Estradas nacionais
 - Estradas regionais
 - Itinerários complementares
 - Rede Hidrográfica
 - Limites de Freguesia
 - Limite de Concelho
- Hipsometria
 - Valor maior: 1182,69m
 - Valor menor: 140m

HABITAÇÃO RURAL MAPA 7



- Tipologia**
- Casa rural
- Rede viária**
- Caminhos municipais
 - Estradas municipais
 - Estradas nacionais
 - Estradas regionais
 - Itinerários complementares
 - Rede Hidrográfica
 - Limites de Freguesia
 - Limite de Concelho
- Hipsometria**
- Valor maior: 1182,69m
 - Valor menor: 140m

HABITAÇÃO PALACIANA E SOLARENÇA MAPA 8



- Tipologia**
- Solar
 - Palacete
- Rede viária**
- Caminhos municipais
 - Estradas municipais
 - Estradas nacionais
 - Estradas regionais
 - Itinerários complementares
 - Rede Hidrográfica
 - Limites de Freguesia
 - Limite de Concelho
- Hipsometria**
- Valor maior: 1182,69m
 - Valor menor: 140m



• FICHA TÉCNICA •

Título

Cabeceiras de Basto: História e Património

Coordenação

Isabel Maria Fernandes (Museu das Terras de Basto)

Apoio técnico

Fátima M. Carvalho, Inês Gonçalves, Pedro Henriques

Textos

A. Carvalho Almeida; Albertino Gonçalves; Alexandre Rodrigues; Álvaro Domingues; Ana Lopes; Ana Maria Magalhães Sousa Pereira; Ana Paula Bico; Ana Stela Barroso Monteiro; António P. Dinis; Cláudio Brochado; Eduardo Pires de Oliveira; Fátima M. Carvalho; Fátima Oliveira e Baltazar Mendes; Francisco Reimão Queiroga; Gonçalo Magalhães; Ilídio Araújo; Inês Gonçalves; Isabel Maria Fernandes; João Gonçalves; João Moreira; Joaquim Barroso de Almeida Barreto; Joaquim Magalhães; Jorge Guimarães; Jorge Paiva; José Alberto Pereira; José Barroso; Luciano Miguel Matos Vilas Boas; Luís Castro; Luís Jorge Cardoso de Sousa; Luís Miguel Pires Meirinhos; Luís Vaz; Manuel Oliveira; Manuel Rocha Ribeiro; Manuela de Alcântara Santos; Maria Helena da Cunha Vilas Boas e Alvim; Maria João Carvalho; Maria João Vilhena de Carvalho; Maria Olinda de Magalhães Ribeiro; Norberto Tiago; Nuno Miguel Ferreira; Nuno Vieira e Brito; Pedro Henriques; Pedro Vilas Boas Tavares; Ricardo Ferreira; Rui Filipe Barbosa; Rui Pedro Barbosa; Sara Silva; Teresa Soeiro; Virgílio Cardoso Alves

Revisão de provas

Isabel Maria Fernandes; Domingos Machado; Fátima M. Carvalho

Créditos Fotográficos

Manuel Correia

Outros: Álvaro Domingues (Pág. 114, 116, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 131); Armando Leça (Arquivo Fotográfico/Histórico. Câmara Municipal de Matosinhos. Pág. 33, 61, 261, 359); Arquivo Distrital de Braga (Pág. 43, 51); Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto (Pág. 200); Fátima Carvalho (Pág. 193); Francisco Reimão Queiroga (Pág. 18, 19, 20, 21, 22, 23A, 24, 27, 28, 29, 366); Inês Gonçalves (Pág. 179, 181, 183A, 185, 186); Inês Gonçalves; Pedro Henriques (Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. Pág. 145, 148, 149, 150, 151, 161A); Isabel Maria Fernandes (Pág. 382); José Pessoa (DGPC. ADF. Pág. 22A, 62, 356); Mafalda Carneiro (Pág. 302); Manuel Santos (25 e 26A); Marco Sousa (Foto Universal / Arco de Baulhe. Pág. 199, 241); Maria Isaura Sousa Leite (Pág. 50); Sociedade Martins Sarmiento (Pág. 81).

Cartografia

Pedro Henriques

Conceção Gráfica

Elásticodesign

Impressão e acabamento

Norprint

Editor

Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto

Data de impressão

Setembro de 2013

Tiragem

600 exemplares

ISBN

978-972-96369-6-7

Depósito Legal

FALTA

Agradecimentos

Câmara Municipal de Matosinhos

Foto Universal / Arco de Baulhe

Mafalda Carneiro

Museu do Ouro

